

Susana Maria Loureiro da Silva Matos Antunes

**Imagens críticas do Brasil na Geração de 70:
Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis**

Universidade dos Açores

Ponta Delgada

2003

Susana Maria Loureiro da Silva Matos Antunes

**Imagens críticas do Brasil na Geração de 70:
Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis**

Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Literatura Portuguesas, na área de Estudos Luso-Brasileiros, sob orientação da Prof. Doutora Maria Margarida Maia Gouveia.

Universidade dos Açores

Ponta Delgada

2003

ÍNDICE

Introdução	10
I – O Brasil no oitocentismo português: uma breve síntese	17
II – A presença do português no Brasil	
1. O brasileiro em construção	36
2. Eça, <i>homo uiator</i> e o torna-viagem no contencioso brasileiro eciano	53
3. Emigração para o Brasil: uma “força civilizadora”?.....	75
III – A polémica do nacional brasileiro ou discursos da identidade	
1. Eça e uma “europeização” do Brasil.....	95
2. Imagens da intelectualidade brasileira nas páginas de Eça	116
3. Batalha Reis: a (re)construção de um Brasil “pensante e literário”.....	130
Conclusão	146
Bibliografia	157
Índice remissivo de autores	174

Ao Paulo

Prefácio

Não estaria a ser sincera se ocultasse a admiração que, desde muito cedo, senti pela Geração de 70. O seu espírito de contestação, por um lado, e a força transcendente que das suas almas emanavam, são, ainda hoje, aspectos que me seduzem naquela geração única, cheia de vigor e de vontade em conduzir, no século XIX, uma revolução intelectual e cultural no nosso país. E porque os homens nunca se repetem, acreditamos que os homens da Geração de 70 foram únicos e, porque em pleno século XXI ainda não foram resolvidos alguns dos problemas e das preocupações por eles manifestados, quisemos visitar o século XIX e reinterpretar a acção de alguns dos seus membros. Por necessidades metodológicas do próprio trabalho, restringimo-nos a concentrar o nosso estudo em Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis.

De entre o leque daqueles que fizeram parte de um projecto imbuído da força e do acreditar na mudança, ao longo do nosso percurso, sempre nos fixamos mais nas obras de Eça de Queirós. E o gosto foi sempre aumentando de tal forma que, quando a Doutora Margarida Maia me sugeriu como possível tema de trabalho as *Imagens Críticas da Geração de 70: Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis*, não hesitei em aceitá-lo porque também sabia que poderia contar com todo o seu apoio.

Mas, um trabalho desta natureza, para que se realize, exige um esforço que ultrapassa o simples esforço individual. Por isso, quero expressar publicamente os meus agradecimentos a quem de mais perto contribuiu para chegar onde cheguei.

À Prof. Doutora Margarida Maia, minha professora durante a Licenciatura e durante a parte curricular do Mestrado, agradeço publicamente e de forma reconhecida a orientação deste trabalho. O seu humanismo, a sua exemplaridade profissional a nível científico, o seu sentido do dever, o seu rigor, a sua prontidão – apesar das muitas ocupações que lhe assistiam – e o seu apoio ficam aqui registados com a mais reconhecida gratidão. Para sempre guardarei a confiança depositada na minha pessoa e no meu trabalho, sem a qual me seria de todo impossível concluir o presente trabalho.

À Universidade dos Açores e a todos os meus professores da Licenciatura quero agradecer a oportunidade que me proporcionaram para o meu enriquecimento pessoal, para todo o meu desenvolvimento cognitivo e para o meu gosto pela Literatura que se iniciou muito cedo com a minha professora da Escola Primária, D. Vitorina, curiosamente, açoriana.

À Escola Básica 3/Secundária Vitorino Nemésio, ao serviço da qual estive a exercer a minha actividade de docência nos dois anos de escrita deste trabalho, quero

agradecer a compreensão e a boa vontade manifestada através do seu Presidente, Dr. João Feliciano, apoiando, incondicionalmente, a formação dos docentes.

Às secretárias do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, D. Merilda e D. Odália, à Dra. Esperança Alves quero deixar registada toda a simpatia, toda a disponibilidade e toda a eficácia como forma de ligação quer ao Departamento, quer à orientadora.

Também quero agradecer toda a simpatia e disponibilidade manifestada pelas funcionárias dos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, em especial à Dr.^a Maria João Mota Melo que sempre se mostrou disponível para me ajudar e facilitar a requisição dos livros, estando eu a trabalhar na Terceira.

Para além do enriquecimento indiscutível que este trabalho me proporcionou, também quero realçar um aspecto deveras importante: a amizade muito especial que nasceu e floresceu com a minha colega Paula Alexandra Cotter Cabral. De desconhecidas passamos a estar muito próximas uma da outra nos bons e nos maus momentos. Partilhamos de forma saudável, franca e amiga tudo o que sabíamos e tudo o que podíamos dar uma à outra. Congratulo-me com esta amizade, acreditando que seremos amigas para sempre.

Aos pais do meu marido quero agradecer todo o apoio, o carinho e o ânimo que sempre me transmitiram nos momentos mais difíceis deste trabalho. Sem a sua preciosa ajuda, esta tarefa teria sido muito mais dolorosa. Estou-lhes, por isso, infinitamente agradecida.

Aos meus pais, agradeço a pessoa que hoje sou. Sem o seu carinho, sem a educação determinada com que me brindaram, sem a sua disponibilidade para me apoiarem em todos os momentos difíceis da minha vida, não teria chegado aonde cheguei. Quero, desta forma, louvar quem me deu o ser e a essência. Todas as metas que alcanço devo-as a eles.

Para último lugar, deixo o Paulo – companheiro e amigo que sempre me acarinhou e com quem sempre pude contar nos momentos mais desanimadores. O seu sorriso confiante, as suas palavras, as suas atitudes e a sua infundável paciência transmitiram-me a força necessária para levar esta tarefa até ao fim. A ele dedico esta tese.

Introdução

Considerando a ideia do Brasil e a sua permanente relevância ao longo da Cultura Portuguesa, o presente trabalho corresponde à pesquisa das imagens críticas do Brasil na Geração de 70, incidindo particularmente em Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis.

Além de volumosa, a obra eciana tem sido objecto de diversas interpretações levadas a cabo por numerosos críticos e estudiosos. Este foi um dos aspectos que, numa primeira abordagem, nos causou alguma intimidação para prosseguirmos. Depois do que muito já se disse sobre o autor, seríamos capazes de encontrar ainda em Eça de Queirós questões relevantes para levar por diante o nosso trabalho? Não correríamos o risco de sermos repetitivos? Apesar desta constatação e à medida que fomos penetrando no mundo eciano, apercebemo-nos de que os textos sobre Eça de Queirós eram escritos fragmentários e, de uma forma geral, só as obras mais conhecidas do autor é que eram analisadas. Sendo assim, propusemo-nos levar a cabo uma revisão das leituras que têm sido feitas, alargando o nosso *corpus* a textos menos trabalhados. Incidindo sobretudo na sua correspondência e nas muitas crónicas que publicou, apostamos nessa nova releitura, tentando completar a imagem que do Brasil tinha este «... pobre [mas grande] homem da Póvoa do Varzim.»¹ O presente trabalho tem, assim, como objectivo contribuir para a construção de uma ideia mais precisa acerca do percurso de reabilitação do Brasil levado a cabo por Eça de Queirós e, em simultâneo, trazer às nossas páginas um outro elemento da Geração de 70 – Jaime Batalha Reis, um autor quase esquecido, que nos apresenta o Brasil de uma forma distinta da de Eça de Queirós, mas não menos importante.

No que diz respeito a Eça de Queirós, a imagem do Brasil mais divulgada é, sem dúvida alguma, bastante negativa. No entanto, a par desse negativismo brasileiro, Eça de Queirós – ainda que de uma forma pouco clara – não deixa de tecer elogios à ex-colónia portuguesa. Elogios que são, no entanto, tímidos, ambíguos e fugidios, talvez resultantes da relação colónia-colonizador, da qual Eça de Queirós parece também não se ter libertado. Este facto levou-nos a pensar que, ao olhar o Brasil na condição de colónia, Eça de Queirós simbolizava o português ainda com alguns preconceitos colonialistas, alicerçados na ideia de superioridade *versus* inferioridade, uma concepção que tende a permanecer nos países colonizadores mesmo depois de perderem as suas potências. A este propósito, não podemos deixar de transcrever algumas palavras de Eça

¹ Eça de Queirós, «Brasil e Portugal» in *Notas Contemporâneas*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000, p.59.

de Queirós bastante elucidativas acerca da relação que Portugal mantinha com as suas colónias:

As relações de Portugal com as suas colónias são originais. Elas não nos dão rendimento algum: nós não lhes damos um único melhoramento: é uma sublime luta – de abstenção!

– Não – exclamam elas com o olhar voltado de revés para a Metrópole – mais rendimento que o deste ano, que é nenhum, não és tu capaz de nos pilhar, malvada!

Também – responde obliquamente a Metrópole – em maior desprezo não sois vós capazes de estar!²

A partir das suas palavras, podemos afirmar que aquela relação está assente na ausência e no menosprezo de Portugal face às suas colónias que, contrariamente ao que Eça de Queirós afirma, foram, durante muito tempo, o nosso suporte financeiro. Apesar de relegado para segundo plano ou mesmo ignorado este importante contributo, o sentimento que prevalece é o de uma negativa superioridade em relação às possessões, quando já só são ex-colónias.

Admiradora de sempre da produção literária de Eça de Queirós, também nos seduziu a ideia de trabalharmos um autor que, apesar de decorridos mais de 100 anos sobre os seus textos, continua ainda actual nas suas interpretações acerca de Portugal, do ser português e do mundo, como afirma Isabel Pires Lima: «A actualidade e a perenidade de um escritor decorrem sobretudo da capacidade de os seus textos gerarem sempre novos leitores, produzirem ao longo dos tempos novas interpretações, convidarem à constante revisitação.»³ Foi durante essa “revisitação” que deparamos com a actualidade e a permanência dos assuntos abordados e questionados por Eça de Queirós. Na verdade, o século de Eça de Queirós não é o nosso, mas a realidade onde nos inserimos, no que de essencial e básico possui, é a mesma, o que faz dele um homem ainda do nosso tempo. Esta actualidade eciana, a qual nos provoca um sentimento de dor e de espanto, vai ao encontro das palavras de Manuel Maria Carrilho a propósito do país que ainda hoje temos: «Nada melhor do que visitar a história para se

² Transcrição de uma “farpa” escrita em 1871 in *Uma Campanha Alegre*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001, pp.100-101.

³ «Pontes Queirosianas: Angola, Brasil, Portugal» in Benjamim Abdala Júnior (org.), *Ecos do Brasil – Eça de Queirós. Leituras Brasileiras e Portuguesas*, Editora Senac, S. Paulo, 2000, p.69.

descobrir de quanta banalidade se alimenta, por vezes, a “originalidade” contemporânea. Muito do que se tem dito e escrito nas últimas semanas sobre o nosso “estado da nação” justifica que se recordem algumas farpas que Eça de Queirós escreveu há mais de 130 anos. (...) [N]unca é tarde!»⁴

Mas a actualidade de Eça de Queirós também se confirma na intertextualidade que se verifica em autores actuais, no que diz respeito a algumas das suas obras. De entre as várias publicações que utilizam como base textos de Eça de Queirós, destacamos, entre outras, *Nação Crioula*, de José Eduardo Agualusa; *O enigma das Cartas Inéditas de Fradique Mendes*, de José António Marcos; a recente *Autobiografia de Carlos Fradique Mendes*, de José Pedro Fernandes e *O Outro Amor do Dr. Paulo*, de Gilberto Freyre.⁵ De Machado de Assis,⁶ passando por Manuel Bandeira até Gilberto Freyre, vários foram os leitores e os intelectuais brasileiros que se interessaram pela obra de Eça de Queirós, tendo contribuído para que, ainda hoje, lhe seja reservado «... o papel de artista civilizador ainda não superado na admiração dos brasileiros.»⁷ A este propósito, não queremos deixar de relembrar «... as relações entre o Portugal de *Casa Grande & Senzala* e o que foi criado pelos homens da geração de Eça. (...) Nenhuma geração chega a ser tão citada como a de 70. Em *Casa Grande & Senzala* aparecem trechos de Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Teófilo Braga[.]»⁸

Como um “historiador” do século XIX, atento e crítico em relação ao mundo e, em particular, ao seu país, Eça de Queirós, com todas as suas ambiguidades, avanços e recuos nas posições que tomou ao longo da sua vida, foi também um humanista sempre apaixonado pela cor do céu de Portugal.

Quanto a Jaime Batalha Reis, trata-se de um autor muito menos estudado e que apresenta uma obra bem menos significativa em termos de quantidade do que a produção de Eça de Queirós, mas não menos importante e interessante. Considerado

⁴ «O País Está Perdido» in *Expresso*, Novembro, 2002, p.22.

⁵ Isabel Pires Lima apresenta no artigo citado uma lista pormenorizada das obras que jogam com a intertextualidade dos textos de Eça de Queirós. Cf. p.70.

⁶ Cf. Marli Fantini Scarpelli, «Ecos de Eça em Machado» in Marli Fantini Scarpelli e Paulo Oliveira Motta (org.), *Os Centenários: Eça, Freyre e Nobre*, FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2001, pp.299-312.

⁷ Dagoberto Carvalho Júnior, «Páginas de Humanismo» in *Eça de Queirós – Retratos de Memória*, Diário de Pernambuco, Recife, 2001, p.81.

⁸ Paulo Motta Oliveira, «Gilberto Freyre Leitor de Eça» in Marli Fantini Scarpelli e Paulo Oliveira Motta (org.), *Os Centenários: Eça, Freyre e Nobre*, ed. cit., p.344. A partir do artigo referido, pode-se verificar a desconstrução da teoria decadentista de finais do século XIX levada a cabo por Gilberto Freyre, proporcionando-nos uma imagem positiva dos dois países.

«... um verdadeiro humanista moderno»⁹, Jaime Batalha Reis revelou-nos uma imagem surpreendente, apresentando-nos uma interpretação do Brasil e da sua intelectualidade distinta da que era divulgada na época pela maioria dos intelectuais portugueses, nomeadamente Eça de Queirós. Embora pertencentes à mesma geração e nutrindo uma grande amizade um pelo outro¹⁰, verifica-se que ambos reagem de modo diferente aquando da interpretação da mesma realidade – (as imagens críticas do) Brasil no oitocentismo português, ponto de partida para o presente trabalho.

Começaremos, no primeiro capítulo, por apresentar uma breve síntese da visão portuguesa do Brasil no século XIX, tendo em conta que algumas das preocupações manifestadas pelos oitocentistas ainda hoje continuam a suscitar reflexão e discussão. Depositando-se muitas esperanças em D. Pedro I e depois em D. Pedro II para o estreitamento dos laços entre os dois países, o que se verificou é que a presença da descendência da coroa portuguesa no Brasil não foi, por si só, um factor de grande impulso no fortalecimento daquelas relações. Vários tratados comerciais e várias tentativas de interesse cultural e intelectual foram levadas a cabo, mas a maior parte delas foram infrutíferas, resultando num vaivém entre cortes e reatamentos das relações entre Portugal e o Brasil. Ressentimentos dos tempos coloniais manifestados por um lado, um descabido sentimento de superioridade por outro lado, deram origem a que o Brasil fosse sempre visto como uma colónia, mesmo depois de se ter tornado independente. Ressalvam-se aqui os interesses e as preocupações manifestadas por alguns dos intelectuais portugueses do século XIX que tiveram a lucidez suficiente para, a partir de uma nova perspectiva, valorizar o Brasil. Sentindo-o como uma nação capaz de voar sozinha, é esse voto de confiança que lhe depositam no presente e num futuro muito próximo, libertando-o das amarras de um passado que o ia entorpecendo.

Mas, nem sempre o passado português colonizador foi visto e sentido negativamente!

No segundo capítulo, abordaremos, ainda que implicitamente, uma das formas mais eficazes para o conhecimento efectivo das diferentes realidades – a viagem. Durante a nossa “viagem”, privilegiaremos a análise do contributo étnico da presença

⁹ Elza Miné, «Jaime Batalha Reis e o Brasil» in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº 1, Julho, 1989, p.62.

¹⁰ Este sentimento pode ser confirmado através das palavras de Jaime Batalha Reis: «Saí do Escritório da “Gazeta de Portugal” com o Eça de Queiroz, jantámos, passámos toda a noite juntos, e desde então, por anos, não nos separámos quase.» Cf. «Na Primeira Fase da Vida Literária de Eça de Queiroz» introdução a Eça de Queirós, *Prosas Bárbaras*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d., p.9.

do português no Brasil e na construção do *ser* brasileiro. Como *homo uiator* que Eça de Queirós também foi, não quisemos deixar de reler os textos ecianos relacionados com a questão do brasileiro e do torna-viagem. Apesar de serem textos bastante analisados, a nossa perspectiva da relação de Eça de Queirós com aquelas duas figuras assenta num percurso de reabilitação intimamente ligado à sua arte ambígua.

Tendo em conta os grandes movimentos migratórios que se observaram ao longo do século XIX e a grande quantidade de emigrantes portugueses que procuraram o Brasil, abordaremos esta forma diferente de viajar, de estar distante, tendo como suporte o relatório de Eça de Queirós intitulado *A Emigração Como Força Civilizadora*. Neste ponto, serão analisadas as diferentes emigrações em Eça de Queirós, a leitura que o autor faz da emigração para o Brasil e o seu enquadramento na ideia geral de emigração, «[e]le que foi um nómada (...) [e] viajou abundantemente, teve sempre como destino último das suas viagens, Portugal, fim último, cais derradeiro de um destino de escritor em busca.»¹¹

Identificado o século XIX como “o século das nacionalidades” e com o renascer de fortes sentimentos relacionados com a identidade dos povos, não quisemos deixar de analisar as posições de Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis, destacando a questão da identidade literária brasileira. Grande admirador do modelo francês, focaremos, de forma breve, a desilusão e o desencanto sentidos por Eça de Queirós em relação à Europa e, particularmente, em relação à França. Com o castelo da Europa a cair por terra, de que forma se repercute no Brasil aquela desilusão? Possuirá o Brasil uma identidade formada e com condições para seguir o seu próprio modelo de construção nacional?

A nacionalidade e a identidade de um povo também estão ligadas à produção literária desse mesmo povo e ao reconhecimento de uma intelectualidade e de uma literatura com características de índole nacional. Em relação a este aspecto, tentaremos averiguar, de uma forma geral, as posições dos intelectuais portugueses de oitocentos em relação ao Brasil e, em particular, as opiniões de Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis em relação à (re)construção de um Brasil “pensante e literário”. Daremos especial atenção à questão da literatura identitária, revelando a importância cultural e intelectual de um país que, sendo visto como uma colónia, só valia (por vezes!) pelo seu contributo

¹¹Isabel Pires Lima, «Pontes Queirosianas: Angola, Brasil, Portugal» in Benjamim Abdala Júnior (org.), *Ecos do Brasil – Eça de Queirós. Leituras Brasileiras e Portuguesas*, ed. cit., p.70.

económico, minimizando as crises financeiras de Portugal. Pretendemos, desta forma, dar a conhecer uma outra face do Mundo Novo, explorando a sua “geografia sentimental” e a sua intelectualidade balizadas pelas opiniões dos autores visados no presente trabalho.

Quanto à organização da Bibliografia, optamos por dividi-la em três partes: numa primeira parte encontram-se reunidos os textos de Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis que serviram de base a este trabalho. Na segunda parte, agrupamos textos de vários autores que reflectem sobre os escritores visados no nosso texto. Finalmente, no terceiro ponto, agrupamos obras relacionadas com a História, a Cultura e a Crítica Literária.

Consideramos, como dissemos anteriormente, que mais textos de Eça de Queirós, do que normalmente são conhecidos, abordam aspectos relacionados com a cultura e a literatura brasileiras – uns relacionam-se na íntegra com o Brasil, outros apenas apresentam rápidas alusões a aspectos relacionados com aquele país – por isso, julgamos pertinente organizar um anexo com essas indicações bibliográficas.

Após terminada a redacção desta tese e nos dias imediatamente anteriores à oficialização da data de entrega, tivemos conhecimento da publicação do livro *Brasil e Portugal: A Geração de 70*, de Beatriz Berrini. Com é óbvio, não tivemos qualquer oportunidade de beneficiar de uma leitura adequada da referida obra, de modo a reflecti-la na construção da tese. No entanto, ainda podemos obter alguma informação que nos permitiu rever a questão Eça/Machado no capítulo intitulado “Imagens da intelectualidade brasileira nas páginas de Eça”.

**I – O Brasil no oitocentismo português:
uma breve síntese**

«Nós, em Lisboa, no Pôrto e Coimbra, nas ilhas e colônias, vamos ruminando uma velha imagem do Brasil renovada aqui e além, mas fundamentalmente feita da lanterna mágica do nosso tio “brasileiro”, açoriano ou minhoto de torna-viagem, com o seu comovedor apêgo às ruas do Rio e aos botequins da Baía. É um Brasil ingênuo, quasi de bôlso, e deformado, embora tenha uma realidade séria que se não deve desprezar.»

Vitorino Nemésio¹

Banhado pela inferioridade dos povos não-brancos que marcou a cultura brasileira do século XIX, o Brasil, sentido, amado e habitado por uma consciência nova depois da independência de 1822,² conserva e transporta na sua ordem interna a sombra do colonizador português. Para Portugal, «[o] Brasil apenas está presente na medida em que, no século XIX, recebeu emigrantes portugueses que retornaram com “grossos cabedais” e instalaram na paisagem rural a “casa do brasileiro”». ³ Com a euforia da aventura africana nos finais do século XIX, o Brasil foi relegado para segundo plano, criando-se um vazio na construção possível das relações culturais entre os dois países.

Responsabilizando os lusos por este afastamento, Eduardo Lourenço afirma que «[s]ão os próprios portugueses a fonte da diluição dos laços [do Brasil] com Portugal. Tudo se passa como se tivessem ido para o continente brasileiro para por lá se perderem. Por lá se perderam. No Brasil, Portugal está em todo o lado e em lado nenhum.»⁴ A ambiguidade apontada por Eduardo Lourenço, leva-nos a pensar que Portugal não soube marcar a sua presença no Brasil. Por um lado, o que Portugal retirava das suas colónias em África e do Brasil era muito inferior ao que outros países

¹ «Uma República das Letras para Portugal e Brasil» in António Machado Pires e outros (org.), *Vitorino Nemésio Vinte Anos Depois* (Colóquio Internacional, 18-21 de Fevereiro, Ponta Delgada, 1998), Edições Cosmos – Seminário Internacional de Estudos Nemesianos, Lisboa – Ponta Delgada, 1998, p.853.

² A este propósito, queremos lembrar as palavras de António Machado Pires proferidas num encontro realizado na ilha Terceira, subordinado ao tema *A Autonomia Regional Hoje*, por julgarmos que se adaptam bem ao caso brasileiro, tendo nessa altura alertado «... para o facto de que a identidade dos povos deve preceder o desejo de autonomia.» in *Diário Insular*, 31 de Maio de 2003, p.5.

³ Fátima Nunes e Paula Miranda, «Imagens do Brasil na Cultura Portuguesa (1880-1900)» in *Congresso Luso-Brasileiro – Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*, (Actas do vol. I, 9 a 12 de Novembro de 1999), 1ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000, p.697.

⁴ *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Gradiva, Lisboa, 1ªed., 1999, p.157.

européus iam buscar às suas possessões; por outro lado, o que Portugal podia proporcionar às colónias também era muito inferior se comparado com outros países colonizadores. Esta ideia vem acentuar, ao fim e ao cabo, uma certa propensão do nosso país para um estado de letargia bem latente e o caso do Brasil é um bom exemplo desta inércia portuguesa, que só tem olhos para o que brilha falsamente, como afirma Antero de Quental num texto escrito em 1871:

Fomos nós, foram os resultados do nosso espírito guerreiro, quem condenou o Brasil ao estacionamento, quem condenou à nulidade toda essa costa de África, em que outras mãos podiam ter talhado à larga uns poucos de Impérios. Esse espírito guerreiro, com os olhos fitos na luz duma falsa glória, desdenha, desacredita, envilece o trabalho manual – o trabalho manual, a força das sociedades modernas, a salvação e a glória das futuras...⁵

O século XIX, um século “revolucionário e europeísta”, também vive, no seu final, uma crise identitária espelhada no «... abatimento, [na] prostração do espírito nacional, pervertido e atrofiado por uns poucos séculos da mais nociva educação.(...) Gememos sobre o peso dos nossos erros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história.»⁶ E a propósito da nossa História, Miguel Real afirma que «... o sentido histórico de Portugal está fora de Portugal, ou seja, encontrava-se na imitação da “civilização” da Europa Central (Geração de 70) ou, para autores diversos, em Espanha (Iberismo), e, para o povo-povo, em África, no Brasil ou na América Latina, para onde emigravam.»⁷ Portugal, como é certo e sabido, viveu muito tempo à custa do dinheiro que entrava no nosso país vindo do Brasil e, no século XIX, a emigração teve um peso económico muito importante e diminuto em termos culturais, como poderemos constatar no II capítulo, no ponto intitulado: Emigração para o Brasil: uma força civilizadora?

Aparentemente liberto dos “afagos” da mãe-pátria-madrasta com a independência de 1822, o Brasil continuou a ser uma colónia para Portugal a qual, desde o “mineiro” do século XVIII ao “brasileiro” do século XIX, serviu uma forma de colonialismo bastante subtil: o colonialismo económico. Ambos simbolizando o

⁵ *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, 2ª ed., s./e., 1971, p.61.

⁶ *Idem*, p.65.

⁷ *Geração de 90 – Romance e Sociedade no Portugal Contemporâneo*, Col. «Campo da Literatura / Ensaio – 58, Campo das Letras, Porto, 2001, p.23.

aventureiro colonial que retorna a Portugal com o ouro do Brasil, o “brasileiro” converteu-se no único elo de ligação entre os dois países. O Brasil era para os oitocentistas sinónimo de muito lucro, de exotismo e sensualismo, de comicidade, de incultura e, ocasionalmente, até poderia ser um país admirável. Lucrativo, exótico e sensual, sim! Quanto à incultura e à comicidade, temos as nossas dúvidas – seriam em pleno oitocentismo ou serão ainda hoje aquelas características mais abundantes no Brasil ou em Portugal?

Um país culturalmente quase desconhecido para nós em pleno século XIX, o Brasil era governado, após a independência, por um imperador português, D. Pedro I, descendente da mesma dinastia que reinava em Portugal. Desta forma, pareciam estar criadas as condições essenciais para uma aproximação e uma unidade entre os dois países. Com a celebração do Tratado de Paz e Aliança em 1825 criou-se mais um estímulo para a aproximação cultural entre o Brasil e Portugal, mais tarde identificada como Luso-Brasileirismo. Portugal pretendia com aquele Tratado manter as suas relações culturais e económicas com o Brasil e este, por sua vez, queria assegurar-se e proteger-se de uma nova subjugação do Brasil face a Portugal. Economicamente mais potente do que Portugal, o Brasil era uma fonte comercial vantajosa que o nosso país não queria nem podia perder de forma alguma. Mas, devido à existência de problemas políticos nos dois países, os quais levaram D. Pedro I a abdicar do trono em 1831 e à crescente desconfiança dos brasileiros em relação aos portugueses, o Tratado foi rejeitado pelo Parlamento Brasileiro em 1836. Com a abolição do comércio de escravos em 1850 e a consequente necessidade que o Brasil tinha de recrutar mão-de-obra para substituir o trabalho escravo, irrompe uma avalanche de portugueses em direcção à “Terra Prometida”. Em relação a este fenómeno, Nelson H. Vieira afirma: «O maior contacto que o Brasil manteve com Portugal nasceu das suas relações com os humildes mas ambiciosos emigrantes.»⁸ Um dos mais importantes contributos dos emigrantes portugueses foi a criação do Gabinete Português de Leitura, em 1837, no Rio de Janeiro, embora esta vertente cultural dos emigrantes portugueses tenha sido posta em causa por alguns intelectuais oitocentistas, como teremos oportunidade de constatar.

⁸ *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, ICALP, Lisboa, 1991, p.134.

Depois de um corte de relações entre os dois países devido à protecção que Portugal deu aos revolucionários monárquicos da Revolta da Armada brasileira que se manifestavam contra o seu presidente republicano Floriano Peixoto, D. Carlos investe no estreitamento das relações luso-brasileiras. Preparando-se para uma visita ao Brasil em 1908, aquando da celebração do centenário da abertura dos seus portos, o monarca português tinha em mente um plano para uma linha naval mútua, um tratado comercial, uma sucursal do Banco de Portugal no Brasil e ainda projectava uma discussão sobre a emigração portuguesa. Esta visita de D. Carlos ao Brasil representava também o reconhecimento, por parte de Portugal, do governo republicano brasileiro que tinha substituído a monarquia de D. Pedro II, um ramo da dinastia de D. Carlos. Mas, uma vez mais, os planos para fomentar a tão desejada comunidade luso-brasileira sofreram um interregno com o assassinato de D. Carlos, a 1 de Fevereiro de 1908.

Com a proposta de um Acordo Luso-Brasileiro feita por Zófimo Consiglieri Pedroso, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, director do Curso Superior de Letras e deputado, surge aquela que foi considerada a primeira declaração oficial dum programa luso-brasileiro, conforme esclarece Nuno Simões: «Nesse projecto articulava-se um verdadeiro sistema jurídico, económico e cultural de aproximação luso-brasileira, pela valorização em benefício comum dos sentimentos, ideias e interesses que formam o conteúdo do luso-brasilismo, desde que os dois Países se separaram politicamente.»⁹ Na transição do século XIX para o século XX verifica-se um maior interesse por parte de políticos e intelectuais dos dois países em estreitar os laços luso-brasileiros, surgindo, entre outros, o primeiro Tratado de Comércio Luso-Brasileiro em 1933, no qual o Brasil privilegia Portugal com alguns favores, mas que acabou por não resultar; o Tratado para Cooperação Intelectual e o Tratado de Amizade e Consulta, com fins culturais e comerciais, surgem em 1948 e 1953, respectivamente, são assinados pelos dois países, mas o último não é ratificado no Brasil.

Apesar de todos estes contratemplos, foram, de facto, as relações comerciais que predominaram em detrimento das relações culturais e de amizade, que, pouco a pouco, também foram enfraquecendo. Como afirma Nelson H. Vieira, «[o] Brasil continuava sendo a colónia para muitos portugueses. Para usar um velho cliché, o Brasil não era tomado seriamente pelos portugueses. Não tinha ganho ainda suficiente prestígio aos

⁹ *Actualidade e Permanência do Luso-Brasilismo (Conferências e Discursos)*, Edição do Autor, Lisboa, 1960, p.30.

olhos da mãe-pátria.»¹⁰ Reflectindo «... uma sociedade bloqueada, que vive exclusivamente de preconceitos e ilusões sociais...»¹¹, Portugal de oitocentos vive muito para fora de si, estando sempre à espera das novidades literárias e intelectuais que por cá iam chegando via Europa e, com o Brasil, estabeleceu relações unicamente fundadas numa perspectiva economicista e lucrativa. O Brasil era a nossa mãe. No entanto, e apesar de tudo isso, Portugal e a sua intelectualidade nunca valorizaram devidamente aquele país que nos ia sustentando, desde o povo até aos faustos de «... uma monarquia em estado de acelerado apodrecimento, que, por si, arrastava em desagregação as estruturas políticas fundamentais da sociedade e confundia as elites culturais.»¹²

Embora se tratasse de países independentes, ambos usavam a língua portuguesa como língua nacional, factor demasiado importante para que se fizessem esforços no sentido de se estreitarem as relações culturais dos dois lados do Atlântico. No entanto, o vazio que contornava os problemas culturais com o Brasil estava relacionado também com «... a “grande aventura africana” [tendo] o Brasil desaparecido do nosso imaginário cultural ou sido erradicado dos assuntos que deveriam interessar aos círculos de opinião pública da configuração política e ideológica da sociedade portuguesa.»¹³ A língua, por sua vez, sentida como expressão da diferença ou da aproximação entre os homens, poderia ter sido, no caso da língua portuguesa, um factor de união entre os países lusófonos, nomeadamente com o Brasil. Mas também este aspecto parece ter falhado e, a este propósito, Eduardo Lourenço é peremptório em relação às falhas cometidas pela política portuguesa, afirmando:

A celebrada alma portuguesa pelo mundo repartida, de camoniana evocação, foi, sobretudo, língua deixada pelo mundo. Por benfazejo acaso, os Portugueses, mesmo na sua hora imperial, eram demasiado fracos para “imporem”, em sentido próprio, a sua língua. Que ela hoje seja a fala de um país-continente como o Brasil ou língua oficial de futuras grandes nações como Angola e Moçambique, que em insólitas paragens onde comerciantes e missionários da grande época puseram os pés, de Goa a Malaca ou Timor, que a língua portuguesa tenha deixado ecos da sua existência, foi mais benevolência

¹⁰ *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, ed. cit., p.78.

¹¹ Miguel Real, *Geração de 90 – Romance e Sociedade no Portugal Contemporâneo*, ed. cit., p.19.

¹² *Ibidem*.

¹³ Fátima Nunes e Paula Miranda, «Imagens do Brasil na Cultura Portuguesa (1880-1900)» in *Congresso Luso-Brasileiro – Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*, (Actas do vol. I, 9 a 12 de Novembro de 1999), ed. cit., p.697.

dos deuses e obra do tempo do que resultado de concertada política cultural.¹⁴

A partir das afirmações de Eduardo Lourenço, podemos constatar a má política cultural levada a cabo pelo nosso país. Foi essa obra do acaso que proporcionou a existência de todo um envolvimento intelectual entre os dois países à deriva e com um movimento cultural relegado para segundo plano. Separados por um contencioso de ordem cultural, «[é] tempo de rever, reestruturar de outra maneira *os dois discursos culturais*, que por presença ou ausência deformam as autênticas e naturais imagens que Portugal e Brasil devem ter de si mesmos e dos laços que os interligam. O contencioso é de certo modo normal e inevitável.»¹⁵ Também Adriano Moreira, no seu trabalho intitulado «Aspectos Negativos da Imagem Recíproca de Portugal – Brasil», embora reconheça a importância do contributo da herança portuguesa na transmissão de valores relacionados com a família, a religião, a propriedade e o direito privado, sem diminuir a originalidade brasileira, esclarece:

O património que entrelaça os dois países e foi pacientemente tecido, como que à revelia de quaisquer intenções governamentais, deve-se, fundamentalmente, à acção anónima de cidadãos eminentes ou humildes de ambas as nacionalidades (...) Foi este património sentimental inestimável que permitiu que a solidariedade e respeito mútuos entre os dois países resistisse aos acidentais desvios de orientação do *aparelho político*. O conhecimento desses aspectos negativos que estiveram ao dispor do atentado contra o progressivo estreitamento das relações entre os dois países poderá ajudar a evitar que o facto doloroso se repita. Ajuda a entender que a solidariedade entre os dois povos não pode estar à mercê de variações acidentais dos aparelhos políticos que ocasionalmente os dirija. (...) De tudo resulta a necessidade urgentíssima de redefinir a imagem recíproca de ambos os países.¹⁶

À procura de uma identidade, a jovem nação vai-se desapegando de Portugal e, simultaneamente, vai-se construindo a si própria, tornando-se cada vez mais brasileira.

¹⁴ *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, ed. cit., p.123. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

¹⁵ *Idem*, p.144.

¹⁶ *Temas Portugueses e Brasileiros*, Luís Forjaz Trigueiros e Lélia Pereira Duarte (org.), 1ª ed., Ministério da Educação Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1992, p.41. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

Como lembra Vitorino Nemésio, «[n]ão há um pai português e um filho brasileiro, mas um mesmo homem histórico que meio milênio de viagens, plantações, de minas, de lucro, de doutrina, de guerra, teto e amor (...) estará, creio eu, sempre aberto aos europeus que cá cheguem e queiram viver e procriar à lei das “terras da tarde”.»¹⁷ No entanto, focando ainda as possíveis relações “pai português” – “filho brasileiro”, Eduardo Lourenço afirma «... que os brasileiros (...) têm razão para se imaginarem, se viverem e se comportarem como se fossem *filhos de si mesmos*.»¹⁸ Um dos nossos erros também é «... julgarmos que os Brasileiros se vivem como *continuação*, ampliação ou metamorfose nossa.»¹⁹

Vitorino Nemésio, um apaixonado e conhecedor *in loco* da realidade brasileira, não hesita em sublinhar no Brasil uma identidade própria, pois «[h]á mais de cem anos que o antigo anexo histórico erige no mar tranquilo o seu corpo já próprio e amplexivo.»²⁰ Esta visão de sentido universalista de Vitorino Nemésio proporciona ao Brasil uma amplitude e uma firmeza que o transformam num país com um futuro promissor, pois «... já ninguém tira à voz do Brasil o modo e o comando do *fieri*.»²¹

Salvo algumas exceções como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Antero de Quental e Jaime Batalha Reis²², os portugueses do século XIX tinham uma imagem muito redutora e desfocada do Brasil que, raramente, correspondia à realidade. Também para os brasileiros, Portugal não passava de um lugar muito vago no mapa da Europa, que lhes enviou os colonizadores e depois os emigrantes – duas sombras que os brasileiros carregavam às costas. É a existência de algumas imagens deformadas que proporcionaram e ainda hoje continuam a proporcionar uma relação labiríntica entre os dois países, relação essa que nunca foi assumida e olhada de frente. Este tipo de relações criadas entre os dois países não aconteceu da noite para o dia, daí a nossa justificada preocupação em nos reportarmos ao século XIX, o século onde se concentra o presente trabalho, para nos ajudar também a compreender um pouco o caminho percorrido até aos dias de hoje.

¹⁷ *Portugal e o Brasil na História Universal*, Col. «Os Cadernos de Cultura», Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1952, p.28.

¹⁸ Op. cit., p.136.

¹⁹ *Idem*, p.141.

²⁰ *Portugal e o Brasil na História Universal*, ed. cit., p.33. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

²¹ *Ibidem*.

²² As posições destes intelectuais do século XIX em relação ao Brasil encontram-se desenvolvidas no terceiro ponto do segundo capítulo.

No que diz respeito a Jaime Batalha Reis, as suas preocupações relacionadas com o Brasil elevavam-se a outro nível. Acusando Portugal do total desconhecimento de um Brasil “pensante e literário”, Batalha Reis foi um precursor ao julgar as relações entre os dois países. Julgamento esse que ainda hoje encontra eco nas palavras de Domingos Mascarenhas quando afirma:

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades – disse o poeta e é verdade. Mas também é certo que as mudanças do tempo não fazem mudar tudo. Há coisas que têm a vida dura, dir-se-á que inextinguível. Uma delas é o desinteresse em Portugal pelas realidades brasileiras (...) [e] pela actividade cultural no Brasil.²³

Insistindo, tal como Domingos Mascarenhas, no conhecimento cultural e literário do Brasil, Batalha Reis, em pleno século XIX, manifesta preocupações bem divergentes em relação à maioria dos seus contemporâneos, afirmando a necessidade de se ponderar com mais cuidado acerca da dualidade Brasil-Portugal, nomeadamente no que diz respeito à cultura, à criação literária e a uma língua que era e é comum aos dois países. Embora Batalha Reis admitisse a existência de diferenças fonéticas nas duas formas de utilização da língua portuguesa, essa não era uma razão suficiente para que os portugueses ignorassem a cultura e a literatura do Brasil, assim como também não podia servir de justificação para a crítica constante ao falar-se, em relação ao Brasil, de “um português adocicado”. O desinteresse dos homens de oitocentos e a sua ignorância relativamente ao Brasil resultavam da forma negativa como encaravam a ex-colónia, esquecendo-se que nós tínhamos passado a ser “colónia” do império brasileiro e que, de uma ou outra forma, sempre dele dependemos, quer antes da proclamação da independência, quer após “O Grito do Ipiranga” a 7 de Setembro de 1822.

Com uma sensibilidade diferente e com uma visão avançada em relação à que era protagonizada pela maioria dos homens do século XIX, Batalha Reis pretendeu “promover” a existência de um Brasil cultural, intelectual e sentimental. O território já tinha sido descoberto e explorado, mas faltava dar a conhecer a outra metade que em

²³ «Brasil, Esse Desconhecido» in Luís Forjaz Trigueiros e Lélia Pereira Duarte (org.), *Temas Portugueses e Brasileiros*, ed. cit., p.207. O artigo mencionado foi publicado no *Primeiro de Janeiro* em Novembro de 1981.

Portugal era desconhecida e ignorada, como também documentam as palavras de Antero de Quental:

O que noto, em geral, nos brasileiros, é que não são *poetas literatos*, mas verdadeiros apaixonados, arrastados por um fluxo íntimo de sentimentos. Por isso são vivos, ainda quando imperfeitos como artistas, como são quási todos. Mas há nêles uma sinceridade de inspiração, uma verdade e frescura, uma graça natural de expressão, que me encantam.²⁴

Sampaio Bruno, a respeito de um pormenor gramatical – a colocação dos pronomes pessoais (na linguagem familiar correctamente utilizados em Portugal e no Brasil, mas, na opinião de alguns estudiosos, penalizados na linguagem literária brasileira) – afirma que «... [os] escriptores brasileiros existem correctissimos a proposito. Ou por sciencia do idioma, conforme Machado de Assis; ou, por influxo ethnico de procedencia, consoante Varnhagen.»²⁵ Desta forma, Sampaio Bruno valoriza a correcção gramatical dos escritores brasileiros, revelando-se também conhecedor das formas escritas utilizadas por Machado de Assis e Adolfo Varnhagen. Interesse e conhecimento da literatura brasileira são dois pontos a realçar neste oitocentista por ser, naquela época, uma atitude pouco comum.

Anos depois, criticando a atitude de alguns intelectuais pelo facto de considerarem o Brasil um prolongamento de Portugal, João de Barros, autor da Revista *Atlântida* juntamente com o poeta brasileiro João do Rio – cujo objectivo era proporcionar uma maior aproximação entre portugueses e brasileiros – apela para a libertação definitiva «... da visão anacrónica (e, há tanto, tanto tempo falsa) dum Brasil retrato e simile de Portugal, quando ele é só, exacta e felizmente, nosso irmão por vontade própria, nosso amigo fraterno por deliberado e apaixonado propósito.»²⁶ Atribuindo às relações intelectuais entre os dois países uma importância suprema porque são alicerces firmes e seguros para a criação de um ambiente favorável a outro

²⁴ *Cartas de Antero de Quental*, 3ª ed., s./e., Coimbra, 1921, pp.208-209.

²⁵ *O Brazil Mental*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1898, p. 451. Este assunto é mencionado a propósito dos Estudos de Gramática Portuguesa publicados na *Revista Brasileira* por M. Said Ali e que, segundo Sampaio Bruno, representam um estudo isento a simpatias ou antipatias de nacionalidades, embora esteja incompleto.

²⁶ «Visão e Conceito do Brasil» in *Presença do Brasil – Páginas Escolhidas (1912-1946)*, Edições Dois Mundos – Livros do Brasil, Lisboa, s./d., p.207.

tipo de relações, conclui que «... não há amor entre os povos espiritualmente afastados, no alheamento das qualidades e virtudes superiores de cada um... »²⁷

Certo do desprendimento do Brasil em relação à França ou a outro qualquer país, João de Barros alerta os portugueses no sentido de alterarem o seu conceito e a sua visão social do Brasil. Traçando um percurso ascensional repleto de feições e desejos próprios e com uma poesia que se diferencia da europeia, o Brasil deve ser por nós olhado «... não apenas em função do nosso tributo étnico na formação do seu povo, tributo que ninguém pensa em negar, mas em função do seu carácter, génio, progresso e psicologia próprios, muito diversos do que seriam na época venturosa e gloriosa, mas extinta, das caravelas e galeões...»²⁸ Desejoso por uma amizade efectiva entre os dois países e consciente da existência de diferentes imagens do Brasil, João de Barros insiste «... durante mais dum quarto de século, em encarar o Brasil, em falar do Brasil, em louvar o Brasil, através das suas modalidades e manifestações de carácter mental e cultural.(...) Ideias que só desaparecem, só morrem quando, triunfando e deslumbrando, se transformam enfim numa alada, resplandecente e imortal realidade.»²⁹

Conferenciando na Academia Brasileira de Letras em 1929, «Sobre o Brasilismo em Portugal», Ricardo Jorge confirma, também em pleno século XX, o desconhecimento «... [d]a literatura e [da] produção mental do Brasil, de que é raro aparecerem volumes nos escaparates das livrarias de Lisboa.»³⁰ Por outro lado, também reconhece a existência de vultos importantes na intelectualidade brasileira, questionando-se a si próprio: «[Q]ue haveria eu de articular de assás moderno, a reluzir de novidade nado-viva, ao apresentar-me perante a alta mentalidade brasileira, tão culta e tão exigente?!»³¹ Tal como João de Barros, apela a um forte estreitamento de laços entre os dois países, «[s]eja por amor do idioma e de tudo o mais que a ele se vincula, que se faça um apelo para o estreitamento espiritual das patrias irmãs. Vivemos num relativo afastamento, força é confessá-lo.»³²

Afastamento, desinteresse e ignorância, a qual «... foi, é e será sempre a grande inimiga da amizade e da entajuda cultural luso-brasileira»³³ são factores que ainda

²⁷ *Idem*, p.210.

²⁸ *Idem*, p.228.

²⁹ *Idem*, pp.205 e 229.

³⁰ in *Brasil! Brasil!*, 3º Milhar, Empresa Literária Fluminense, Lisboa, 1930, p.83.

³¹ *Idem*, p.16.

³² *Idem*, p.82.

³³ Arnaldo Saraiva, «Conclusão» in *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português. Subsídios para o seu Estudo e para a História das suas Relações*, s./e., Porto, 1986, p.301.

hoje, na nossa opinião, contribuem para a dificuldade em reconhecer-se que «... se no Brasil há um mundo que o português criou, também há nele um mundo que o português não criou»³⁴, embora Arnaldo Saraiva afirme que aquele reconhecimento já se processa sem dificuldade.

A respeito deste “mundo que o português não criou” e desconhece, também Miguel Torga se mostra sensível e interessado em “descobrir”, tal como alguns intelectuais do século XIX, esse Brasil tão próprio, tão brasileiro:

Ver um povo por dentro, saber auscultar-lhe a parte mais nobre e mais oculta da fisiologia moral, intelectual, emotiva, não é empresa fácil, mormente para nós, acostumados ao método da reacção directa, lança na mão direita e paternalismo na esquerda. Mas é forçoso que comecemos a tentar esse processo dos outros, subtil e civilizado. Olhar o Brasil como hóspedes em casa alheia, que as regras mandam se coloquem correcta e delicadamente no ponto de vista do anfitrião.³⁵

Reconhecendo no Brasil «... o maior troféu do nosso espírito de aventura ...»³⁶, Miguel Torga admira o «... Brasil polarizador, que tudo digere no seu imenso corpo de gibóia, e tudo assimila e tudo revela depois a uma luz táctil, gostosa e macia, que Portugal precisa conhecer.»³⁷ Definindo o Brasil como «[q]ualquer coisa de muito grande e muito distante, tórrido e rico, para onde se desterra a esperança em último recurso (...) [o Brasil é um país] sem pergaminhos do passado mas com alvarás do futuro»³⁸, Miguel Torga acredita na jovem nação e aconselha Portugal a fazer com o Brasil «... o que certos autores exigentes fazem com os livros que escrevem: refundir sempre que possível a versão original.»³⁹

Já Fran Paxeco, também empenhado em reconciliar literariamente e culturalmente os dois países, acusa Portugal de «... “chauvinismo” literário [traduzido numa] complacência paternalista, ignorância e (ou) indiferença face ao movimento literário que se desenvolvia no Brasil, ou até mesmo, negação da existência de uma

³⁴ *Idem*, pp.307-308.

³⁵ «O Brasil» in *Traço de União – Temas Portugueses e Brasileiros*, 2ª ed., Edição do Autor, Coimbra, 1969, p.20.

³⁶ *Idem*, p.27.

³⁷ *Idem*, p.26.

³⁸ *Idem*, p.9.

³⁹ *Ibidem*.

literatura brasileira.»⁴⁰ Grande defensor e trabalhador pela causa luso-brasileira atribuiu às relações culturais e literárias existentes entre os dois países um «... significativo abismo (...) pelo qual respondia, em parte, a concepção injusta da crítica portuguesa.»⁴¹ Português, mas completamente imbuído na luta pelo êxito da intensificação das relações entre Portugal e o Brasil, Fran Paxeco torna mais inteligível «... a sintomatologia das relações culturais luso-brasileiras, demonstrando possuir forte intuição das ameaças de que estas seriam alvo.»⁴²

Independentemente da possibilidade de existirem ameaças passíveis de alterar as relações culturais luso-brasileiras, Mariano Pina, numa «Carta-Prefacio» dirigida ao Conselheiro José Duarte Rodrigues, escrita em 1896, afirma:

[C]omo portuguez, completamente alheio a certa politiquice ignara, sem ideias e sem horisonte, que tem sido a causa da nossa decadencia politica e da nossa ruina financeira – entendo que se deve ser implacavel com aqueles que teem isolado Portugal do convivio europeu e americano, e descurando as relações de toda a ordem que deviamos e devemos manter inalteraveis com o Brasil.⁴³

Mariano Pina revela-se consciente em relação ao nosso abismo político e financeiro, assim como reconhece o isolamento de Portugal face a outros países, acusando-o de não se empenhar nas relações que poderíamos estabelecer com o Brasil. Desta forma, Mariano Pina vem aumentar a lista de portugueses oitocentistas que reconheciam no Brasil um país com potencialidades intelectuais, com o qual nos deveríamos manter ligados, em vez de o ignorarmos.

Do lado brasileiro, também surgem manifestações de intelectuais a impulsionar uma efectiva aproximação luso-brasileira. De entre os intelectuais brasileiros, podemos

⁴⁰ Maria Margarida Maia Gouveia «Sobre as Relações Culturais Entre Portugal e o Brasil nos Fins do Século XIX: Uma Carta de Fran Paxeco a Teófilo Braga» in *Arquipélago – Línguas e Literatura*, n.º V, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1983, p.260. Sobre a acção desenvolvida por Fran Paxeco, tendo em conta um estreitamento das relações Portugal – Brasil, veja-se Maria de Fátima Martins Carreiro e Silva Vaz de Medeiros, «Fran Paxeco, Precursor da Luso-Brasilidade» in *A Luso – Brasilidade na Obra de Miguel Torga*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Idem*, p.262.

⁴³ in *Portugal e Brazil*, 1ª ed., Typographia da Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1896, p.9.

mencionar, entre outros, Olavo Bilac, Sílvio Romero e Joaquim Nabuco. Deste último, destacamos algumas ideias expostas acerca da união de Portugal com o Brasil, proferidas no Real Gabinete Português do Rio de Janeiro, a 10 de Junho de 1880, aquando da comemoração do centenário camoniano:

Nesta festa, uns são brasileiros, outros são portugueses, outros são estrangeiros; temos todos, porém, o direito de nos abrigarmos sob o manto do Poeta. A Pátria é um sentimento enérgico, desinteressado, benéfico, mesmo quando é fanatismo. (...) Se é o dia da Língua portuguesa, não é esta também que falam dez milhões de brasileiros? Se é a festa do espírito humano, não paira a glória do Poeta acima das fronteiras do Estado, ou estará o espírito humano também dividido em feudos inimigos?⁴⁴

Quanto a Sílvio Romero, não queremos deixar de fazer referência à sua mudança de atitude em relação à presença portuguesa no Brasil. Na *História da Literatura Brasileira*, escrita em 1888, Sílvio Romero revela-se contra aqueles que se manifestam a favor de uma raça única e contra a uniformização do Brasil, tendo como base o Velho Mundo: «Ninguém quis jamais saber, com receio do prejuízo europeu, que tem sido um dos nossos grandes males, com medo de mostrar simpatia para com os escravizados, e passar por descendentes, passar por mestiço... Eis a verdade.»⁴⁵ Valorizando a diversidade étnica brasileira e atribuindo ao Brasil as condições indispensáveis para a formação de uma nacionalidade, Sílvio Romero minimiza qualquer espécie de contributo positivo vindo de Portugal para o Brasil.⁴⁶ Catorze anos após, em 1902, no Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, profere uma conferência intitulada: «O Elemento Portuguez no Brasil». Deixando muitos dos presentes admirados, defende a presença portuguesa naquele país por possuírem os dois povos a mesma língua e a mesma história. Recorrendo a Nuno Simões, atentemos nalgumas palavras de Sílvio Romero, aquando da conferência acima referida: «[Não é] um sonho a aliança do Brasil e Portugal, como não seria delírio ver no futuro o Império Português de África unido ao Império Português da América, estimulados pelo espírito de pequena terra da Europa

⁴⁴ «Joaquim Nabuco» *apud* João de Barros, *Hoje, Ontem, Amanhã... Ensaios e Esquemas*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1950, p.192.

⁴⁵ *História da Literatura Brasileira*, vol. I, 7ª ed., Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1980, p.296.

⁴⁶ O desenvolvimento deste assunto relacionado com a visão de Sílvio Romero e de outros pensadores oitocentistas terá um maior desenvolvimento no primeiro ponto do segundo capítulo.

que foi berço de ambos.»⁴⁷ Consideradas como um dos primeiros discursos a englobar o conceito de luso-brasileirismo, as palavras de Sílvio Romero pautaram-se pelo engrandecimento da história e da cultura portuguesas, defendendo a presença portuguesa no Brasil em detrimento dos emigrantes italianos e alemães.⁴⁸

Analisando a sociedade portuguesa do século XIX, um século de lento desenvolvimento, grande despovoamento provocado pela emigração para o Brasil e de muito analfabetismo, Joel Serrão esclarece: «... le Pays vivait à des rythmes différents et bien souvent divergents: les routines ancestrales et les pôles urbains d'innovation ressemblait à des petites îles perdues dans l'immensité de la mer; (...) [c'était] un peuple qui se sentait plus réalisé dans le temps passé que dans les amertumes de son propre présent.»⁴⁹ Por tudo foi dito, não podemos deixar de voltar a citar Miguel Torga e recordar o que escreveu a propósito do “ser” português e do “ser” brasileiro: «[Somos] sobreviventes de eras mortas, andamos de luto por nós. Um luto bastante formal que enegrece as pessoas e as torna venerandas antes do calendário. (...) [O] presente vive-o (...) o brasileiro que, [tal como o Brasil,] é uma [alma] de camisa aberta.»⁵⁰ Será também por essas diferenças de carácter e de modos diferentes de sentir que ambos os países produzem discursos diferentes? Portugal enaltece o Brasil para se vangloriar dos feitos do passado, funcionando como alicerce daquilo que já fomos; para o Brasil «... Portugal existe pouco ou nada, mas, se existe é apreendido como o pai colonizador que o Brasil teve de matar para existir.»⁵¹ Portugal recorre ao Brasil só em momentos “especiais” e o Brasil, por seu lado, tenta apagar o passado que foi marcado pelos portugueses.

O esquecimento por um lado e o desejo de cortar o cordão umbilical por outro são factores que dificultam e enredam as relações entre os dois países. No fundo, é como afirma Ivo Castro «... uma história de amor insatisfeita. Uma história digna da nossa poesia trovadoresca, em que há sempre um dos dois que não está, ou que está a

⁴⁷ *Actualidade e Permanência do Luso-Brasilismo (Conferências e Discursos)*, Edição do Autor, Lisboa, 1960, p.26.

⁴⁸ Cf. Nelson H. Vieira, *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, ed. cit., pp.129-130.

⁴⁹ «Perspective de la Société Portugaise du XIXe Siècle» in *Le XIXe Siècle au Portugal – Histoire, Société, Culture, Art*, (Actes du Colloque, Paris, 6-7-8 Novembre, 1987), Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, Paris, 1988, p.171.

⁵⁰ «O Brasil» in *Traço de União – Temas Portugueses e Brasileiros*, ed. cit., p.18.

⁵¹ *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, ed. cit. p.150.

olhar para fora, ou que está a ir embora, etc.»⁵² Esta história de amor insatisfeita traduz-se, ainda hoje, na ambiguidade, no delírio e no ressentimento sentido pelo duo Portugal-Brasil ou Brasil-Portugal...

Se no século XIX o Brasil era esquecido pela maioria dos intelectuais de então, o que se observa ao longo do tempo é a existência de várias tentativas para se formar uma unidade de base linguística, isto é «... fazer da língua a pedra angular viável, de povos que a elejam como princípio para se associar.»⁵³ Um esforço, um fermentar de ideias que parece não terem passado do imaginário. A ideia de Comunidade Luso-Brasileira foi mais mítica do que real, apesar de serem os brasileiros «... os maiores legatários da língua portuguesa, no tempo.»⁵⁴ Nelson H. Vieira, a propósito do modo nemesiano de sentir o luso-brasileirismo, observa: «Para Vitorino Nemésio, o luso-brasileirismo faz vibrar o português ao avistar as terras brasileiras, e para esta relação permanecer é preciso que Portugal “robusteça” os laços culturais, pois a jovem nação ainda está a se desenvolver e se preocupa mais com o presente e o futuro do que o passado.»⁵⁵ Quase que podemos afirmar que Vitorino Nemésio e Miguel Torga são dois casos à parte no que diz respeito ao modo de entender e sentir o Brasil. Cientes dos vários discursos, das várias propostas e iniciativas dos que desejam uma comunidade Luso-Brasileira, ambos têm uma voz que proclama com justiça uma imagem do Brasil mais próxima da realidade. A propósito do querer-se forçosamente uma unidade Luso-Brasileira, Miguel Torga afirma:

Estamos diante dum cosmos a organizar-se, e os homens e os elementos confundem-se na mesma grandeza.

Esquecidos dessa evidência, alguns políticos e puristas europeus, por meio de tratados e acordos, tentam ainda manter viçosos os sagrados alfobres transplantados. Como se alguém pudesse mudar o curso do Amazonas! Como se um nova-iorquino que falasse o inglês de Oxford se sentisse integralmente americano, ou um carioca que pronunciasse como um lisboeta se sentisse

⁵² in *Discursos – Estudos de Língua e Cultura Portuguesa. Lusofonia: Uma História, Um Projecto, Uma Questão*, n.º 15, Universidade Aberta, 1988, p.73.

⁵³ Maria Aparecida Santilli, «O Papel do Brasil na Lusofonia» in *Discursos – Estudos de Língua e Cultura Portuguesa. Lusofonia: Uma História, Um Projecto, Uma Questão*, ed. cit., p.33.

⁵⁴ *Idem*, p.30.

⁵⁵ *Op. cit.*, p.174.

castiçamente brasileiro! (...) A falar errado é que os povos americanos estão certos.⁵⁶

A miragem de uma Lusofonia ou de uma Luso-Brasilidade parece-nos mais evidente do que a sua imagem. É fundamental que ambas as partes envolvidas no processo se identifiquem e se reconheçam no âmbito de uma pluralidade sentida e assumida, tendo em vista uma possível unidade fragmentada. Portugal não pode continuar a representar-se como um ponto convergente de todos os países lusófonos. O que aparentemente pode separar uns dos outros é não existir esse reconhecimento da diferença e pensá-la de forma negativa, isto é, se somos diferentes nunca nos poderemos aproximar. Mas, se atentarmos na célebre frase “todos diferentes, todos iguais” que, nos dias de hoje, facilmente nos entra em casa ou nos bate na retina, talvez não seja assim tão difícil percebermos que as diferenças também podem aproximar e unir, como nos esclarece Eduardo Lourenço:

O imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da pluralidade e da diferença e é através desta evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento cada vez mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença. Se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense. Puro voto piedoso?⁵⁷

De forma alguma! Apenas o desejo de libertar a “galáxia lusófona” das poeiras e dar oportunidade às estrelas que a compõem de brilharem, cada uma a seu modo, cumprindo-se, assim, o desejo da unidade na diversidade. Partilhando da ideia de ampliação da “galáxia lusófona”, Maria Beatriz Rocha-Trindade considera que «... a Lusofonia é o pretexto congregador de uma aliança cultural, especialmente alargada e que se deseja, sobretudo, considerar como intemporal.»⁵⁸ E de facto é para

⁵⁶ *Op. cit.*, p.43.

⁵⁷ *Op. cit.*, p.112.

⁵⁸ «O Espaço da Lusofonia: Migrações e Diálogo Intercultural» in *Discursos – Estudos de Língua e Cultura Portuguesa. Lusofonia: Uma História, Um Projecto, Uma Questão*, ed. cit., p.46.

esse alargamento e para essa intemporalidade que os países lusófonos devem convergir, apoiando-se na mesma base e «... [agarrando-se] à barca mágica da lusofonia.»⁵⁹ Também Vitorino Nemésio, enaltecendo o papel levado a cabo por D. João VI na aproximação entre os dois países e consciente da passividade actual de Portugal face ao Brasil, evoca igualmente a ideia de “magia lusófona”, nos seguintes termos: «Estudemos o Brasil que fizemos com os lusos dos trópicos e, se o idílio tiver de dar outra vez casamento ou algumas místicas núpcias, isso se verá depois...»⁶⁰

Será também importante não perder de vista esta ideia de “magia lusófona” que não deverá ser separada dos objectivos que se pretendem atingir para não tornar o fenómeno em si desprovido da magia necessária para nos encantar a todos. Por isso, «[e]speremos que nos encontremos em qualquer coisa como a antiga casa *miticamente comum* por ser de todos e de ninguém.»⁶¹ Referindo-se à literatura brasileira, a qual enaltece «... em tal tom valorativo que pressupõe paridade cultural»⁶², Vitorino Nemésio afirma: «Senti na sua generosa carta de crédito [de Lins Rego] à jovem literatura portuguesa de hoje o estilo brasileiro de um grupo de escritores de que você faz parte, e que escrevem com tinta de sangue, seiva do Brasil, fôrça e fé. Aqui não.»⁶³ No entanto, não podemos confundir aquela paridade cultural com a fusão de identidades, porque ela «... admite (...) duas identidades bem distintas ...»⁶⁴ assentes numa dimensão universal que não coincide com a área total do globo, mas sim com o âmago de cada homem, como nos transmite a sua proclamada «... “conexão Portugal-Brasil no Mundo”[.]»⁶⁵

Começamos citando Vitorino Nemésio e foi com este terceirense tão brasileiro que decidimos finalizar, escolhendo dele as seguintes palavras:

⁵⁹ Eduardo Lourenço, in *Discursos – Estudos de Língua e Cultura Portuguesa. Lusofonia: Uma História, Um Projecto, Uma Questão*, ed. cit., p.67.

⁶⁰ *Problemas Universitários da Comunidade Luso-Brasileira*, Oração de Sapiência pronunciada na sessão de abertura das aulas da Universidade de Lisboa em 16 de Outubro de 1956 in *Separata do Anuário da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 1957, p.21.

⁶¹ Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, ed. cit., p.192.

⁶² Maria Margarida Maia Gouveia «Escritos Brasileiros de Vitorino Nemésio ou “Uma República das Letras Para Portugal e Brasil”» in *Vitorino Nemésio e Cecília Meireles. A Ilha Ancestral*, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 2001, p.84.

⁶³ «Uma República das Letras para Portugal e Brasil» in António Machado Pires e outros (org.), *Vitorino Nemésio Vinte Anos Depois*, (Colóquio Internacional, 18-21 de Fevereiro, Ponta Delgada, 1998), ed. cit., p.851.

⁶⁴ Maria Margarida Maia Gouveia «Escritos Brasileiros de Vitorino Nemésio ou “Uma República das Letras Para Portugal e Brasil”» in *Vitorino Nemésio e Cecília Meireles. A Ilha Ancestral*, ed. cit., p.84.

⁶⁵ *Idem*, p.90.

Faz por cá falta a vossa desprevenção brasileira, essa seiva criada a várias latitudes, e não sei que viço já domado, que fé e gôsto na vida. Sobretudo essa tensa dimensão de futuro.

É possível também que alguma coisa do que temos vos sirva. Enfim, venham, e faremos toda uma única república nas letras para Portugal e Brasil.⁶⁶

⁶⁶«Uma República das Letras para Portugal e Brasil» in António Machado Pires e outros (org.), *Vitorino Nemésio Vinte Anos Depois*, (Colóquio Internacional, 18-21 de Fevereiro, Ponta Delgada, 1998), ed. cit., p.854.

II – A presença do português no Brasil

1. O brasileiro em construção

«... é preciso determinar primeiro quem é o Brasileiro.
É o índio caboclo?
É o descendente dos africanos?
É o descendente dos portugueses?
(...) É o misto de quaisquer 2 destas origens etnológicas e, às vezes de todas elas?»

Jaime Batalha Reis¹

No princípio, era o selvagem. Depois, a produção dos cronistas do século XVI, de onde se pode salientar a *Carta a El-rei Dom Manuel Sobre o Achamento do Brasil* de Pêro Vaz de Caminha, exalta e dignifica o nativo, fundamentando-se em traços de superioridade e de admiração pelos indígenas da terra de Vera Cruz. Nas *Cartas Jesuíticas* do século XVII, os usos e costumes dos aborígenes são já apresentados com um cariz humanizado, considerando aquele homem novo, acabado de descobrir, sublimado nas suas qualidades e virtudes. Mais tarde, em pleno século XVIII, as produções literárias de Basílio da Gama e Santa-Rita Durão indiciam uma evolução do conceito de nativismo para indianismo. Com o Romantismo, assiste-se à elevação do índio a herói nacional, tendo a expressão *indianismo* alcançado significação e plenitude, embora o nacionalismo brasileiro, como afirma Jorge de Sena, já tenha começado com a Inconfidência Mineira do Tiradentes e com os poetas arcádicos.²

O percurso sócio-literário que se traça dos habitantes do Brasil até ao século XIX aponta o índio como elemento fundamental presente na formação étnica daquele país. Índio esse que, com o passar do tempo, se foi aproximando dos estereótipos comportamentais e existenciais traçados pela sociedade ocidental, pincelando a sua alma de branco.

¹ *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, Col. «Memória Portuguesa», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, p.90

² *Estudos de Cultura e Literatura Brasileira*, Edições 70, Lisboa, 1988, p.74.

Receptor de várias correntes migratórias vindas, sobretudo, do mundo ocidental, o Brasil acolhe diferentes fluxos populacionais com características específicas e diversas que irão interferir, de forma directa e vigorosa, na construção do brasileiro.

Mas, afinal, quem é o brasileiro? O que é a raça brasileira e o que é *ser* brasileiro?

Integrado num grupo de intelectuais brasileiros em Londres, Jaime Batalha Reis vincula-se a essa circunstância e começa a interessar-se por questões directamente ligadas ao Brasil: a origem da sua gente, o seu potencial intelectual, a sua língua, a sua literatura e a possível formação de uma nacionalidade. Embora consciente da multiplicidade de respostas possíveis e da dificuldade em explicar conceitos aparentemente clarificados, Jaime Batalha Reis procura, no caleidoscópio humano do Brasil, o brasileiro autêntico, aquele «...que já não seja um Português no Brasil»³, mas sim um brasileiro com “um espírito, um génio e um carácter próprios”. Corroborando o princípio de libertação «...da mitológica exigência da criação a partir do nada»⁴, Batalha Reis responsabiliza a raça portuguesa pelas qualidades mestras dos brasileiros, chegando a afirmar o seu orgulho em relação à Pátria, a qual, segundo o autor, contribuiu de forma decisiva e positiva para a boa formação das classes cultas do Brasil. Também Eça de Queirós é categórico quando afirma: «Demos-lhe [ao brasileiro] a vida histórica, demos-lhe os costumes de nossos pais, a civilização herdada de nossos antepassados, a língua de nossos poetas.»⁵ Embora se pressinta um certo azedume nas suas palavras, sentimento que difere do de Batalha Reis e que será desenvolvido num ponto mais à frente do presente trabalho, Eça de Queirós não deixa de realçar o grande contributo do português na formação do brasileiro, ainda que este não seja um assunto muito aprofundado por aquele escritor. Na verdade, Batalha Reis e Eça de Queirós, inseridos na mesma geração e no mesmo movimento que a circunda, reflectem a visão de dois homens de letras atentos às problemáticas que a época de então suscitava (continuando a ser algumas delas, ainda hoje, motivo de reflexão e de polémica, daí o podermos inferir acerca da actualidade dos temas da Geração de 1870). Apesar desta parceria, os dois autores ponderam, com maior ou menor profundidade, sobre assuntos diferentes, consoante a sua apetência. Nesta questão da formação do brasileiro, Eça de

³ Jaime Batalha Reis, *op. cit.*, p. 85.

⁴ Roberto Schwarz, «Nacional por Subtração» in *Que horas são?*, Companhia das Letras, S. Paulo, 1987, p.48.

⁵ *As Farpas*, Tomo X, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1944, p.90.

Queirós não vai muito além de algumas considerações dispersas pelas suas páginas. De qualquer forma, é de referir o artigo escrito em 1896 para a *Gazeta de Notícias*⁶, onde Eça de Queirós expõe a sua doutrina a propósito do nativismo, o qual só é compreensível se for «... fundado na originalidade e intransigência da sua civilização...»⁷, dando como exemplo o compreensível nativismo chinês em contraste com o absurdo nativismo americano. Este, «quem [o] pode [compreender, assim como quem pode compreender] a pretensão estranha de excluir a Europa do uso e gozo de uma América que a Europa fez, com o esforço do seu génio, e que todos os dias, incessantemente, continua fazendo como a sua obra mais querida.»⁸ Para Eça de Queirós, a América nunca poderá assumir-se como nativista porque foi erguida pelos europeus e, mesmo com as independências «... continuou a viver à custa intelectual da Europa.»⁹ O nativismo brasileiro do século XIX traduz para Eça de Queirós uma forma de rejeição do “outro”, sustentada por um sentimento de inferioridade em relação ao país que lhe deu a alma: «[E] é quase certo ainda que muitos moços, com a ingenuidade um pouco tumultuosa que é própria da nossa raça, confundindo “nativismo” com “nacionalismo”, tivessem concebido o sonho de um Brasil só brasileiro.»¹⁰

Para Batalha Reis e, em parte, devido às circunstâncias que atrás referimos, este é um assunto a que o escritor dá grande importância, demonstrando grande interesse e uma preocupação latente por questões ligadas ao Brasil. Esta dissemelhança entre os dois autores também está relacionada com o facto de ambos terem preocupações diferentes e desse ponto constituir um aspecto significativo a ter em conta na forma como abordam e na vertente que escolhem para reflectirem sobre essas questões. Enquanto que Eça de Queirós se mostra mais preocupado com questões relacionadas com a situação oitocentista vivida pela sociedade portuguesa, nomeadamente a questão da emigração e do “brasileiro” torna-viagem (veja-se ponto II. 2.), Batalha Reis centra-se mais nos aspectos relacionados com a intelectualidade brasileira dessa época, preocupando-se em dar a conhecer aos portugueses, os quais considera possuírem uma

⁶ Jornal publicado no Rio de Janeiro, no qual Eça de Queirós publicou artigos de 1893 a 1897.

⁷ *Apud* Elza Miné e Neuma Cavalcante (org.), *Textos de Imprensa. IV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2002, p.597.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Idem*, p.599.

¹⁰ *Idem*, p.602. Na página 603, pode-se ler também a respeito do *ser* brasileiro que «...o Brasil é branco, de alma branca, ...» o que vem confirmar a importância da ascendência portuguesa do brasileiro e a impossibilidade de qualquer tipo de sentimento nativista.

cultura bastante débil, um Brasil “pensante e literário”, propondo-se descobrir a outra face do país que Caminha deixou intacta.

Apesar de construído a partir de um substrato português apontado pelos dois autores, o brasileiro reflecte, em alguns aspectos, o português invertido. Contrariando o cepticismo e o pessimismo característico do nosso povo, ele é, segundo Batalha Reis, o optimista, o confiado e o exuberante, enquanto que Eça de Queirós o define como sendo «... o Português – dilatado pelo calor. (...) Rirmo-nos do brasileiro é rirmo-nos de nós sem piedade. Nós somos o germe, eles são o fruto: é como se a espiga se risse da semente. Pelo contrário! O brasileiro é bem mais respeitável por que é completo, atingiu o seu pleno desenvolvimento: nós permanecemos rudimentares.»¹¹ Não se distanciando muito um do outro, ambos apontam modos de ser que desembocam na instabilidade que é, ao fim e ao cabo, uma característica inerente a diversas combinações ainda por completar.

Mas, apesar destes aspectos contrastantes entre os dois povos e do contributo positivo¹² apontado por Batalha Reis e Eça de Queirós da presença do português no Brasil, Paulo Prado, no seu ensaio sobre a tristeza brasileira, aponta o legado melancólico e triste com que os descobridores e povoadores do Brasil presentearam «... [essa] terra radiosa [onde] vive um povo triste.»¹³ Esta definição lembra-nos Teixeira de Pascoaes¹⁴ quando aponta a “vil tristeza” como um dos defeitos dos portugueses, o qual, segundo o autor, é a representação decadente e patológica da saudade. Em relação a este aspecto, Paulo Prado fundamenta a sua teoria apoiando-se na ausência de sentimentos afectivos dilatada pelo anseio de lucro e consequentes desilusões de sabor amargo – paixões insatisfeitas, o ouro “transformado” em pirite, a inutilidade do esforço para enriquecer e a insaciabilidade – os quais favoreceram a atmosfera melancólica que se alastrou pelo maravilhoso achado e seus habitantes. O

¹¹ *Uma Campanha Alegre*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d, p.310. A respeito desta citação não podemos deixar de referir que esta visão do brasileiro apresentado por Eça de Queirós está relacionada com uma notória humanização quer do brasileiro propriamente dito, quer do “brasileiro” torna-viagem, situação idêntica aquela que encontramos retratada n’*As Farpas* de 1872. Voltaremos a este assunto, de uma forma mais pormenorizada, no ponto seguinte deste capítulo.

¹² Por considerarmos que a questão do contributo positivo do português no Brasil tem alguns pontos que merecem um esclarecimento e uma reflexão mais cuidada e profunda e uma vez que Batalha Reis considera Portugal, em muitos aspectos, incapaz de constituir um centro criador de modo a influenciar o espírito brasileiro nos seus pontos mais íntimos, iremos, num ponto mais à frente deste trabalho, tentar dar a conhecer os seus pontos de vista em relação a este assunto, o qual considerámos de todo o interesse e ainda actual.

¹³ *Retrato do Brasil*, 6ª ed., Col. «Documentos Brasileiros» dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1962, p.3.

¹⁴ *A Arte de Ser Português*, 3ªed., [1991], Assírio & Alvim, Lisboa, 1998 (1ª ed. 1991).

brasileiro constitui um povo que herdou a melancolia de quem, movido por uma forte ambição pelo ouro, transformou o seu dinamismo em ganância, libertinagem e sensualidade lascívia, «... [aí esgotando] a exuberância da mocidade e fôrça e [satisfazendo] os apetites de homens a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade européia.»¹⁵

Traduzindo uma opinião nada favorável à presença do português no Brasil como contributo positivo para a sua formação étnica e anímica, Paulo Prado remete-nos para uma questão relevante em todo este processo de construção do brasileiro: a miscigenação. De facto, este é um aspecto do qual não nos podemos alhear, uma vez que ele é representativo e traduz o resultado daquela presença, a qual ainda hoje continua a suscitar reflexões e a provocar alguma discórdia. A conquista e o povoamento do Brasil apresentam-nos uma feição muito especial na medida em que resultaram no aparecimento da mestiçagem como um novo elemento na constituição dos tipos autóctones do Novo Mundo. Segundo Paulo Prado, essa “concubinagem” era o resultado de vários factores que favoreciam o contacto da sensualidade da nudez índia com a ausência de regras comportamentais do conquistador: a doçura do clima e do ambiente físico e a admiração da mulher índia pelo homem europeu – situação retratada por José de Alencar em *Iracema* com o propósito fundador de uma consciência nacional baseada na miscigenação do europeu que chega com a índia, representante da especificidade local, daí resultando o elemento chave dessa nova nacionalidade: Moacir – filho do sofrimento¹⁶. Este sentir referenciado por Alencar encontraria eco nas ideias de Paulo Prado uma vez que este autor não encara a miscigenação como uma forma idílica de concretização do amor e, tal como *Iracema* acaba sofrendo, também Paulo Prado vê naquelas ligações o simples prazer carnal, classificando-o de animalesco, o qual, pela ausência de sentimentos elevados, conduz à solidão e à tristeza dos seus habitantes, «[vivendo] tristes numa terra radiosa.»¹⁷ Podendo também mascarar relações desiguais de poder e domínio, como poderão ser aquelas existentes entre o descobridor e

¹⁵ Paulo Prado, *op. cit.*, p.17.

¹⁶ Não podemos deixar de salientar que o referido romance reflecte a preocupação da formação euro-descendente do Brasil que, por razões epocais e de correntes literárias – século XIX e Romantismo, respectivamente – apresenta o índio como o verdadeiro antecessor elevando-o a herói nacional e, consequentemente, esquece o negro então considerado como um elemento degenerador da nova raça e nova nação.

¹⁷ Paulo Prado, *op. cit.*, p.150.

o autóctone, a miscigenação, se para uns é sinónimo de submissão e impureza racial, para outros é uma forma elevada de humanismo e de enriquecimento cultural.

Constituindo um verdadeiro elogio da tolerância e da cordialidade verificado na pluralidade étnica, esta forma de encarar a miscigenação poderá desaguar numa representação não racista dos povos descobridores. No entanto, raramente esta forma de embrenhamento é analisada numa perspectiva dual. Ao descobridor, considerado pertencente a uma raça superior, é-lhe atribuída a grandeza daquilo que foi capaz de dar aos *outros* – a sua cultura e a sua estirpe – sendo muitas vezes, ou quase sempre, esquecido o contributo positivo que o autóctone oferece ao país e às gentes que o colonizam, desprezando-se por completo a reciprocidade que, obrigatoriamente, existe nas relações estabelecidas entre ambos.¹⁸

É dentro desta linha de pensamento que alguns intelectuais oitocentistas quer portugueses, quer brasileiros interpretam, à luz das teorias e correntes filosóficas vigentes no século XIX, um conceito de grande expressão antropológica naquele século: o conceito de raça e a sua importância na formação de um povo, baseando-se alguns deles – nomeadamente, o grande historiador do Brasil Francisco Adolfo de Varnhagen, o implementador da «Escola do Recife» Tobias Barreto e também o historiador português Oliveira Martins – em formulações ideológicas arraigadas numa tradição europeia e branca que, nos dias de hoje, quase poderia rondar o racismo. De facto, adeptos incondicionais do germanismo e da pureza racial, não está nos seus horizontes a possibilidade da existência de misturas rácicas para uma nação que se está a formar e começa a pensar nas suas origens. Oliveira Martins chega mesmo a preconizar que o Brasil seja «[u]ma nação europêa e não mestiça, tal deve ser o pensamento, o alvo dos estadistas»¹⁹, revelando-se, desta forma, partidário do que então se designava por “darwinismo social” – uma extensão do pensamento acerca da origem das espécies por via da selecção natural introduzido pelo naturalista e biólogo do século XIX Charles Darwin. Como tal, existiriam raças inferiores e raças superiores, culturas avançadas e culturas atrasadas com diferentes capacidades intelectuais. De entre todas, sobressaía a raça ariana que predominava na Europa, constituindo esta o modelo de primazia civilizacional do Mundo, por isso «[q]uanto mais nos afastarmos do centro geográfico, a

¹⁸ Miguel Vale de Almeida, *Um Mar da Cor da Terra – Raça, Cultura e Política da Identidade*, Celta Editora, Oeiras, 2000, p.161 ss.

¹⁹ *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 5ª ed., Parceria António Maria Pereira – Livraria Editora, Lisboa, 1920, p.176.

Europa, que ao mesmo tempo é o centro civilizado do Mundo, mais rudimentares iremos achando as manifestações da cultura ...»²⁰

Refutando os postulados teóricos subjacentes à existência de raças inferiores e superiores e manifestando-se contra a eugenia, Batalha Reis define raça como sendo «... o resultado evolutivo de uma outra raça modificada pela residência num meio diferente, ou o resultado de cruzamento com outras raças»²¹, avançando com o termo *mestiçagem*, para a qual contribuíram o índio, o negro e o português. Desta forma, Batalha Reis traduz a consciencialização da mistura de raças, a qual até poderá contribuir para a extinção de algumas ditas inferiores, havendo vestígios delas em todos os países. No entanto, esta não é uma preocupação latente naquele autor ao afirmar que «[o] presente é do mestiço com forte influência índio-africana»²², prevendo para o futuro a quase ausência do elemento português no Brasil: «Por agora são em toda a parte, suponho eu, ainda predominantemente o português, o caboclo e o negro africano. (...) É possível que em todo o Brasil esse elemento não seja, de futuro, como tem sido predominantemente o português.»²³ Previsão feita há cem anos atrás que acabou por acontecer e ser uma realidade nos dias de hoje. Neste aspecto, não podemos deixar de referir também o pensamento de propósito patriótico da actividade mental de Oliveira Martins quando afirma que «[j]á lá vai o tempo em que o elemento português preponderava de um modo quase absoluto», lamentando o facto de «..ver assim posto em perigo o futuro da melhor obra da história portuguesa»²⁴, quando se referia a um decreto do Governo Provisório impondo a nacionalização brasileira a todos os residentes naquele país. Oliveira Martins, temendo a falta de vigor da população neo-portuguesa para absorver e assimilar tantas diferenças provenientes da grande quantidade de imigrantes italianos e alemães a residirem no Brasil, põe em causa a possível formação de uma nacionalidade pelo facto de o Brasil se tornar num «... caravanseralho de povos e não uma nação»²⁵, manifestando-se desta forma, tal como Eça de Queirós, contra a implantação da República.

²⁰ Oliveira Martins, *As Raças Humanas e Civilização Primitiva*, 4ª ed., Tomo I, Parceria António Maria Pereira, Livraria Editora, Lisboa, 1921, p.68.

²¹ *Op. cit.*, p.94.

²² *Idem*, p.90.

²³ *Idem*, p.88.

²⁴ *Política e História*, Col. «Obras Completas de Oliveira Martins», vol. II, Guimarães Editores, Lisboa, 1957, pp.249-250.

²⁵ *Idem*, p.248.

Retomando a ideia de mestiçagem proposta por Batalha Reis, encontramos em Sílvio Romero, na *História da Literatura Brasileira*, considerações feitas acerca do cruzamento de raças, afirmando que este «[é] um processo indirecto de riscar povos do livro da vida, apagando-lhes os característicos étnicos, mas é mais humano e não digo mais meritório, porque não são cousas filhas de reflexão consciente.»²⁶ Romero referia-se ao caso dos portugueses no Brasil e à sua facilidade demonstrada para a miscigenação, considerando-os, apesar do atrás mencionado, juntamente com o índio e o negro, os três povos «...antropológica e etnograficamente distintos, que nos têm vindo a forjar, a amalgamar...»²⁷ A par do *mestiçamento* físico, Sílvio Romero aponta também a existência de um *mestiçamento* moral, designação que encontra afinidades em Batalha Reis, atribuindo-lhe ambos grande importância. Conferindo ao *mestiçamento* uma unidade futura ainda que remota, mas também a causa de uma certa instabilidade moral, não deixa de salientar os resultados positivos obtidos através do *mestiçamento* físico e moral pois «... desta fusão de *sangues* e de *almas* é que tem saído diferenciado o brasileiro de hoje e há de sair cada vez mais nítido o do futuro»²⁸, remetendo-nos para a noção de “algo” ainda em construção. Recordando-nos o químico e físico Antoine Laurent de Lavoisier ao afirmar que «...aqui, como em o mundo físico, tudo se transforma e nada se destrói»²⁹, é ao mestiço que o Brasil deve «...as cores vivas e ardentes de nosso lirismo, de nossa pintura, de nossa música, de nossa arte em geral»³⁰, afirmando ainda a necessidade imperiosa de se acabar com convencionalismos rácicos: «Ah! Deus! Quando se acabará essa cegueira e nosso povo, para seguir firme o seu caminho, tratará de conhecer suas origens sem ilusões e sem preconceitos?»³¹ Sílvio Romero manifesta-se claramente contra a uniformização das raças, comparando-a a um processo de morte e aniquilamento, criticando aqueles que julgam o problema da origem brasileira como um incómodo. Sem aquela uniformização, o Brasil vai formando uma raça histórica, cujo valor reside exactamente na fusão étnica, aliando-se aos portugueses duas raças diferentes em vários aspectos – os índios americanos e os negros africanos. Em relação a estes, chega mesmo a censurar e a acusar a ingratidão a

²⁶ 7ª ed., Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1980, p.200.

²⁷ *Ibidem.*

²⁸ *Idem*, p.311.

²⁹ *Idem*, p.305.

³⁰ *Ibidem.*

³¹ *Idem*, p.212.

que foram votados por alguns espíritos inteligentes só pelo receio de serem “julgados” pelo juízo europeu.

Não será esta já uma forma de Sílvio Romero se manifestar contra a globalização que actualmente vivemos, ainda que usando uma terminologia inserida numa outra época?

Corroborando alguns pontos de vista de Batalha Reis e Sílvio Romero, também José Veríssimo, um dos elementos daquele grupo de brasileiros intelectuais em Londres, considera o português como o principal progenitor do brasileiro, quer em termos étnicos, quer em termos literários, considerando-o neste campo «... o único factor certo, positivo e apreciável nas origens da nossa literatura.»³² Referindo-se igualmente a um *mestiçamento* fisiológico e psicológico, tal como Sílvio Romero, José Veríssimo encara a Literatura como uma modalidade de Arte – tal como se pode observar em Batalha Reis numa carta dirigida a Graça Aranha³³ – defendendo a sua função social. Parece-nos que pela diferente forma de abordar as questões vigentes na época, José Veríssimo se distancia um pouco de Sílvio Romero por este não ter restringido a sua actividade à crítica literária, mas tê-la alargado à etnologia, à sociologia e à política, mostrando-se, neste aspecto, a favor da implantação da República por «... revelar este querido povo brasileiro tal qual é, entregue a si próprio ou aos seus naturais directores, o que vem a ser a mesma cousa»³⁴, afastando-se politicamente quer de Eça de Queirós, quer de Oliveira Martins.

Classificando a Literatura como um instrumento de “cultura interior” e a melhor expressão de nós mesmos, José Veríssimo afirma: «[A] história da literatura brasileira é, no meu conceito, a história do que da nossa actividade literaria sobrevive na nossa memória colectiva de nação», por isso o escritor é aquele que possui «... alguma coisa interessante do dominio das idéas a exprimir (...) de modo a lhes aumentar o interesse, a tornal-o permanente e a dar aos leitores o prazer intelectual que a obra literaria deve produzir»³⁵, atribuindo à arte literária o sinónimo de belas letras. Mas, apesar desta preocupação ligada às diferentes formas de Arte, José Veríssimo também relaciona o progresso da literatura brasileira com a evolução nacional. Situa-a como emancipada a partir do Romantismo, tendo sido distinguida e promovida primeiro pelo movimento

³² *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1916, p.28.

³³ Jaime Batalha Reis, *op. cit.*, p.134.

³⁴ Sílvio Romero, *op. cit.*, p.188.

³⁵ José Veríssimo, *op. cit.*, pp.18-20. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

indianista. A permanência do espírito nacionalista confere, segundo aquele autor, à literatura brasileira a sua justificada autonomia, pois «[a] literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa.»³⁶

Desta forma, Veríssimo afirma já uma independência sentimental do brasileiro em relação ao português, uma vez que a literatura brasileira já expressa formas de sentir e de pensar que se distinguem das portuguesas. No entanto, toca num outro assunto candente no Brasil naquela altura e que, de certa forma, continua a sê-lo ainda nos dias de hoje: a questão da língua e a sua “eterna” dependência. Aliás, esta dependência é notada quer por Batalha Reis, quer por Veríssimo, questionando ambos se de facto poderá existir uma literatura sem uma língua própria. A este respeito, Batalha Reis, na sua procura pelos escritores brasileiros de modos de pensar, de sentir e formas de expressão originais para as questões brasileiras do presente e do futuro, depara-se com o desejo de se ir formando, pouco a pouco, um espírito nacional que também desagua nas particularidades linguísticas que, no uso, o brasileiro dá à língua portuguesa. Por isto, conclui Batalha Reis que essas diferenças só poderão ser fruto de um carácter brasileiro que se começa a decifrar e a manifestar. Batalha Reis vai mais longe: para ele as alterações linguísticas operadas no Brasil constituem já um *Sistema de sons expressivos*, atribuindo a esse “novo sistema de sons” uma certa preguiça, doçura e feminilidade por oposição à língua portuguesa mais grave, séria, viril, forte e rude. Não estará presente nesta adjectivação linguística o prenúncio de uma diferenciação entre o *ser* brasileiro e o *ser* português? Não abandonámos de todo esta hipótese porque considerámos que o carácter de um povo também se manifesta na e através da sua competência linguística, por entre a permeabilidade do espírito, do génio e do carácter de um povo.

Ainda em relação às alterações linguísticas verificadas no Brasil, afirmava João Ribeiro:

Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita. (...) Estamos assim caminhando como galés, por uma diagonal entre duas forças

³⁶ *Idem*, p.1.

que nos solicitam para rumos diversos: o “americanismo”, espontâneo, incoercível, natural e o “portuguesismo” afectado e artificioso.

Em tempo, o povo que é o maior de todos os clássicos (no dizer de um deles) dirá a última palavra.³⁷

Atribuindo grande importância à relação raça/língua, correspondendo a esta todo o seu valor expressivo, Batalha Reis afirma que «[u]ma nova língua, uma nova intelectualidade, uma nova alma estão no Brasil em via de formação – mas não ainda inteiramente formadas.»³⁸ Daí criticar os brasileiros pela sua «[a]videz (...) em querer fazer brasileiros (...) [para além de] uma irresistível tendência para darem por feita uma coisa que se está ainda fazendo»³⁹, acrescentando que esta é uma característica das nacionalidades recentes onde tudo parece estar por fazer, revelando-se ansiosos no desejo de quererem possuir já uma literatura e uma língua nacionais. Talvez o factor diferença entre Batalha Reis e os seus amigos brasileiros venha à superfície na abordagem desta questão, porque se entre eles existem muitos factores de semelhança que os fundiu numa grande amizade, algumas diferenças também estão presentes e são, de certo modo, relevantes. Nesta questão da existência de uma nacionalidade sentimental e intelectual brasileira, parece-nos que Batalha Reis se distancia um pouco dos seus pares, mostrando-se mais cauteloso e ponderado nas posições que toma. Na sua opinião, se ainda não está formada uma raça brasileira, não pode haver ainda uma literatura brasileira, pois esta terá que ser o produto de uma nova raça.

Para Batalha Reis é mais importante a aquisição por parte dos brasileiros de uma nova forma de pensar e sentir expressa numa “língua nova”, considerando-se então, nesse momento, a existência de uma literatura brasileira. Neste campo, também Machado de Assis, num artigo intitulado «Instinto de Nacionalidade», escrito em 1873, aponta para a importância da existência de um pensamento nacional, constituindo este uma «... outra independência [que] não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas, muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.»⁴⁰ O autor português acrescenta que não são os assuntos nem as descrições locais que determinam

³⁷ «A Língua Nacional» in *Ensaístas Brasileiros*, (coord., pref. e notas de José Osório de Oliveira), Col. «Cruzeiro do Sul», Bertrand, Lisboa, s./d., pp.206 e 210.

³⁸ *Op. cit.*, p.77.

³⁹ *Idem*, pp.91 e 88.

⁴⁰ in *Obra Completa*, vol. VIII, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1997, p.801.

a nacionalidade literária, mas a forma especial e diferente de ver, sentir e pensar esses mesmos assuntos. A diferença reside na forma especial e peculiar de cada nação sentir o que é comum a toda a humanidade. Deste modo, «[p]ara que completamente se forme uma Arte, e, assim, uma Literatura brasileira, é indispensável que se tenha formado uma nova nacionalidade sentimental e intelectual, uma organização etnológica – uma raça brasileira.»⁴¹ Reforçando a importância da formação etnológica, a qual provoca uma nova nacionalidade sentimental e intelectual para que seja possível formar-se uma Arte, uma Literatura brasileira, Batalha Reis afirma que esse organismo psíquico, individual e étnico está ainda em formação, sendo a raça o substrato dessa nova construção e dessa nova formação resultante da fusão do português, do índio e do negro.

Apresentando o Brasil como “o mundo que o português criou”, Gilberto Freyre dá relevo à acção de Portugal no Brasil, «... país onde esse processo de alongamento de uma cultura antiga numa nova, e mais vasta que a materna, atingiu a sua maior intensidade.»⁴² A interpenetração de diferentes valores culturais e o contributo positivo da miscigenação levada a cabo pelos portugueses sem qualquer tipo de preconceito, deram origem a uma força e a uma riqueza, proporcionando ao Brasil «... o começo de uma vasta cultura plural.»⁴³ Partilhando esta ideia relacionada com a pluralidade cultural, tal como Batalha Reis, Sílvio Romero e José Veríssimo, Alfredo Bosi⁴⁴ dá especial atenção à importância desta diversidade, considerando-a o resultado de diversas interacções e oposições atemporais e a-históricas. Do entrosamento de culturas ibéricas com as indígenas e africanas, elas também já por si só híbridas, resulta uma riqueza cultural que será avaliada, filtrada e guardada pela vivência dos próprios indivíduos. Daí o resultado obtido não ser nem uma cultura coesa nem uma cultura fragmentada, mas sim um fenómeno de recepção e acolhimento do *outro* que se encontra em constante movimento.

A dificuldade em definir o *ser* brasileiro reside exactamente neste ser e não ser, neste tipo de círculo que nunca se fecha e que seria garante de uma possível e talvez desejada, por alguns, coesão estereotipada. Graças a esse processo de organização social aparentemente débil e à facilitada fixação do luso em solo tropical através da mestiçagem, foi possível aos portugueses formarem uma espécie de «... nova pátria,

⁴¹ Jaime Batalha Reis, *op. cit.*, p.79.

⁴² *O Mundo que o Português Criou*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d., p.30.

⁴³ *Idem*, p.34.

⁴⁴ «Plural, Mas Não Caótico» in *Cultura Brasileira. Temas e Situações*, Ática, S. Paulo, 1987.

longe da sua»⁴⁵, da qual não pode ser excluída a problemática levantada por Paulo Prado a propósito do modo do português se entrosar no Brasil. A fragilidade social brasileira, fruto da proliferação de elementos anárquicos, não é um fenómeno moderno, mas sim algo que se encontra enraizado no *ser* brasileiro e que se traduz na rejeição de sistemas exigentes e disciplinados. Nesta “terra de contrastes” onde «... *coexistem* todas as eras “históricas”, desde a pré-história à mais refinada e tecnicista civilização contemporânea»⁴⁶ e onde muitas vezes o *ser* brasileiro se afirma pela negativa, deparamo-nos com um ser estranho dentro do seu próprio país. A esta conclusão, subjacente à reflexão levada a cabo por Nágila Ibrahim El Kadi⁴⁷, chegara Sérgio Buarque de Hollanda, quando classifica os brasileiros como «... uns desterrados em nossa terra.»⁴⁸ Esta estranheza brasileira ao que é próprio deve-se ao facto de o Brasil ter sido sempre um país onde se efectuaram, ao longo dos tempos, diversas transplantações de cultura, tendo sido a cultura europeia uma das mais bem sucedidas em todo esse processo. Sendo como que uma fatalidade, o modo de ser brasileiro acaba por estar enclausurado noutras formas de vida, noutros climas e paisagens, noutras visões do mundo, simbolizando uma contínua construção sociocultural e histórica do *ser* brasileiro com “saudades de si mesmo”, transportando consigo a eterna pergunta: «Brasileiro, quem é?» Será o homem cordial de Sérgio Buarque de Hollanda ou o homem bondoso de Batalha Reis? Em relação ao primeiro, e depois do que muito já se disse acerca da cordialidade brasileira, abrimos um parêntesis só para salientar o fundo emocional extremamente rico e transbordante que aquele autor aponta ao brasileiro, distanciando-o de formas sociais cerimoniosas e polidas. Com grande tendência para a familiarização, o brasileiro cordial reduz-se ao social, ao «... desejo de estabelecer intimidade»⁴⁹ até com os objectos quando, em termos linguísticos, tem tendência para usar o diminutivo, aproximando mais o objecto do coração. Mas (e porque não há bela sem senão!) a bondade atrás apontada por Batalha Reis – à partida um predicado consistente e sem espaço para algum “senão” – acaba por ser algo que ele próprio questiona. Na verdade e como já tivemos ocasião de referir, em Londres, aquele intelec-

⁴⁵ Sérgio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, Col. «Documentos Brasileiros» dirigida por Gilberto Freyre, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1936, p.39.

⁴⁶ Jorge de Sena, *op. cit.*, p.71 ss.

⁴⁷ «Brasileiro, Quem É?» in *Revista Estudos Humanidades* da Universidade Católica de Goiás dirigida por Carlos Eduardo Vieira, vol. 27, nº 2, Abril – Junho, 2000, pp.325-333.

⁴⁸ *Op. cit.*, p.3.

⁴⁹ *Op. cit.*, p.103.

tual estava integrado num grupo de amigos brasileiros com os quais convivia e nutria grande simpatia. Foi em contextos deste género que Batalha Reis teve oportunidade de se referir à grande simpatia e estima que sentia pelos brasileiros, enaltecendo-lhes a boa formação intelectual e moral, não se esquecendo de referir o contributo da raça portuguesa para tal formação. De entre os muitos predicados com que dignifica os brasileiros, sobressai a «... imensa e universal bondade»⁵⁰ que ele considera magnífica para o convívio, mas também «... um eminente perigo nacional.»⁵¹ Na forma como analisa esta questão, Batalha Reis põe em causa a capacidade do brasileiro levar por diante aquilo que ele define como «... a marcha grandiosa e próspera duma Nacionalidade [...]»⁵² Inquieto pelos destinos do Brasil e colocando a hipótese da incapacidade dos brasileiros para tal feito, está a revelar, quiçá, o lado mais doloroso do *ser* brasileiro e que ainda hoje é tido em conta e seguido por alguns de forma bastante sólida. No entanto, e apesar desta breve e original reflexão, Batalha Reis, como já tivemos oportunidade de retratar, atribui capacidades aos brasileiros para formarem uma nacionalidade sentimental e intelectual. Afinal tudo está ainda em construção!

Apesar de legitimar o contributo positivo que a raça portuguesa exerceu na formação do brasileiro, Batalha Reis não lhe atribui responsabilidade única, uma vez que a História do Brasil poderá ser a «... História da formação dum tipo novo resultado de 5 factores. Portugueses; Negros; Índios; Meio físico e Imitação estrangeira»⁵³, afirmando a sua concepção de amálgama étnica (ligando-se assim ao pensamento de Sílvio Romero na formação do *ser* brasileiro), sobressaindo desta fusão o português. Igualmente defensor do carácter híbrido da raça brasileira, Gilberto Freyre identifica a formação brasileira com «... um processo de equilíbrio de antagonismos»⁵⁴ claramente complexos e procedentes de espaços socialmente diferentes, condições que permitiram ao “pré-brasileiro”⁵⁵ a edificação de uma cultura e de um novo homem: o brasileiro de formação portuguesa, índia e negra. Este hibridismo rácico defendido pela plasticidade e riqueza de aptidões do carácter português é o suporte de uma sociedade primitiva e civilizada, racional e irracional que vai construindo ao longo dos tempos uma estrada

⁵⁰ Jaime Batalha Reis, *op. cit.*, p.20.

⁵¹ *Idem*, p.21.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Idem*, pp.84-85.

⁵⁴ *Casa – Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira Sob o Regime de Economia Patriarcal*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d., p.62.

⁵⁵ Terminologia utilizada por Gilberto Freyre para se referir a um grupo humano diverso e situado num espaço tropical, permitindo interpenetrações as quais facilitaram a criação do brasileiro.

natural interior marcada por traços comuns que vão definindo o brasileiro: «Sensível, generoso, nobre, hospitaleiro, trabalhador, (...), [de] inteligência viva e aguda, um raro senso da realidade, um engenho curioso e hábil.»⁵⁶

Confirmada a honra da ascendência portuguesa do brasileiro e o hibridismo étnico que o perfila, é através da cordialidade deste novo brasileiro que se vão disseminando as diferenças que à partida poderiam ser motivo de fragmentação dessa nova forma de ser. Como já anteriormente referimos aquando da abordagem à concepção de pluralidade unívoca, seguindo de perto o parecer de Alfredo Bosi, a fragmentação do *ser* brasileiro conduz a uma nova forma criativa de ser e estar, sendo na opinião de Alberto Tôrres «... o tipo mais aproximado da sociedade ideal no futuro de civilização e de cultura, que iniciamos. (...) [N]ão temos senão motivos, assim, para confiar na energia e na capacidade das nossas raças.»⁵⁷ Esta importância que é dada ao contributo das diferentes raças para a formação do brasileiro e a tolerância e dignificação como consequências dessa forma de encarar a multiplicidade racial é referenciada por Miguel Torga a propósito do negro: «O mundo nunca será grato ao Brasil por esta dignificação do Negro, que é um triunfo no plano moral e no estético (...) o preto aveluda tudo, integra na sua pureza as manchas da desarmonia. [É uma] presença onde a realidade e a sombra vivem fundidas!»⁵⁸, palavras que vão ao encontro de Sílvio Romero e do seu desejo em restituir ao negro o lugar que lhe compete na formação do Brasil.

Desta concepção nasce a obrigatoriedade imaginativa que se impõe e as possibilidades criativas que se podem vislumbrar numa unidade sentimental e cultural que tem condições para prosperar esteja o Brasil no continente americano, no europeu ou no africano. Cremos, no entanto, que é importante não nos esquecermos, em momento algum, de que esta pluralidade humana e cultural, com tendência a concentrar-se num modo de ser e estar, não deve ser interpretada como uma forma de desnacionalização ou de globalização. Contrariando esta hipótese, pensamos que a unidade na pluralidade brasileira é de tal forma coesa que nem chega a existir espaço para tais propósitos. Este ser visto por alguns como um pouco de todos, mas algo indefinido, firma-se na sua abertura para o futuro e na luta para «... florescer amanhã

⁵⁶ Alberto Tôrres, «Confiança nas Raças do Brasil» in *Ensaístas Brasileiros*, (coord., pref. e notas de José Osório de Oliveira), Col. «Cruzeiro do Sul», Bertrand, Lisboa, s./d., p.35.

⁵⁷ *Op. cit.*, pp. 58-63.

⁵⁸ *Diário*, vols. V-VII (1949-1959), Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, pp.685-686.

como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma.»⁵⁹ Por isso, esta «Roma tardia e tropical (...) lavada em sangue índio e negro»⁶⁰, com condições favoráveis à expansão e ao desenvolvimento, é vista como um mundo novo radicado na velha Europa, mas com uma capacidade criativa alargada de onde são capazes de irromper novas formas de ser e estar. É com os olhos postos no futuro que o brasileiro se encara a si próprio, projectando-se de uma forma optimista num devir cheio de expectativas, deslumbramento e plena confiança nas suas capacidades.

Esta gente sem raça e, ao mesmo tempo, multirracial, filtrada por feitiços mágicos, deixa no seu rasto uma poeira leve e fina que nunca pousa para não cobrir definitivamente o véu de mistério que a circunda. Trata-se de um enigma que se vai tentando desvendar, mas acreditamos que dificilmente será descoberto até por uma qualquer mãe-de-santo. Este *ser* brasileiro tão perto e tão longe, tão semelhante e tão diferente do *ser* português é dono de uma imensidão sem igual porque «... aquecido pelo calor do Sol e pelo fogo das paixões.»⁶¹

Para Batalha Reis, no princípio do século XX, ainda era prematuro definir-se raça brasileira. Os elementos existentes no Brasil provêm de diversos pontos todos eles fundamentais para a criação do brasileiro. Só quando esses elementos tão diferentes entre si e tão dispersos se fundirem é que estarão reunidas as condições necessárias para emergir a raça brasileira, isto é, para se formar etnologicamente o brasileiro. Baseando-se na constituição étnica do brasileiro, Batalha Reis preconiza a existência de uma “alma dos brasileiros” por considerar ainda prematura a existência de uma “alma brasileira”. No entanto, não exclui a hipótese de se vir a concretizar a tal “alma brasileira” logo que o brasileiro seja detentor de uma forma própria de pensar e sentir «... com o mesmo poder de individualidade que tem hoje o alemão, o inglês, o francês, o espanhol e o português.»⁶² Insiste na necessidade dos brasileiros atingirem uma unidade étnica, fundindo num todo homogéneo os elementos de origens diversas que o compõem. Do cruzamento de várias etnias resultará o brasileiro, ao qual será legítimo atribuir todo o sentido e significado da palavra “cidadão”, criando-se e desenvolvendo-se, pouco a pouco, um novo espírito nacional.

⁵⁹ Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil*, 2ªed., [1995], Companhia das Letras, S. Paulo, 1996, p.455.

⁶⁰ *Idem*, p.453.

⁶¹ Miguel Torga, *op. cit.*, p.688.

⁶² Batalha Reis, *op. cit.*, p.83.

Somos tentados a pensar que ainda hoje, em pleno século XXI, é difícil definir o que é *ser* brasileiro. Continuamos sem respostas objectivas e concretas. Por um lado, é aquele povo que só se levanta para gritar “Golo!”, por outro lado é aquela gente a quem o clima adocicou as marcas do sofrimento, as quais insistem em não se instalar definitivamente no seu devido lugar, aliás como tudo o que faz parte do Brasil e do brasileiro – nada parece possuir, à partida, consistência suficiente para ser definitivo e perene.

Em 1954, escrevia Miguel Torga ainda a propósito da dificuldade em definir o Brasil e o ser brasileiro:

E cá ando a tentar conhecer o telúrico inapreensível [Brasil] através do, talvez mais inapreensível ainda, cidadão que o habita. A concentrar a atenção neste ser uno e diverso, local e universal, cioso e pródigo, inquieto como um adolescente e atento como um adulto, que é o brasileiro – europeu tropical a inaugurar o futuro, português policromado que melhorou a alma e a fantasia, e tem oito milhões de quilómetros quadrados de extensão humana.⁶³

É, afinal, uma forma de arte: a arte da permanente construção do *ser* brasileiro que ainda hoje nos seduz e nos desafia pela sua forma inacabada e, talvez por isso mesmo, inesgotável. Vista esta particularidade não como algo a lamentar, mas como um factor capaz de uma constante renovação e construção, esta concepção de arte retalhada pode ser vislumbrada através deste diálogo tão simples e, simultaneamente, tão eficaz no questionamento da problemática do que é *ser* brasileiro, estabelecido entre duas crianças:

«– Nem todo brasileiro é igual. Negro é brasileiro e é diferente. (...)
– E onde é o lugar que só tem brasileiro? (...)
– Gente grande é muito misturada. Acho que deve ser num lugar onde só tem criança.»⁶⁴

⁶³ *Op. cit.*, p.687.

⁶⁴ Rachel de Queiroz, *O Brasileiro Perplexo*, Editora do Autor, Rio de Janeiro, 1963, pp.30-32.

2. Eça, *homo uiator* e o torna-viagem no contencioso eciano

«Felizes aqueles que
não precisam andar longe de
quem amam.»

«A viajar, então antes
ir a Portugal.»

Eça de Queirós¹

Ano de 1845.

Sob o signo Sagitário – símbolo de uma criatura plena que coloca a sua vida na maior abertura do universo² – nasce, no dia 25 de Novembro, na Póvoa do Varzim, José Maria Eça de Queirós. Aos poucos dias de existência, devido à relação dos seus progenitores ser considerada ilegal, é entregue aos cuidados de uma ama brasileira, Ana Joaquina Leal de Barros³, tendo sido levado mais tarde para casa dos avós paternos, em Aveiro, com quem vive até aos dez anos de idade. Nesta altura, junta-se a seus pais para passar a residir com eles na cidade do Porto e aí iniciar os estudos secundários. Conclui os estudos superiores em Coimbra, regressando mais tarde a Lisboa para trabalhar com seu pai na capital. Concorre para a diplomacia, tendo feito um pequeno estágio em Leiria, cidade onde bebeu sugestões para a elaboração de *O Crime do Padre Amaro*. Em 1872, é colocado no consulado português de Havana, em Cuba. Dois anos mais tarde é transferido para Inglaterra, tendo residido em Newcastle e Bristol. A sua última

¹ *Eça de Queirós entre os Seus*, 6ª ed., Lello & Irmão Editores, Porto, 1987, pp.129 e 322.

² Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos*, Editorial Teorema, Lisboa, 1982, p.581.

³ Desde muito cedo que o Brasil está presente na vida de Eça de Queirós através das histórias infantis do Nordeste brasileiro contadas pela ama Ana Joaquina Leal de Barros, natural de Pernambuco. No conto «Singularidades de Uma Rapariga Loura» in *Contos*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d., p.18, Eça de Queirós refere-se a Pernambuco nos seguintes termos: «Depois o cônego Saavedra cantou uma modinha de Pernambuco muito usada no tempo de D. João VI...». Aquando da morte de Ana Leal de Barros, o Brasil continua evidente na infância do escritor, desta feita através de um casal vindo daquele país: o Mateus e a Rosa Laureana. Ao que tudo indica, parece existir uma relação de grande proximidade entre Mateus e o escudeiro preto referenciado no artigo «O Francesismo» in *Últimas Páginas*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d., p.388. (Cf. Heitor Lyra, *O Brasil na Vida de Eça de Queirós*, Livros do Brasil, Lisboa, 1965, pp.18-19.)

nomeação como cônsul de Portugal acontece em 1888, fixando-se em Paris até 1900 – último ano da sua vida.

Desenhando a sua vida num constante vaivém entre partidas e chegadas, Eça de Queirós, desde muito cedo, é o paradigma do *homo uiator*, do homem marcado pela distância e, conseqüentemente, por múltiplas ausências que vão desde as familiares até às sentidas pela Pátria. Todo este gráfico sentimental da vida de Eça de Queirós se repercute em toda a sua obra, verificando-se, no entanto, com maior incidência na abundante correspondência e crônicas que deixou.

Como *homo uiator* que foi, Eça de Queirós não deixou de se referir e de tecer diversos juízos de valor a uma figura (também ela viajante) que se padronizou e que vem percorrendo a sociedade e a literatura portuguesas até ao século XX: o torna-viagem, ou melhor, o “brasileiro” torna-viagem. Uma das primeiras definições de que temos conhecimento do termo “brasileiro” é-nos facultada por Alexandre Herculano numa carta datada de Dezembro de 1873, dirigida a Carlos Bento da Silva. Embora considere ser uma noção vulgar do termo, Alexandre Herculano atribui-lhe como características quase exclusivas «...viver com maior ou menor largueza e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre, e que, annos depois, voltou mais ou menos rico.»⁴

Alicerçado no “mineiro” do século XVIII, o “brasileiro” do Romantismo e, mais tarde, do Realismo eciano, sobrevive até meados do século XX, tendo sido alvo de reflexão de escritores como Júlio Dinis, Camilo Castelo Branco, António Nobre, Fialho de Almeida, Ferreira de Castro, Joaquim Paço d’Arcos e Miguel Torga. Proporcionando-nos diferentes perspectivas e sentimentos acerca do “brasileiro”, cremos ser possível traçar e caracterizar o percurso – que consideramos ser ascensional – daquele que proporcionou, por diversas razões, motivos de sobra para a sua ridicularização na acepção de alguns, mas que acabou por ser e simbolizar, para outros, o filão que sustenta a falha desenhada pelo Atlântico.

Acabando por encorpar o traço de união entre Portugal e o Brasil, tentaremos reconstituir o percurso do “brasileiro” para percebermos melhor o que se passou no século XIX e, em concreto, o porquê do contencioso eciano face ao “brasileiro” torna-viagem e, de certa forma, face ao Brasil. Embora conscientes dos recuos das suas posi-

⁴ «A Emigração» in *Opúsculos*, 3ª ed., Tomo IV, Tavares Cardoso & Irmãos Editores, Lisboa, MCMI, pp.111-112.

ções em relação a vários assuntos (concepção ligada a uma forma de ver e sentir a vida onde, afinal, nada é definitivo⁵) tentaremos acompanhar a visão de Eça de Queirós imbuída desses avanços e recuos, dessas subidas e descidas ao patamar, na maioria das vezes, do sentimentalismo real. Tal como Fernando Cristóvão, também «... não nos surpreende a persistente ligação entre o texto literário e o contexto humano»⁶ e, no caso particular de Eça de Queirós, considerámo-la deveras importante, não podendo ser, em nosso entender, de modo algum, subestimada.

Fruto de uma certa antipatia a rondar o sarcasmo, o típico português repatriado⁷ do Brasil impunha-se ao longe pela sua importância predominantemente financeira. Sinónimo de «... uma caixa económica opulentíssima...»⁸ para Portugal, o envio das remessas monetárias dos “brasileiros” foi, durante muito tempo, o garante da riqueza pública da qual o nosso país dependia directamente. A este propósito, Maria Beatriz da Rocha-Trindade⁹ refere, entre outros, os benefícios do “brasileiro” Joaquim Ferreira dos Santos, do Porto, mais conhecido pelo conde de Ferreira, o qual, através das suas numerosas doações, contribuiu para minimizar as dificuldades financeiras sentidas pelo governo de D. Maria II. Embora houvesse pensadores e intelectuais da época, tais como Alexandre Herculano e J. J. Rodrigues de Freitas, que se preocupavam com esta situação de dependência económica do nosso país em relação ao Brasil, o certo é que o país se ia esquecendo de desenvolver e renovar os seus próprios meios, continuando à espera «... [das] riquezas que [vinham] de longe.»¹⁰ Elemento indispensável ao equilíbrio da nossa balança de pagamento das dívidas com o exterior, potenciais investidores nacionais e garante da subsistência das famílias que ficavam na terra de origem – para tal, foi importante a política portuguesa de emigração ter optado pela dispersão das famílias dos “brasileiros” como abonadora do envio das remessas

⁵ A este propósito, veja-se, por exemplo, o conto «A Perfeição» in *Contos*, ed. cit., onde, apesar de tudo acontecer num lugar perfeito e na presença de seres perfeitos, não é condição suficiente para não ser posta em causa a vida plena nessas condições de excelência. Daí pudermos afirmar que, em Eça de Queirós, existe sempre a possibilidade de ponderar e reformular ideias, pensamentos, actos e até obrigações, estando as duas últimas ligadas também aos benefícios financeiros que, a partir de certa altura, Eça de Queirós recebe das suas publicações no Brasil.

⁶ «Nemésio: Uma Perspectiva Crítica do Brasil», *Colóquio – Letras*, n.º 48, Março, 1979, p.28.

⁷ Terminologia utilizada nos finais do século XIX para designar os emigrantes que regressavam ao país de origem, desejando aí de novo a sua (re)inserção. Cf. Maria Beatriz da Rocha-Trindade, «Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil», in *Análise Social*, vol. XXII, n.º 90, 3.ª Série, Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais, 1986 – 1.º, p.142.

⁸ Alexandre Herculano, *op. cit.*, p.115.

⁹ Art. cit., p.151.

¹⁰ J. J. Rodrigues de Freitas *apud* Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, s. /e., Porto, 1994, p.283.

financeiras para os que tinham ficado em Portugal – o “brasileiro” assegurava, assim, a manutenção dos alicerces económicos e financeiros da metrópole. De modo que, face a este panorama meramente utilitário do “brasileiro”, ele é, no século XIX, considerado pela e na generalidade um exibicionista «...[com] o chapéu do Chile, a corrente de ouro atravessada ao longo da barriga, o colete e as calças brancas»¹¹, «...[trazendo ainda] um trepador de pena verde e um falar de sotaque melódico.»¹²

Português no Brasil e brasileiro em Portugal, o “brasileiro” torna-viagem foi a figura central do Portugal oitocentista pelo menos de duas formas: uma, relacionada com o seu importante contributo financeiro, através do qual ia equilibrando o nosso país dependente das suas remessas e dos seus investimentos; a outra, diz respeito à imagem do emigrante novo-rico, ostentador de riqueza, considerado de gostos duvidosos, profícuo à caricatura grotesca e, por vezes, até desumana porque foi sempre esquecida a sua condição de emigrante – o homem que foge ao seu meio devido a circunstâncias delicadas, mas que um dia (pode) regressa(r), embora, muitas vezes, o regresso acabe por ser simplesmente um mito – “o eterno mito do retorno.” E porquê falar-se de mito em relação ao regresso dos emigrantes? Como cremos ter ficado demonstrado no ponto anterior do nosso trabalho, o português, ainda que retratado como um aventureiro, tem grande tendência para a sedentarização, para criar raízes, fixando-se no novo país, casando-se e aí (re)organizando a sua vida. Desta feita, não podemos deixar de constatar que a forte tendência dos portugueses para a miscigenação abordada no ponto anterior do nosso trabalho, se prolonga, ainda que de uma forma adequada às circunstâncias do momento, durante o tempo da emigração. Por isso, a questão do retorno não pode ser vista de uma forma taxativa e linear, uma vez que nem sempre o emigrante regressa, não passando, por vezes, de um “regresso imaginado”.¹³ Embora o emigrante seja o que parte, também é o que, de uma ou outra forma, se mantém ligado ao seu país de origem. Segundo Paulo Filipe Monteiro, «... a ideia do regresso é uma categoria que quase sempre está presente no imaginário ou na retórica tanto dos que ficaram como dos que

¹¹ Guilhermino César, *O “Brasileiro” na Ficção Portuguesa. O Direito e o Avesso de uma Personagem-Tipo*, Parceria A. M. Pereira, Lda., Lisboa, 1969, pp.39-40.

¹² Vitorino Nemésio, «O “Brasileiro”» in *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 6, III Série, Junho, 1957, p.53.

¹³ Maria Beatriz Rocha-Trindade, «O Regresso Imaginado» in *Separata de Nação e Defesa*, Instituto da Defesa Nacional, s./l., s./d.

saíram de Portugal, mas que em muitos (talvez na maioria) dos casos, antigos e recentes, esse regresso *não se concretiza.*»¹⁴

Criando redes de sociabilização mais compactas do que aquelas que tinham conseguido criar no país de origem – ainda que dessas redes sejam parte integrante elementos da cultura de origem – os emigrantes acabam por adoptar rapidamente hábitos e costumes, criando uma cultura que é o resultado da que transportaram consigo para o novo país acrescida do que já foi assimilado da nova cultura que os acolheu. Daí, acontecer com frequência o que Paulo Filipe Monteiro caracteriza como “a desnacionalização do português na segunda geração”¹⁵, situação que, nos nossos dias, se verifica com o que aconteceu com a emigração para a França no decorrer dos anos 60, sendo difícil de confirmar o regresso ao país de origem dos filhos daqueles que emigraram e, por razões perfeitamente compreensíveis, o regresso dos seus pais. Indo ainda ao encontro das palavras de Maria Beatriz Rocha-Trindade, o regresso ao meio de origem faz parte da miragem última de quem emigra, mas é também junto de familiares, amigos ou simples conhecidos que o emigrante «... procurará vitoriar a sua promoção económica, considerada primeiro degrau da ascensão social a que aspira para si e para os seus.»¹⁶ O que será impossível de determinar é, certamente, a data desse regresso que vai sendo constantemente adiada, mas sem dele desistir. Desta forma, o emigrante vai tranquilizando «... o próprio espírito de pertença a uma identidade considerada como sua e também para demonstrar aos outros a manutenção dessa mesma relação de pertença.»¹⁷ A questão de uma identidade bipartida e da existência de «... um ser bifronte, a olhar perpétuamente em duas direcções opostas, perplexo, ansioso por partir e regressar no mesmo instante, a chupar mangas e a desejar cerejas no paladar»¹⁸ permite que tudo se baralhe na sua natureza mais intrínseca e oscile, continuamente, entre o “cá” e o “lá”, trazendo «... o corpo e o espírito neste vaivém de grávida com desejos.»¹⁹

¹⁴ *Emigração: o Eterno Mito do Retorno*, Celta Editora, Oeiras. 1994, pp.7-8.

¹⁵ Cf. *Op. cit.*, p.52.

¹⁶ «O Regresso Imaginado», *Separata de Nação e Defesa*, ed. cit., p.3.

¹⁷ *Idem*, p.9.

¹⁸ Miguel Torga, «O Drama do Emigrante Português» in *Traço de União – Temas Portugueses e Brasileiros*, ed. cit., p.112.

¹⁹ *Idem*, p.117.

Em relação ao caso particular da emigração para o Brasil e com a viragem do século, os emigrantes passam a ser donos de uma grande percentagem de terras brasileiras, tendo, por isso, um peso importante nas diferentes áreas de produção agrícola. São também proprietários de fábricas com relativa importância na economia brasileira, o que dá uma soma de factores que acabou por conduzir a uma maior sedentarização dos emigrantes em terras brasileiras e a tornar a ideia do regresso mais mítica do que real. Nesta linha de pensamento, também Jorge Fernandes Alves²⁰ aponta a emigração para a Europa como um destino que poderá causar mais dificuldades à integração dos emigrantes, sendo por antinomia, o Brasil um destino facilitador da integração dos que aí procuram guarida. De facto, o Brasil foi e «... continua a ser [no início do século XX] o destino preferido da nossa emigração transoceânica»²¹, bastando, para justificar essa predilecção, pensar nas afinidades linguísticas e nas diferentes presenças do português no Brasil ao longo da nossa História. Olhando a estas circunstâncias, naturalmente somos levados a pensar que o retorno de “brasileiros” poderia acontecer em menor grau, mas também achamos que generalizar este facto poderá constituir um grande erro. Desta forma, optamos por considerar dois caminhos paralelos: de um lado, aquele que diz respeito às apetências naturais do Brasil para receber os portugueses, quer como colonizadores, quer como emigrantes, criando-se uma cumplicidade motivadora da aproximação entre ambos acrescida pelas causas acima apontadas, o que leva a que a reintegração seja facilitada; do outro lado, estamos também perante uma elasticidade e uma saudade/apego à terra natal (ou às pessoas?) características do ser português, pelo que não podemos menosprezar nem generalizar a questão do retorno que, se em muitos casos acaba por se concretizar, para muitos outros não passa de um mito causado, por vezes, pelos motivos que conduziram à emigração.

Acerca das causas que levaram os portugueses a emigrar no século XIX (e também no século XX), não restam dúvidas de que as mais significativas são as ligadas às questões financeiras. O agravamento da crise no nosso país levou a que Alexandre Herculano atribuísse à miséria a causa suprema da nossa emigração, explicando que eram dois os tipos de emigração em Portugal: uma voluntária, cujo objectivo era conseguir-se uma maior fortuna; a outra, era formada pelos «... que emigram violentados, ou antes que não emigram; que são expulsos pela miséria; (...) [sendo]

²⁰ *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, s./e., Porto, 1994, pp.247-255.

²¹ *Nuno Simões, Portugueses no Mundo (Esboço Para um Estudo e Notas de Campanha)*, s./e., Lisboa, 1940, p.230.

sempre [esta situação] o resultado de um defeito ou de uma perturbação nos órgãos da sociedade.»²² Perante esta constatação, o emigrante, ao longo do seu percurso, pode idealizar ou não o seu regresso, construindo aquilo a que Maria Beatriz da Rocha-Trindade²³ aponta como *itinerários lineares* (aqueles que acabam por ficar no país de acolhimento) e *itinerários circulares* que correspondem ao percurso do “brasileiro” torna-viagem, objecto principal do nosso trabalho. E é precisamente dos que regressam que reza a história. De que forma? Nem sempre da melhor – arriscamo-nos desde já a acrescentar!

Jorge Fernandes Alves, referindo-se ao «... mito da mobilidade social ascendente, através da transferência de uma massa de rurais directamente para o sector terciário, teoricamente facilitador da acumulação de riqueza individual»²⁴, vai ao encontro da noção e da imagem do “brasileiro” oitocentista em Portugal, imagem do novo-rico tal qual hoje em dia ainda a concebemos: inculto, grotesco, mas rico. A diferença é que os novos-ricos do século XIX eram os emigrantes de sucesso (de outra forma eram alcunhados de “abrasileirados” ou de “brasileiros de mão furada”) – pessoas que sentiam na pele a dureza da vida áspera de quem emigra, a dureza do julgamento aquando do regresso (com ou sem riqueza), auferindo, por isso, de um estatuto, no mínimo, diferente. Mas nem sempre tal aconteceu! Se alguns “brasileiros” viram o reconhecimento do seu papel dinâmico na terra natal após o seu regresso (o que normalmente aconteceu muito depois dos factos ocorridos), a grande maioria deles serviu para inspirar algumas das páginas da nossa literatura do século XIX.

Durante a segunda metade do século XVIII, o teatro português reproduziu a imagem de vários tipos sociais, sendo uma delas o “mineiro”²⁵ – reflectindo a importância da capitania de Minas Gerais – e a outra o “brasileiro”, que, embora raramente aparecesse, designava a mesma realidade. No estudo de Paul Teyssier²⁶, o

²² «A Emigração» in *Opúsculos*, ed. cit., p.110 e 116.

²³ «Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil», in *Análise Social*, ed. cit., p.143.

²⁴ *Op. cit.*, p.348.

²⁵ No que diz respeito à saída de metropolitanos para as colónias, verifica-se, já no decorrer de meados do século XVI, a saída daqueles para o Brasil, fruto da existência, naquele país, de metais preciosos. Este fluxo migratório, que aumenta no século XVII, prolonga-se através das primeiras seis décadas do século XVIII, enquanto persiste a exploração do ouro e dos diamantes, conhecida pelo «ciclo do ouro». Em relação ao povoamento, ele prospera e privilegia as regiões da mineração, isto é, as capitanias de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, de onde se crê derivar a terminologia “mineiro” – o que emigrava para o Brasil para trabalhar no minério. Cf. Avelino de Freitas de Meneses, «Dos Açores aos Confins do Brasil. As Motivações da Colonização Açoriana da Santa Catarina em Meados de Setecentos» in *Ler História*, n.º 39, Lisboa, 2000, pp.115-117.

²⁶ «Le Personnage du Brésilien dans le Théâtre Portugais de la Deuxième Moitié du XVIIIe Siècle», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIX, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa/Paris, 1983.

qual isolou um *corpus* de onze peças (fazendo dez delas parte do então chamado “teatro de cordel”) produzidas na segunda metade do século XVIII onde aquela personagem aparecia, são-nos revelados alguns traços comuns a todos os “mineiros e “brasileiros”: «... notre Brésilien est présenté comme un Portugais du Brésil qui s’est enrichi outre Atlantique et a regagné le Portugal une fois fortune faite: c’est ce qu’on appelle un brasileiro de torna-viagem. (...) Un autre trait très général, (...) est que notre personnage est ridicule.»²⁷ A representação da ópera joco-séria *Guerras do Alecrim e Mangerona* de António José da Silva, O Judeu, no Primeiro Teatro do Bairro Alto no Carnaval de 1737 contribuiu para que a figura do “mineiro” (na peça acima referida, a personagem D. Lancerote, rico e avarento, não é mais do que «... aquele mineiro velho que veio das minas o ano passado.»²⁸) se entranhasse na nossa literatura, deixando o seu rasto estampado em diversos estratos literários. Estão, assim, definidas as características essenciais do nosso “brasileiro” torna-viagem, características essas que se foram definindo, condensando e perdurando ao longo do tempo e da nossa literatura.

Em 1857, José da Silva Mendes Leal Júnior incluía no número cinco da revista intitulada *Teatro Moderno* uma comédia de tábuas intitulada «O tio André que vem do Brasil», representada em Coimbra pela primeira vez em 1859. Aqui, o “brasileiro” «... subiu à ribalta para se ver escarnecido. Era sumarento de mais, muito rico de vitaminas cómicas, e não podia deixar de ser oferecido, em fatias do mais variado sabor, ao paladar do grande público.»²⁹ O certo é que desde o aparecimento do “teatro de cordel” do século XVIII³⁰, passando por António José da Silva, Mendes Leal Júnior, Júlio Dinis, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Fialho de Almeida até Aquilino Ribeiro, o torna-viagem proporcionou momentos de hilariante caricatura, alguns deles fundamentados em ressentimentos da vida pessoal, como parece ser, na opinião de alguns estudiosos, o caso de Camilo Castelo Branco.

Não fugindo à regra ditada pelo contexto da época, o “brasileiro” também foi, para Eça de Queirós, uma figura *non grata*, não tanto por razões pessoais, mas talvez mais por razões que se prendiam com o seu modelo de vida e de civilização – a Europa

²⁷ *Op. cit.*, p.598.

²⁸ António José da Silva, *Guerras do Alecrim e da Mangerona*, Seara Nova Editorial Comunicação, Lisboa, 1980, p.43.

²⁹ Guilhermino César, *op. cit.*, p. 108. A informação acerca da comédia de tábuas de Mendes Leal também foi encontrada no artigo de Vitorino Nemésio intitulado «O “Brasileiro”» in *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 6, III Série, Julho, 1957, p.54.

³⁰ Paul Teyssier também faz referência a uma comédia de Correia Garção, intitulada *Teatro Novo* e representada no Teatro do Bairro Alto em 22 de Janeiro de 1766. Cf. art. cit., pp.599-560.

e, mais concretamente, a França. De facto, Eça de Queirós, desde muito cedo que não se faz de rogado quando se trata de julgar a América. Conhecedor de muito perto dessa realidade, enquanto cônsul em Cuba e viajante pelos Estados Unidos, tudo o que ali existia de diferente em relação ao modelo europeu agredia a susceptibilidade deste europeísta do século XIX. Este facto, na nossa modesta opinião, só faz sentido visto à luz da época em questão, uma vez que, traçando uma panorâmica, ainda que geral, por quantos sobre ele escreveram, o escritor é-nos dado a conhecer como alguém portador de um espírito aberto e universal, facto em relação ao qual não temos a menor dúvida.

Sempre condicionado pelos modelos culturais da época, Eça de Queirós foi implacável e até grotesco ao julgar os sul-americanos, pondo a nu a sua “americanofobia”³¹ devido, talvez à sua experiência como cônsul em Havana não ter sido muito positiva. Fidelino de Figueiredo demonstra aquele facto, assinalando uma carta escrita por Eça de Queirós a Ramalho Ortigão em 1888, onde é visível, neste exemplo, a aversão de Eça de Queirós em relação à América do Sul:

O sul-americano é, de todos os seres humanos, o mais indiferente à “letra redonda”. São chamados civilizados – por se saberem servir, mais ou menos gôchemente, dos instrumentos da civilização que os outros inventam: mas eles próprios nunca tiveram um acto de civilização original. (...) Puras bestas, tendo só de simpático uma certa generosidade hospitaleira, comum de resto a tôdas as raças que vivem em descampados.³²

Mas, a sua fobia em relação à América já se fez assinalar em 1866, aquando da escrita dos «Folhetins», que mais tarde vieram a constituir as *Prosas Bárbaras*. Em «O “Miantonomah”», escrevia Eça de Queirós: «... Uma das inferioridades da América é a falta de ciências filosóficas, de ciências históricas e de ciências sociais. (...) [D]ebaixo da frieza aparente, move-se todo um mundo terrível de desejos, de desesperanças, de vontades violentas, de aspirações nevrálgicas.»³³ Mesmo estando só de passagem naquele continente, Eça de Queirós começa desde muito cedo a criticá-lo e a compará-lo com o modelo europeu: «Ora em baixo [do nosso mundo europeu], sob a confusão,

³¹ Fidelino de Figueiredo, «A Americanofobia de Eça de Queirós» (1927), in «... um pobre homem da Póvoa do Varzim ...», Portugália Editora, Lisboa, s./d., p.136.

³² *Idem*, pp.142-143.

³³ in *Prosas Bárbaras*, ed. cit., p.120 e 122.

sereno, fecundo, forte, bom, livre, move-se em germe um novo mundo, o mundo da justiça social e económica.

Este germe é que a América não tem, creio eu.»³⁴

Tendo concorrido em fins de Setembro de 1870, com apenas vinte e cinco anos, para ocupar o cargo de cônsul na Baía, Eça de Queirós sentiu na pele a dor – transformada em ironia – por não ter sido o escolhido para ocupar aquela posição, apesar de se ter colocado em primeiro lugar no concurso. Esta situação, que parece ter tido origem no facto de Eça de Queirós ter participado nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, onde falou sobre «O Realismo, como nova expressão de Arte», conferências estas proibidas pelo governo português,³⁵ foi mais um incidente que pode ter influenciado o modo de ver e sentir o Brasil, os brasileiros, de uma forma geral, e o torna-viagem, em particular. Para além destes alvos, é bom não nos esquecermos que Eça de Queirós, numa fase de grande intervenção social a favor da civilização, não deixa também de criticar Portugal e os portugueses.

Continuando com a sua saga anti-América, são sobejamente conhecidas as “farpas” dirigidas ao imperador do Brasil, D. Pedro II, aquando da sua passagem pelo nosso país, durante um passeio que incluiu a visita a vários países europeus e ao Egipto iniciado em 25 de Novembro de 1871 e terminado em 30 de Março do ano seguinte. Apesar de D. Pedro II ser conhecido como um monarca com interesses culturais, não invalidou que Eça de Queirós, sendo também um intelectual, se tenha aproveitado da passagem de D. Pedro II por Portugal para o ridicularizar, como esclarece João Medina: «Tudo, com efeito, lhe serve para ridicularizar a passagem do filho de D. Pedro IV pela Parvónia: desde o nome à indumentária, passando pelos saraus a que assistiu ou às pessoas que visitou, tudo foi matéria de chacota para o gaiato Eça, que aqui se excede em surriadas e charivaris escusados.»³⁶ Em relação à alternância do nome do imperador, ora D. Pedro II, ora Pedro de Alcântara, Eça de Queirós mantém a sua posição nos textos reunidos pelo próprio Eça de Queirós, em 1890, dezoito anos mais tarde, sob o título *Uma Campanha Alegre*:

³⁴ *Idem*, p.121.

³⁵ Cf. Paulo Cavalcanti, *Eça de Queirós, Agitador no Brasil*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d., pp.214-215.

³⁶ *Reler Eça de Queirós. Das Farpas aos Maias*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000, p.39.

Que farão os historiadores futuros? Dirão que viajou em Portugal D. Pedro II? Mas se ele o negou! Contarão que Portugal foi visitado por Pedro de Alcântara? Mas se ele o contradisse!

Qual o nome desse homem venerável que passou? A história não tem nome a dar-lhe!³⁷

Na verdade, cremos, tal como João Medina, que esta atitude de Eça de Queirós em relação a D. Pedro II não é muito compreensível. Ridicularizando o imperador do Brasil de ascendência portuguesa, Eça de Queirós, monárquico de convicção, adota uma posição ambígua por não serem claras as suas intenções. Referindo-se ao facto do imperador passar por Portugal depois de ter visitado alguns países europeus, Eça de Queirós não perde esta oportunidade para definir o seu país: «Fez-se a vontade de Vossa Majestade, patenteando-se-lhe no remate da sua viagem o interior da água-furtada da Europa.»³⁸ Se por um lado Eça de Queirós critica o seu país, por outro lado, ao reprovar as atitudes de D. Pedro II só pode estar também a ridicularizar o Brasil, o espelho de quem o governa:

O sujeito que todos nós recebemos e festejamos como Sua Majestade o Imperador...

... não era Êle!

Sua Majestade entendeu do modo mais sábio que o único meio seguro de escapar às curiosidades europeias era dar-lhe um homem por si. O homem arranjado, ensaiado e caracterizado para esse fim era o que se mostrava aos povos, aos reis e aos sábios.

O verdadeiro Imperador ninguém o viu.

Assegura-se que Êle não fez absolutamente nada do que fêz o *outro*. Segundo as nossas informações, a única coisa que Ele fêz – foi rir.³⁹

Seriam apenas sinais do seu espírito de jovem revolucionário? E se tivesse ocupado o cargo de cônsul na Baía, não teria Eça de Queirós uma visão diferente do Brasil, dos brasileiros e do torna-viagem?

³⁷ Livros do Brasil, Lisboa, 2001, p.287.

³⁸ *As Farpas*, Tomo X, ed. cit., p.12.

³⁹ *Idem*, p.39.

Mas, em Eça de Queirós há sempre um ou outro momento em que as suas posições se alteram. No que diz respeito a D. Pedro II, basta atentarmos numa crónica enviada de Londres para *A Actualidade*, em 4 de Julho de 1877, onde aquela situação é bem evidente: «O imperador do Brasil continua a ser *favorito*, como aqui se diz, da sociedade de Londres. A sua actividade sobretudo é admirada: a pé desde as seis da manhã, não há instituição, museu, galeria, biblioteca, palácio, hospital, curiosidade, homem ilustre, que não visite, que não estude. (...) Com tudo isto, uma simplicidade quase plebeia.»⁴⁰ Simplicidade esta que n'As *Farpas* é bastante criticada, tendo sido atenuada n'Uma *Campanha Alegre*.⁴¹ No entanto, no que diz respeito ao célebre encanto do imperador pela língua hebraica criticado n'As *Farpas*, Eça de Queirós, dezoito anos mais tarde, não deixa de continuar a escarnecer o gosto de D. Pedro II, parodiando uma situação que chega a ser hilariante:

Tudo estava preparado: a *canja*, a *orelheira*, a *broa*, o *capilé*, o *caldo de unto*, todos os artifícios do génio português. Mas ninguém se lembrara do hebraico! E Sua Majestade estrebuchava!

Partiram então exploradores em todas as direcções – e por fim voltaram trazendo, estonteado e surpreendido, o Sr. Salomão Saragga, que lê e fala o hebraico. (...)

Não houve cumprimentos, nem se pôs a toalha. Serviram-lhe o Sr. Saragga, assim mesmo – cru! Sua Majestade deixou-lhe uns restos!⁴²

Na sequência das “farpas” dirigidas ao imperador do Brasil, Eça de Queirós conclui o fascículo de Fevereiro de 1872 com uma crónica intitulada «O Brasileiro», a qual, na opinião de João Medina, constituiu um «... infeliz remate...»⁴³, mas uma feliz arte de maldizer, apontando em várias direcções...

Alvo de diferentes interpretações, apercebemo-nos de que «O Brasileiro» daquela época foi sentido no Brasil como uma ofensa, tendo causado perturbações e semeado antipatias entre os brasileiros e a comunidade de emigrantes portugueses que lá existia. Os brasileiros viram-se espelhados no retrato feito por Eça de Queirós, um retrato que em nada os beneficiava. Alguns autores brasileiros, nomeadamente, Paulo

⁴⁰ in *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001, p.236.

⁴¹ Cf. pp.287-307 da ed. cit.

⁴² *Uma Campanha Alegre*, ed. cit., p.294.

⁴³ *Reler Eça de Queirós. Das Farpas aos Maias*, ed. cit., p.42.

Cavalcanti e Heitor Lyra, também interpretaram o texto de Eça de Queirós à luz do sentir dos seus compatriotas. Se tivermos em conta o contexto em que «O Brasileiro» é escrito, surgindo na sequência das críticas a D. Pedro II e prestando atenção a alguns passos do texto, poder-se-á afirmar que realmente é do brasileiro nativo que se trata:

O seu maior feito – a victoria do Paraguay mereceu em Portugal este ditto celebre que corria as ruas: O Brazil encheu-se de glória, oh Brazil, dá cá o pé! (...)

Assim, brasileiros, sabei-o – vós que tão amplamente, tão regiamente recebeis o portuguez explorador, sabei-o tendes nas *Farpas* uma sólida e activa amizade! Um honrado skachands e dae-nos noticias vossas!⁴⁴

No entanto, uma outra interpretação também é, por vezes, atribuída ao referido texto: o brasileiro apontado por Eça de Queirós não é o brasileiro nativo, mas sim o nosso torna-viagem. Julgamos que o excerto que seleccionamos para exemplificar aquela interpretação retrata claramente a imagem do nosso emigrante que regressa do Brasil:

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no brasileiro; o trabalho tão santamente justo, lembra n'elle, com riso, a vende de tapioca n'uma baiuca de Pernambuco; o dinheiro tão humildemente servido, recorda n'elle, com gargalhadas, os botões de brilhantes nos colletes de panno amarelo; a pobreza tão justamente respeitada, n'elle é quasi cómica e faz lembrar os tamancos com que embarcou a bordo do patacho Constancia e os fretes de café que carregou para as bandas da Tijuca; o amor, tão justamente amado, n'elle faz rir, e recorda a sua espessa pessoa, de joelhos, dizendo com uma ternura babosa – oh *minina!*⁴⁵

Na realidade, relendo o referido texto, não se pode negar que ambas as interpretações podem ser possíveis. No que à nossa opinião diz respeito, não conseguimos vislumbrar com tanta clareza e definição no texto eciano quer o brasileiro

⁴⁴ «O Brasileiro» in *As Farpas / Chronica mensal da política / das letras / e dos costumes / Fevereiro de 1872*, Lisboa / Tipographia Universal / de Thomaz Quintino Antunes, Impressor da Casa Real / Rua dos Calafates, 110, Fevereiro de 1872 (pp.83-96) *apud* João Medina, *Reler Eça de Queiroz – Das Farpas aos Maias*, ed. cit., p.72 e 76.

⁴⁵ *Idem*, p.72.

nativo, quer o torna-viagem, pois consideramos que Eça de Queirós escreveu com a arte de baralhar e confundir quem o lesse.

Os textos de Eça de Queirós são, muitas vezes, difíceis de descortinar pela atitude que o autor toma, jogando com uma carta de duas caras, sem nunca ser completamente explícito. Neste caso, parece-nos que também não fugiu à regra. E é desta relação ambígua estabelecida entre o brasileiro nativo e o brasileiro torna-viagem que parte a nossa interpretação relativamente a «O Brasileiro» de Eça de Queirós, numa fase de relevante crítica social. Parece-nos que Eça de Queirós pretendeu, num só texto, pelejar contra Portugal, Brasil, brasileiros, portugueses e torna-viagens. Desta forma, parecem-nos demasiado taxativas as interpretações de que já atrás fizemos referência, considerando uns que se trata do brasileiro nativo e outros do torna-viagem. O que na verdade depreendemos das suas palavras é que elas servem para criticar ambos os países, ambos os povos e também um terceiro elemento que já é uma mistura dos outros dois: o torna-viagem. Vendo no texto este jogo pentadimensional, destacamos o torna-viagem como o resultado do que em Portugal e no Brasil existe de pior, o que vem agravar e ridicularizar ainda mais o emigrante quando regressa. Também convém lembrar que Eça de Queirós vê, nesta fase, o Brasil como uma extensão de Portugal. Por isso, o que afirmar do seu próprio país, ir-se-á reflectir, talvez de forma agravada, no Brasil que acaba também por ser vítima e receptor das suas críticas. Assim, o emigrante que sai de Portugal leva consigo miséria e ignorância.⁴⁶ Uma vez chegado ao Brasil irá fazer, na melhor das hipóteses, fortuna e, quando regressa de novo à Pátria, traz consigo tudo o que de ridículo existe no Brasil, desde a indumentária até «... aquella linguagem, que parece portuguez – com assucar, [provocando] hilariedade... »⁴⁷ Desta forma, pretendemos mostrar que o torna-viagem é aquele que transporta consigo o que de pior existe nos dois países: a miséria e a ignorância, por um lado; a exuberância e o novo-riquismo, por outro. Cremos que são estes aspectos e tudo o que os envolve que Eça de Queirós pretende criticar. Confrontando o *ser* português com o *ser* brasileiro, Eça de Queirós consegue atingir tudo e todos:

⁴⁶ A questão da emigração será desenvolvida no terceiro ponto deste mesmo capítulo.

⁴⁷ «O Brasileiro» in *As Farpas / Chronica mensal da politica / das letras / e dos costumes / Fevereiro de 1872*, Lisboa / Tipographia Universal / de Thomaz Quintino Antunes, Impressor da Casa Real / Rua dos Calafates, 110, Fevereiro de 1872 (pp. 83-96) apud João Medina, *Reler Eça de Queiroz – Das Farpas aos Maias*, ed. cit., p.72.

De tal sorte que tu que te ris do brasileiro – procuras viver á custa do brasileiro. De tal sorte que quando vês o brasileiro de frente estallas de riso – e se o visses de costas? Morrias de fome! (...) Em conversa é o *macaco*; no jornal é a *nação irmã*! (...) Que o portuguez veja no brasileiro o que elle é: um portuguez que alargou ao sol. (...) E que esta visita do imperador seja o traço justificador, sólido e unido – que ligue os dois corações – o coração onde bate o amor da orelheira e o coração onde pulsa a paixão da tapioca. São os dois dignos um do outro! (...) Nós sorrimo-nos dos vossos colletes, amamos o vosso trabalho e comemos os vossos doces. Vós tendes qualidades fortes, duradouras, boas para alicerce da vida! São coisas que não se esquecem!⁴⁸

Quem não sente nas suas palavras o tom irónico imbuído de algum sarcasmo ao referir-se aos portugueses, aos brasileiros, ao torna-viagem e aos dois países?

Eça de Queirós tinha razões suficientes para não ser anti-brasileiro, bastando, para isso, ter em conta que seu avô, Joaquim João de Queiroz, liberal, se exilou em Terras de Vera Cruz, aí tendo nascido seu pai, o juiz João Maria Teixeira de Queiroz, para além do que já referimos a propósito da presença do Brasil na sua infância. No entanto, aqueles factos não foram suficientemente fortes para contornar este estado de espírito de Eça de Queirós.

E, de facto, de ficção ou de carne e osso, foram alguns os brasileiros “brasílicos”⁴⁹ e os torna-viagem que passaram quer pela vida, quer pela pena de Eça de Queirós. Dos primeiros, fruto do seu convívio em Paris com um grupo de brasileiros, entre os quais Olavo Bilac e Domício da Gama, merece destaque especial Eduardo Prado, cujo empenho e entusiasmo por tudo quanto era português encantava Eça de Queirós. Segundo alguns estudiosos, Eduardo Prado foi a fonte de inspiração da personagem Jacinto de *A Cidade e as Serras* e de Fradique Mendes. Em relação ao segundo caso, não se pode afirmar que a obra eciana esteja povoada de brasileiros como aconteceu noutros casos da nossa literatura (veja-se, por exemplo algumas das obras de Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco), mas aos poucos que são mencionados, muitas são as críticas e os defeitos apontados.

⁴⁸ *Idem*, p.76.

⁴⁹ Designação utilizada por Eça de Queirós para distinguir os brasileiros nascidos no Brasil dos portugueses que para lá tinham emigrado. Cf. *Uma Campanha Alegre*, ed. cit., p.308.

É no romance *O Primo Basílio*, publicado em 1878, que Eça de Queirós cria a sua primeira personagem “brasileira”. O autor escolheu para uma personagem pulha um nome insigne: Basílio (originariamente do grego βασιλεύς, por via do latim *Basilius*), que tem nome de rei, mas procede como um canalha. Este valor simbólico, por contraste, torna mais acutilante o carácter de intervenção social do romance, verificando-se que a escolha daquele nome próprio para o título do romance não passa de uma ironia com a qual deparamos à medida que tomamos conhecimento do mau carácter e da má formação moral de Basílio que, afinal, nada tem de real, a não ser os “reais” que angariou enquanto fugitivo no Brasil. Conhecedores do enredo deste episódio da vida doméstica, Basílio personifica o devedor que parte para o Brasil, fugindo aos credores e, se possível, em busca de fortuna, regressando o mesmo sem carácter. Mas a este propósito, é Eça de Queirós quem esclarece e marca a sua posição quer em relação aos que emigram em busca de fortuna, quer em relação aos possíveis “benefícios” esperados do Brasil, em carta enviada de Newcastle a Teófilo Braga, em 12 de Março de 1878: «... a fortuna nunca o poderia ter moralizado: (...) *era pulha antes*, um pulha pobre – depois, tornou-se apenas um pulha rico. Pessoas escrevem-me, dizendo que parece incrível que um homem que trabalhou no Brasil, com valor, seja no fundo um canalha! Estranha opinião! A Baía considerada como a Fonte Santa da Purificação!...»⁵⁰ Na verdade, Basílio já era mau carácter antes de partir para o Brasil, mas o que este não conseguiu foi a sua regeneração, voltando de lá igualmente pulha, só que desta vez, rico.

Uma outra personagem brasileira dos romances de Eça de Queirós é Castro Gomes, o único brasileiro “brasílico”, amante de Maria Eduarda de *Os Maias*, romance escrito dez anos após *O Primo Basílio*, isto é, em 1888. Nesta fase final da produção de Eça de Queirós, já não é tão marcante o retrato negativo do autor em relação ao brasileiro Castro Gomes, embora seja uma personagem com um comportamento duvidoso, tendo-se deixado passar por marido de Maria Eduarda quando, na verdade, não passava de seu amante. Entre estas duas publicações, aparece em 1886 *O Brasileiro Soares* de Luís de Magalhães, romance prefaciado por Eça de Queirós. Considerado como empreendedor de um processo de humanização e reabilitação do torna-viagem, na verdade também não cremos que tenha sido «... um contraponto consistente na literatura

⁵⁰ *Correspondência*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000, p.36. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

portuguesa de Oitocentos»⁵¹ à imagem depreciativa que então se divulgava do “brasileiro”. O que foi “dado” ao torna-viagem foi tudo aquilo que ele, na condição de ser humano, já possuía: a sua dignidade. No prefácio, Eça de Queirós, em nosso entender, também aproveita para criticar a doutrina do Romantismo e, mais concretamente, o papel que desempenhou em relação à forma como usou e apresentou o torna-viagem, mas que o nosso Eça do Realismo também ajudou a acentuar! No entanto, no final do prefácio ao romance de Luís de Magalhães, Eça de Queirós, depois de muito defender o “brasileiro”, frisa que o autor tinha feito aquilo a «...que se chama uma Boa Acção.»⁵²

Com a compilação dos textos d’*As Farpas* apresentados sob o título *Uma Campanha Alegre* em 1890, Eça de Queirós pega de novo n’ «O Brasileiro» de 1872 que passa a representar, sem qualquer dúvida, o “brasileiro” torna-viagem, eliminando as descrições que decerto considerou inoportunas e abespinhadas e que o poderiam prejudicar em termos económicos, pois naquela altura já escrevia para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. De facto, nesta nova versão do “brasileiro”, Eça de Queirós aproxima o português do torna-viagem, aproveitando para saldar a dívida que decerto tinha para com o português, mas com maior expressão para com o brasileiro:

Por isso tu – que em conversas entre amigos, no café, és inesgotável a troçar o brasileiro – no jornal, no discurso ou no sermão, és inexaurível a glorificar o Brasileiro. Em cavaqueira é o *macaco*; na imprensa é o *nosso irmão de além-mar*. (...) A esse colete verde, que tanto te escarnecem, fecha bem as algibeiras; esse prédio sarapintado de amarelo, que tanto te caricaturam, fecha bem as portas; a esses pés, aos quais tanto se acusam os joanetes e os tamancos primitivo, não os ponhas mais nos hotéis da capital – e poderás rir, rir do carão amarrotado com que então ficará o lisboeta, que tanto ria de ti!⁵³

Terão sido interesses financeiros no Brasil relacionados com a publicação de crónicas na *Gazeta de Notícias* e a publicação da *Revista de Portugal* que o fizeram re-

⁵¹ Maria Ioannis Benis, «Uma Contra-Imagem do “Brasileiro”» in *Revista de História Económica e Social*, n.º 7, Lisboa, Janeiro – Junho, 1981, p.130.

⁵² *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.122.

⁵³ *Uma Campanha Alegre*, ed. cit., p.312.

considerar as suas posições⁵⁴? Ou um mero amadurecimento das críticas polémicas feitas dezoito anos atrás? Ou ainda a relação de amizade com os seus amigos brasileiros? Ou terão todas estas questões pesado e contribuído para uma nova visão eciana do Brasil? De facto, é uma nova visão do Brasil que Eça de Queirós apresenta nas «Cartas Familiares de Paris» onde estão reunidas algumas das crónicas escritas para *A Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro de 1893 a 1897, inseridas no volume *Cartas de Paris* e, mais tarde, reunidas em *Textos de Imprensa IV*:

Ora, o Brasil é branco, de alma branca – e está, como nação, em pleno e vivo êxito (...). E nem pode deixar de estar em êxito, sendo como é um povo superiormente inteligente, provadamente activo, e escandalosamente rico. Com tais qualidades, que inveja pode ele ter do estrangeiro, e que medo da sua concorrência? E não tem, como soberbamente o prova, cada dia, com a sua magnífica franqueza hospitaleira; porque a hospitalidade não é sòmente um sinal de doçura, é sobretudo um sinal de força.⁵⁵

Com este excerto, verificamos que já existe uma viragem de Eça de Queirós quer em relação ao Brasil e às suas potencialidades como nação, quer em relação ao brasileiro propriamente dito. Apresentando o Brasil com uma “alma branca”, Eça de Queirós dá o devido destaque à presença do elemento europeu, afastando-o das outras nações americanas: «Mas essa influência do nativismo só podia ser (como foi, creio eu) muito transitória, no meio de uma nação tão amorável, tão generosa, tão hospitaleira, *tão europeia* e de tão vasta fraternidade como é o Brasil, para sua grande honra entre as nações»⁵⁶, escrevia Eça de Queirós. Em relação a esta vontade de Eça de Queirós europeizar o Brasil, voltaremos a abordá-la, de forma mais aprofundada, no primeiro ponto do terceiro capítulo.

⁵⁴ Acerca deste assunto, é de referir uma carta escrita a Oliveira Martins de Bristol, datada de 23 de Maio de 1888, onde é visível o seu interesse comercial no Brasil: «Elas (as imensa talhadas de prosa) dão-me um grande trabalho – e nos jornais do Brasil produzir-me-iam o dobro. (...) – porque lá é tudo em ponto maior.» Cf. *Correspondência*, ed. cit., p.120. Para além deste exemplo do seu interesse económico no Brasil, outros poderão ser confirmados nas páginas 124, 128, 129, 181 e 210 da mesma publicação.

⁵⁵ *Apud* Elza Miné e Neuma Cavalcante (org.), ed. cit., p.603.

⁵⁶ *Idem*, p.602.

Surge, em 1900, *A Correspondência de Fradique Mendes*, onde Eça de Queirós volta a referir-se ao emigrante torna-viagem, criando a personagem do Comendador Pinho com uma vida monótona, pouco inteligente e sem ambições, mas prestes a ser barão! Com «Testamento de Mecenas»⁵⁷, Eça de Queirós elogia a atitude do Comendador Peres Cardoso, um “brasileiro” de Cinfães que deixa um testamento de contos de réis «... não a seis padres, nem mesmo a seis advogados, mas a seis simples fazedores de livros portugueses, João de Deus, Crespo, Junqueiro, Camilo, Chagas, e eu»⁵⁸, causando grande burburinho e perplexidade na sociedade portuguesa oitocentista por ser um facto inédito e porque «... [e]m Portugal, (...) foi-se sempre lamentavelmente mesquinho com os homens de letras.»⁵⁹

Com a referência a este testamento, Eça de Queirós fecha o círculo do percurso do “brasileiro” torna-viagem. Com alguns avanços e recuos balizados quer por necessidades e circunstâncias decorrentes da sua vida particular, quer pela sua visão europeísta do mundo, não temos a menor dúvida de que Eça de Queirós, criticando o Brasil ou os “brasileiros”, estava também a “farpear” o seu país que tanto queria alterar. O Brasil – um gigante ainda mais afastado do centro europeu do que Portugal – não era mais do que uma extensão de Portugal, logo, emigrar para o Brasil era quase como ficar em Portugal, um país europeu, mas que Eça de Queirós sentia estar muito longe da Europa ou daquilo que ele idealizava. Nem Portugal, nem o Brasil eram modelos culturais que, na sua opinião mais cerrada, valesse a pena seguir. Mas, parece-nos que, pouco a pouco, as suas posições acutilantes também se foram alterando e adocicando. As mudanças de tomada de posição em relação ao Brasil vêm, desta forma, ao encontro da sua atitude perante a revalorização de Portugal e dos seus valores, à qual podemos associar a defesa acérrima do Império brasileiro, tal como o seu amigo Eduardo Prado. É nas *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas* que desabafa a propósito da implantação da República no Brasil a 15 de Novembro de 1889⁶⁰, levada a cabo pela “República dos coronéis”: «Com o Império, segundo todas as probabilidades, acaba também o Brasil. (...) A América do Sul ficará toda coberta com os cacos de um grande Império!»⁶¹ Prevendo a desintegração e a fraqueza de uma nação que começava,

⁵⁷ *Últimas Páginas*, ed. cit.

⁵⁸ *Idem*, p.378.

⁵⁹ *Idem*, p.379.

⁶⁰ Cf. Heitor Lyra, *O Brasil na Vida de Eça de Queirós*, ed. cit., p.261

⁶¹ *Cartas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d., pp.230-231.

agora, «... a ter grandeza...»⁶², Eça de Queirós volta de novo a pôr em causa o imperador D. Pedro II. Desta forma, responsabiliza-o pela queda do império e consequente implantação da República, para além de o criticar pela sua ligação a França, encontrando-se Eça de Queirós numa fase de questionamento em relação à excelência do modelo franco-europeu:

Todo o mundo no Brasil era republicano – mesmo os diplomatas, os bispos e os camaristas do paço. O próprio imperador, por vezes, em viagem, nas salas de hotel, se declarava republicano. (...)

O imperador, por outro lado, não era genuinamente popular. Os políticos mais cultos reconheciam os seus serviços ao Império: mas o seu feitio excessivo, de sócio correspondente do Instituto de França, desagradava. (...) O Império pois estava, não enraizado, mas pousado ao de leve sobre o Brasil.⁶³

Seria a desintegração do Brasil e o seu regredir como nação também uma das «Profecias Queirosianas»⁶⁴?

Tendo em consideração sobretudo o que sente longe da pátria, de facto, este *estrangereiro* (como muitos lhe chamaram) – mas que nunca se desligou do azul do céu português, embora sempre apreciado numa perspectiva universal – manifesta, ainda que de uma forma mais acentuada na última fase da sua vida, uma revalorização dos valores patrióticos, confessando já em 1873, numa carta escrita em Havana e dirigida a Ramalho Ortigão, que «[o] exílio importa a glorificação da pátria. Estar longe é um grande telescópio para as virtudes da terra onde se vestiu a primeira camisa. Assim, eu, de Portugal esqueci o mau[.]»⁶⁵ A propósito deste “ser” europeu/universal, mas acima de tudo português, escrevia Miguel de Unamuno: «Cuando de éste [referindo-se a Portugal] se burla, óyese el quejido. Todo su arte europeo, un arte tan exquisitamente europeo, no logra encubrir su ímpetu ibérico. Se le oye el sollozo bajo la carcajada.»⁶⁶ A este observador posicionado a grandes distâncias foi-lhe facultada a possibilidade de experimentar a sensação do “longe” e do “afastamento”, proporcionando-lhe formas de

⁶² *Idem*, p.230.

⁶³ *Idem*, p.224, 228 e 227.

⁶⁴ A. Campos Matos, «Profecias Queirosianas», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Novembro, 2002, pp.22-23.

⁶⁵ *Correspondência*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1978, p.23.

⁶⁶ «El Sarcasmo Ibérico de Eça de Queirós» in *Escritos de Unamuno Sobre Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, Lisboa/Paris, 1985, p.251.

juízo e também de aproximação do «...*obsuro e velho armário* que se chama Portugal»⁶⁷, deixando-se matizar, cada vez mais, pela tal cor azul do céu... Na verdade, talvez Eça de Queirós tenha desejado, algum dia, transportar consigo o papel do torna-viagem, só que sem o chapéu do Chile, sem a corrente de ouro atravessada ao longo da barriga, sem o colete e as calças brancas, sem o trepador de pena verde e sem um falar de sotaque melódico!

Se é verdade que Eça de Queirós muitas vezes sentiu a falta do céu de Portugal, não é menos verdade que ele foi um dos maiores críticos da sociedade portuguesa e, em alguns momentos, da sociedade brasileira, nunca fez cerimónias para apontar todos os defeitos e falhas que encontrou (e poderia voltar a encontrar, muitas delas, ainda hoje!) com a perícia, a argúcia e a subtileza próprias de quem está vivendo próximo delas. O exílio de Eça, que durou mais de um quarto de século, e o facto de nunca ter conhecido o Brasil foram situações algumas vezes apontadas como sendo desfavoráveis a críticas tão acérrimas ao seu país e ao Brasil. A distância e o desconhecimento, se para uns era sinónimo de desfasamento em relação à realidade e se para outros era um simples exagero do que por cá e lá se vivia, o que é verdade é que, mesmo assim, Eça de Queirós conseguiu incomodar e perturbar a sociedade portuguesa e brasileira da segunda metade do século XIX. Não podemos deixar de referir que, apesar de se confessar apaixonado pela sua Pátria, manteve sempre aquele sangue frio de analista imperturbável com as suas vítimas. Fazendo-nos lembrar, ainda que de forma remota, a máxima vicentina “*ridendo castigat mores*”, não queria também Eça de Queirós corrigir a nossa sociedade ironizando socraticamente⁶⁸ com a sua «Santa Ironia?»⁶⁹

Mas, apesar de toda a sua vertente analítica e irónica em relação a Portugal e ao Brasil, Eça de Queirós, tal como Ulisses, vai traçando o longo e movimentado desejo de regresso à pátria que, apesar de imperfeita, é dela que este humanista sente falta. Acaso este “pobre homem da Póvoa do Varzim” tenha sofrido com as várias formas que a distância adquiriu ao longo da sua vida e por isso essa tristeza se tenha manifestado de uma forma um tanto ou quanto peculiar, como no-la transmite sua filha, Maria de Eça

⁶⁷ *Correspondência*, ed. cit., p.20.

⁶⁸ Tal como Sócrates, Eça de Queirós teve como objectivo maior na sua investigação o homem e o seu mundo. A arma que utilizou para dali tirar o maior proveito possível foi a ironia – o meio de promover nos outros o reconhecimento da própria ignorância e levá-los a uma mudança de atitude perante o mundo e a vida. (Cf. *História da Filosofia*, Nicola Abbagnano, vol. I, 5.ª ed., Lisboa, 1991, pp.100-101.) Talvez essa mudança ainda hoje não tenha sido operada, mas essa foi a prioridade da vida de Eça de Queirós.

⁶⁹ *Correspondência*, ed. cit., p.20.

de Queirós «... – não sei porquê aquelas costas exprimem tristeza!»⁷⁰ Talvez tenha sido dilacerado por esse «... mal da lonjura, (...) [por esse resistente] fio de baba que a memória vai segregando à medida que se afasta, e por onde passam, depois, telepáticas ondas de ternura por coisas que talvez a não merecessem à despedida.»⁷¹ Por isso, decidimos terminar este ponto do nosso trabalho recordando que para Eça de Queirós:

«A viajar, então antes ir a Portugal.»⁷²

⁷⁰ *Eça de Queirós entre os Seus*, ed. cit., p.152.

⁷¹ Miguel Torga, *op. cit.*, p.111.

⁷² *Eça de Queirós entre os Seus*, ed. cit., p.322.

3. Emigração para o Brasil: uma “força civilizadora”?

«Ella [a emigração] estabelece a fusão das raças cria novos typos d’humanidade e novas originalidades de temperamento.»

Eça de Queirós¹

«Os imigrantes portugueses [...] representam um mínimo de acção intelectual.»

Jaime Batalha Reis²

Tendo em conta o fenómeno da mobilidade da população portuguesa desde o século XV – início da expansão colonial – até aos dias de hoje, apercebemo-nos de que ele tem sido uma constante ao longo dos séculos, causando grandes modificações nas sociedades e deixando marcas, cuja natureza pode ser discutível, bem visíveis quer no país de partida, quer nos países de acolhimento.

Justificado por uns pelo espírito de aventura característico do modo de ser português e, por outros, pela necessidade de fugir à miséria do país, aquele fenómeno tem sido, ao longo dos tempos, alvo de diversas análises, relatórios, estatísticas e congressos, demonstrando a sua importância para o estudo demográfico, sociológico e económico de Portugal. Embora reconheçamos a primazia indiscutível dessas reflexões e estudos, tendo-nos servido de alguns deles como pano de fundo para a realização do presente trabalho, o que pretendemos neste ponto é estabelecer um confronto entre as possíveis “funções/disfunções” da emigração para o Brasil numa perspectiva sócio-intelectual, tendo como base as posições assumidas por Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis a propósito do fenómeno emigratório do século XIX, com maior incidência no último quartel.

¹ *A Emigração como Força Civilizadora*, Perspectivas e Realidades, Lisboa, 1979, p.96.

² *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do século XX*, Col. «Memória Portuguesa», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, p.60.

Portugal apresentava, na época oitocentista, todas as características de um país financeira, cultural e mentalmente pobre que se recusou a acompanhar as mudanças postas em marcha pela Revolução Industrial e que continuou “preso” à sombra gloriosa de um passado que já tinha acontecido. Esta recusa portuguesa da modernidade, que distanciou o nosso país das sociedades europeias ocidentais de oitocentos, engrandeceu a nossa pequenez e, «[e]nquanto os Estados Unidos da América se libertavam do jugo colonial (1776) e a revolução Francesa (1789) abalava as certezas na estabilidade, seria possível a Portugal conservar o Brasil, seria possível manter o País de costas voltadas para esse Mundo cada vez mais demudado?»³

Desfrutando de um aparente equilíbrio estrutural e enquanto o império do Oriente caía por terra, Portugal continuava impávido e sereno à espera dos impulsos que então vinham da colónia brasileira e comandavam o nosso comércio e a nossa indústria, estimulando-os ou condicionando-os. Sentado à sombra do coqueiro, o nosso país vivia à custa da colónia, dela dependendo sem nunca conseguir dar o salto industrializante de que necessitava para se livrar do apego a uma exploração agrícola que já não fazia sentido. Iludido e sem estar preparado para encarar a realidade que se avizinhava, Portugal viu-se obrigado a interiorizar um facto que se vinha adivinhando: a independência da colónia brasileira.

7 de Setembro de 1822. Por declaração de D. Pedro, o verde e o amarelo passam a ser as cores da possessão brasileira. Um novo ciclo da História de Portugal e do Brasil tem início nas margens do Ipiranga. O Brasil torna-se independente!

Confrontado com uma agricultura pobre, grandes extensões territoriais despovoadas e com a falta de trabalho braçal para desenvolver o novo país liberto do poder colonial, D. Pedro I, o então imperador do Brasil, apoiado por sua esposa D. Leopoldina, incrementa a vinda de imigrantes europeus para o Brasil com o objectivo de proporcionar novas directrizes à riqueza nacional. Inseparável da política seguida pelo Brasil para atrair emigrantes, isto é, facilitando ou impondo⁴ a nacionalização daqueles, procurando por todos os meios propagandear e fomentar a emigração, é a promulgação da lei de 13 de Maio de 1888 que, com a abolição da escravatura, vai proporcionar o

³ Joel Serrão, *Temas de Cultura Portuguesa II – Içar as Velas e Soltar os Ventos*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, p.28.

⁴ A interpretação dúbia acerca da política brasileira em relação ao recrutamento de emigrantes, leva-nos ao encontro da opinião manifestada por Oliveira Martins quando se referia aos objectivos da lei de 13 de Maio de 1888. Cf. «A Emigração Portuguesa» in *Fomento Rural e Emigração*, 3ª ed., Guimarães Editores, Lisboa, 1994, p.177.

desenvolvimento da emigração europeia para aquele país. Como afirma Alexandre Herculano «[é] natural que seja assim, porque a América, em grande parte despovoada e inculta, precisa para o seu progresso dos braços laboriosos da Europa.»⁵ De facto, o Brasil tem necessidade de arranjar substitutos para o trabalho negro nas fazendas e Portugal, face à crise que atravessava, viu-se na necessidade de rentabilizar os braços que tinha disponíveis para o trabalho. Com a chegada do vapor, as navegações são facilitadas e as ofertas da América são tentadoras. Estão, desta forma, criadas as condições para a formação de uma corrente emigratória portuguesa para o Brasil que se irá prolongar até ao século XX.

Como já tivemos oportunidade de referir no ponto anterior do nosso trabalho, o português é de todo o europeu aquele que maior facilidade demonstrou ter para se integrar no Brasil como colonizador, embora também tivéssemos referido modos diferentes de sentir e de ver esta integração. De qualquer modo, por essa facilidade inata, sem dificuldade se perceberá que o Brasil seja o destino preferido pela grande corrente emigratória de portugueses, até porque também existe o peso de uma herança cultural dos tempos em que o Brasil era uma colónia, como afirma o cônsul de Pernambuco, o senhor José Henriques Ferreira, ao Marquês de Loulé numa carta datada de 23 de Dezembro de 1857:

Os colonos que melhor se podem aproveitar (...) são incontestavelmente os portugueses, tanto do continente como do archipelago açoriano; são estes que mais se identificam com a população brasileira, de quem são parentes, e de quem têm a mesma língua e religião, talvez os unicos que lhes podem substituir um dia os braços africanos, por se acharem já habituados aos grandes calores do nosso estio, que não são aqui excedidos pelo sol do trópico.⁶

O excerto escolhido retrata a comunhão que existe entre os dois povos desde os tempos da colonização e a convivência simplificada entre ambos. Mas, também aponta para uma questão que se prende quer com os interesses económicos do Brasil no momento, quer com a alteração do enquadramento profissional da população portuguesa em terras brasileiras. Esta passou a ser a maior fonte de mão-de-obra utilizada,

⁵ «A Emigração» in *Opúsculos*, 3ªed., Tomo IV, ed. cit., p.136.

⁶ *Apud* Miriam Halpern Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Col. «Biblioteca de História» nº 10, A Regra do Jogo, Lisboa, 1981, p.72 (Doc. 43, p.71). O sublinhado é da nossa responsabilidade.

substituindo o trabalho do escravo nas fazendas: «... uma boa parte dos portugueses trabalhava na agricultura. O camponês pobre passara com bastante frequência a substituir o trabalho escravo africano, cada vez mais raro e dispendioso desde que o tráfico negreiro começara a escassear.»⁷ Desta forma, o emigrante português vê o seu estatuto sofrer grandes alterações na sociedade brasileira, acentuadas também pelas hostilidades herdadas de um passado colonial que ainda estava muito presente. Cumpre-nos acrescentar que esta situação também se deveu às condições sócio-económicas de países como Portugal, Itália e Espanha que, em comparação com outros países europeus mais evoluídos, se viram obrigados a aceitar os condicionalismos brasileiros por não terem à sua disposição, no país de origem, mercado de trabalho suficiente para empregarem a sua mão-de-obra. Em comparação, a Alemanha, face a esta forma de o Brasil encarar a emigração europeia, tentando colmatar com ela a necessidade de mão-de-obra, proíbe-a, pontualmente, em 1859⁸ – vinte e nove anos antes da extinção definitiva da escravatura no Brasil.

Sendo assim, de português-colonizador a português-emigrante (sendo esta a versão actualizada da primeira)⁹, Eduardo Lourenço define de forma perspicaz e acutilante a situação vivida por cada um daqueles portugueses. Símbolo de expansão nacional, de conquista de um pequeno povo cujos feitos de Goa ao Brasil foram cantados por Camões, os portugueses-colonizadores «[p]obres, [saíram] de casa para ser ou tentar ser senhores.»¹⁰ Por seu turno, quando se refere aos portugueses-emigrantes, define-os como «[p]obres, [que saíram] agora de casa para servir povos mais ricos e mais organizados do que nós»¹¹, reportando-se desta vez à emigração que ocorreu nos últimos cento e cinquenta anos, a qual empregou a população mais pobre, mas a mais enérgica, para servir de alicerce às nações europeias que se começavam a erguer. Desta forma, deparamo-nos com um fenómeno ensombrado pelo fatalismo e pela desgraça, «... complexo nas suas causas, condições e resultados»¹², mas que traduz a junção de um

⁷ *Idem*, p.31.

⁸ Joel Serrão «A Emigração Portuguesa para o Brasil na Segunda Metade do Século XIX» in *Temas Oitocentistas – I*, Livros Horizonte, s.l., 1980, p.169, nota de rodapé 21.

⁹ Terminologia utilizada por Eduardo Lourenço, «A Emigração como Mito e os Mitos da Emigração» in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Ser Português*, 1ª ed., Gradiva, Lisboa, 2000, p.119.

¹⁰ *Idem*, p.123.

¹¹ *Idem*, p.124.

¹² Alexandre Herculano, «A Emigração» in *op. cit.*, p.109.

«... sonho individual [com] uma atitude colectiva»¹³, sofrendo variações consoante a época, o momento histórico ou o momento político.

Mas, afinal, quais são as circunstâncias geradoras desse sonho individual e dessa atitude colectiva? Se, de certa forma, podemos falar em variedade nos destinos escolhidos¹⁴ pelos emigrantes portugueses, será que se poderá falar de variedade em relação às causas que os levaram a emigrar? Quais as consequências desse sonho impulsionado por uma necessidade latente na população?

Tendo em conta as definições de Eduardo Lourenço atrás referidas, não restam dúvidas de que o factor subjacente à necessidade que conduz à natural vontade de sair do país é a pobreza, a qual, infelizmente, parece ser uma constante invariável ao longo dos tempos, condicionando e mobilizando este «... [p]aís pobre de gente pobre[.]»¹⁵ Gente que partia sem nenhuma segurança no que diz respeito ao que iriam encontrar do outro lado do oceano e que viajavam em condições desumanas e degradantes tal como «... em outros tempos para [lá] eram conduzidos os negros de África»¹⁶ – comentava o cônsul português no Rio de Janeiro. Mas, porque temos referenciado alguns pensadores do nosso século que reflectiram sobre este assunto, não fiquemos com a ideia de que este problema teve o seu ponto máximo no século XX. Em plena época oitocentista ele foi gerador de controvérsias, reflexões e análises exaustivas levadas a cabo por alguns dos seus pensadores. Sendo um assunto em plena efervescência e à espera de algumas soluções que se tornavam urgentes, a emigração portuguesa no século XIX, associada ao estado do próprio país, foi um dos assuntos sobre o qual muito se disse e muito se escreveu. E de facto, é neste contexto social que Eça de Queirós, em 1872, dedica a “farpa” LI à questão da emigração. Ironizando a acção de um tal Mr. Charles Nathan, um possível engajador que oferecia bons salários a todos quantos quisessem partir para Nova Orleães e de quem os portugueses se podiam sempre valer, Eça de Queirós afirma categoricamente que:

¹³ Miriam Halpern Pereira, *op. cit.*, p.9.

¹⁴ Em relação a este aspecto e embora no período que escolhemos para balizar o nosso trabalho a grande corrente emigratória portuguesa tenha escolhido o Brasil para país de acolhimento, sabe-se que também a América do Norte e, mais recentemente, a França foram dois destinos também preferidos pelos nossos emigrantes.

¹⁵ Joel Serrão, «A Emigração Portuguesa Para o Brasil na Segunda Metade do Século XIX» in *Temas Oitocentistas – I*, ed. cit., p.168.

¹⁶ *Idem*, p.175 e 177.

A emigração, entre nós, é decerto um mal.

Em Portugal quem emigra são os mais enérgicos e os mais rijamente decididos; e um país de fracos e indolentes padece um prejuízo incalculável, perdendo as raras vontades firmes e os poucos braços viris.

Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a trasbordação de uma população que sobra; mas a fuga de uma população que sofre. Não é o espírito de actividade e de expansão que leva para longe os nossos colonos, como leva os ingleses à Austrália e à Índia; mas a miséria que instiga a procurar em outras terras o pão que falta na nossa.¹⁷

Vocacionado para a análise de fenómenos sociais, este membro da Geração de 70, desde muito cedo que se mostra sensível ao fenómeno migratório, o qual começava a pôr em causa a ideia de um centralismo europeu e que Eça de Queirós, numa fase final da sua escrita, também relativizará.¹⁸

Atento e perspicaz em relação às necessidades do seu país, Eça de Queirós já em 1872 tem consciência da «... necessidade urgente de regularizar interiormente uma emigração de província a província»¹⁹, chamando a atenção para os terrenos do Alentejo, os quais deveriam ser cultivados e rentabilizados, contando os trabalhadores com o apoio do Governo. Uma vez que a emigração portuguesa significava, antes de tudo, o abandono do país, era necessário que o Estado tomasse consciência desta situação e proporcionasse aos trabalhadores os meios necessários para ficarem no seu país e aí rentabilizarem a força do seu trabalho. Comparando a nossa pobreza com a da Grécia (uma comparação ainda actual!), Eça de Queirós uma vez mais é implacável e não perdoa a incompetência do Estado português:

Que querem os senhores que se faça num país destes? Sair, fugir, abandoná-lo! O País é belo, sim, de deliciosa paisagem. Mas a política, a administração, tornaram aqui a vida intolerável. Seria doce gozá-la, não tendo a honra de pertencer-lhe. *Só se pode ser português – sendo-se inglês!*²⁰

¹⁷ *Uma Campanha Alegre*, ed. cit., p.234.

¹⁸ Teremos oportunidade de abordar com mais desenvolvimento esta fase de Eça de Queirós no capítulo seguinte do nosso trabalho.

¹⁹ *Uma Campanha Alegre*, ed. cit., p.234.

²⁰ *Idem*, p.237.

Com o problema da emigração em Portugal, e questionando igualmente a “infertilidade” dos terrenos alentejanos, também se preocupou Alexandre Herculano, dedicando muitas das páginas dos seus *Opúsculos* ao fenómeno migratório, onde apresenta dois tipos de emigração: a emigração forçada e a emigração voluntária, sendo a primeira provocada pela «...maior das tyrannias – a tyrannia da miseria.»²¹ Desta forma, admite que «...seria injusto e cruel attribuir ao emigrado, que abandona o seu país sem rumo certo, (...) a responsabilidade de um factor que em rigor não é seu.»²²

Mas a solução do Estado para um problema tão grave passa pelo simples facto de restringir a emigração ou mudar-lhe o percurso, conduzindo-a até África para satisfazer os projectos de colonização que estavam a ser delineados, tentando, em simultâneo, resolver o problema do negócio dos engajadores.²³ Eça de Queirós também reage a estas atitudes do Estado, mas desta vez como cônsul em Havana, cargo que ocupou entre 1872 e 1874. Embrenhado na defesa dos emigrantes chineses, os *coolies*, que embarcavam para as Antilhas através do porto de Macau, vivendo situações bem próximas da escravatura, Eça de Queirós, com apenas 29 anos, escreveu um relatório que enviou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de então, João de Andrade Corvo, dedicado exclusivamente à emigração.

Separados apenas por dois anos, a “farpá” *LI* e *A Emigração como Força Civilizadora*, textos contemporâneos de Eça de Queirós, apresentam ideias diferentes em relação ao fenómeno social da emigração. Parece-nos que Eça de Queirós, devido às circunstâncias do momento – em 1872 pode-se dizer que não tinha qualquer tipo de compromisso político, enquanto que em 1874 era cônsul em Havana, um cargo ligado ao governo português – trata aquele fenómeno de forma bastante desigual. No texto de 1872, Eça de Queirós é muito mais agressivo na análise que faz às causas e ao modo como a emigração é promovida pelo governo português. Mostrando-se claramente contra a saída de portugueses para outras paragens, nomeadamente Nova Orleães, S. Paulo e Califórnia, Eça de Queirós afirma ironicamente:

²¹ *Op. cit.*, p.115.

²² *Idem*, p.116.

²³ Cf. Jorge Fernandes Alves, «Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista» in Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpern Pereira (org.), *Emigração/Imigração em Portugal* (Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal – Séculos XIX e XX), Col. «Estudos», n.º 12, Editorial Fragmentos, Algés, 1993, pp.78-79.

Uma população de trabalhadores, operários, proletários, pede trabalho – senão emigra. E o País exclama:

– Não emigreis, tendes acolá os terrenos do Alentejo (...) e enriquecei!

O Estado, a imprensa, a opinião têm razão; – somente como o trabalhador não traz ali os quatro ou cinco mil contos na algibeira e não está para os ir buscar a casa, por causa da chuva – embarca para Nova Orleães.²⁴

Criticando severamente a acção governamental por não impedir a emigração e não proporcionar condições aos portugueses para ficarem no seu país, onde, na sua opinião, os terrenos do Alentejo poderiam ser rentabilizados desde que o governo apoiasse os trabalhadores, Eça de Queirós é nesta “farpa” o autêntico Eça dos anos setenta: um revolucionário e um reivindicador que atira ao alvo palavras cruas e nuas:

O Governo volta-se para o regedor e, por toda a ideia, por toda a ciência, lança esta ordem: “A respeito dos colonos, o melhor é fechá-los á chave!”

Como solução a um problema económico – o Governo acha uma fechadura. A governação do Estado torna-se questão de serralharia! Um trinco é um princípio: um parafuso uma instituição! Como vós sois grandes! Deixai-vos ver bem de frente... Ah! sois imensos! Mas Sancho Pança – era maior.²⁵

Apesar de nunca minimizar os contratempos que lhe estão subjacentes, é no seu relatório consular que Eça de Queirós apresenta a emigração entendida já não só como um mal (como o fizera na “farpa” LI de 1872), mas também como um fenómeno portador de uma dinâmica bastante positiva. Concebida como «...um phenomeno social que sob formas differentes apparece em todas as épocas historicas»²⁶, Eça de Queirós, no seu relatório enviado de Havana ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, confere à emigração do século XIX um «...character de universalidade, de espontaneidade e de liberdade, que a tornam um dos factores mais poderosos da moderna actividade economica, e uma das forças da civilização contemporanea»²⁷ que, tendo como

²⁴ *Uma Campanha Alegre*, ed. cit., pp.237-238.

²⁵ *Idem*, p.240.

²⁶ *A Emigração como Força Civilizadora*, ed. cit., p.15.

²⁷ *Ibidem*.

principal objectivo a busca de um destino melhor, não era, no entanto, uma solução social.

Face à evidência da pobreza do país e da falta de apresentação de soluções válidas para se combater aquela situação, Eça de Queirós revela-se a favor da legitimação da emigração, pois «... proibir a emigração livre é inútil, é criar uma outra bem mais deplorável – a emigração clandestina.»²⁸ Por isso, e como a emigração é «... um acto de direito natural, o dever do Governo é policial-a [no que diz respeito ao] contracto, [ao] transporte e á protecção consular [no país adoptado]. (...) No país de destino, [deverá ser garantida] protecção e vantagem.»²⁹ Contrariando a opinião quase corrente de que a emigração significava uma perda de população e de força, Eça de Queirós vai mais longe e afirma que «... não só não diminui a população, mas dando ao mundo trabalhador uma maior idea dos seus recursos, authorisa-o a estabelecer-se, a procrear, e a elevar o nivel dos nascimentos»³⁰, estendendo-se esta subida do nível de vida também aos que ficaram na terra natal. Uma outra forma positiva de encarar o fenómeno emigratório também tem a ver com a transformação que se opera no proletariado europeu quando emigra para a América. Face à miséria, à opressão, às dificuldades e, conseqüentemente, ao desânimo, o proletariado europeu «... era uma inutilidade no seu velho paiz.»³¹ Quando transportado para países diferentes nos seus costumes, «... estimulado pelo espectáculo de fortunas feitas pela perseverança, livre, bem pago, nasce-lhe a esperança, estimula-se a energia nativa; (...) torna-se uma força no paiz novo.»³² Esta opinião também é partilhada por Oliveira Martins quando caracteriza o modo de ser do português no Brasil e em Portugal. No Brasil, «... é por toda a parte iniciador; em Portugal, salvas excepções raras ou mínimas, vai a reboque de estrangeiros quando trabalha, reservando a sua iniciativa para a agitação estéril da política e a sua arte para angariar empenhos com que alcance um emprego público.»³³ Considerando a emigração «... o barómetro da vida nacional, marcando nas suas oscilações a pressão do bem-estar metropolitano»³⁴, também Oliveira Martins se manifesta contra o impedimento da emigração, atribuindo também à miséria do país a

²⁸ *Idem*, p.116.

²⁹ *Idem*, p.116-117.

³⁰ *Idem*, p.86.

³¹ *Idem*, p.87.

³² *Ibidem*.

³³ «A Emigração Portuguesa» in *op. cit.* p.190.

³⁴ *Idem*, p.168.

sua principal causa. Para este membro da Geração de 70, «... a melhor de todas as nossas colónias seria o próprio reino. (...) Achamos certamente que o trabalho dos emigrantes, exercido no solo do reino, produziria muito mais do que as sommas entradas da America; muito mais e melhor.»³⁵

Depois da perda da colónia brasileira, irrompe, no último quartel do século XIX, um movimento virado para África, apoiando a política colonialista de Sá da Bandeira, com o objectivo de fomentar uma esperança de bem-estar nacional. Devido à crescente ofensiva das potências industriais no continente africano, surge em 1875 a Sociedade de Geografia de Lisboa formada por pessoas ligadas à cultura, incluindo capitalistas com interesses em África. O movimento a favor de uma colonização africana é intensificado pelas explorações levadas a cabo por Brito de Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto entre 1877 e 1885 e por uma necessidade de proporcionar uma alternativa ao país que se via privado da sua colónia brasileira. A este movimento pró-África acrescentam-se as condições dramáticas em que os portugueses emigravam para o Brasil e que tinham sido objecto de um inquérito parlamentar, cujas conclusões catastróficas foram publicadas em 1873. No entanto, nem por isso se tentam criar as condições capazes para a permanência dos portugueses no seu país, oferece-se-lhes antes uma alternativa de saída: África. Reflectindo sobre a questão da colonização africana, Oliveira Martins mostra-se peremptório ao afirmar que os portugueses não devem emigrar para onde não há falta de braços. Além disso, os portugueses devem ser exploradores em África e não seus colonizadores, porque o negro é o colono de África. Por isso «[é] elle que póde e deve trabalhar sob a direcção e o commando do portuguez. (...) Devemos aproveitar [a terra e a gente] ganhando para nós o enorme rendimento liquido que produzem as culturas tropicaes, feitas pelo braço robusto e barato do negro.»³⁶ Esta visão martiniana do problema de África e das funções que ele atribui quer ao negro quer ao português remete-nos para a forma como ele encara a diversidade de raças e a primazia de umas em relação às outras, rondando o racismo – um aspecto a que já nos referimos no

³⁵ *O Brazil e as Colonias Portuguesas*, 5ª ed., Parceria Antonio Maria Pereira – Livraria Editora, Lisboa, 1920, p.250.

³⁶ *Idem*, p.241. Excerto de uma carta escrita a José Leopoldo Mera, a propósito do aliciamento feito a umas centenas de portugueses do Norte para irem trabalhar para o Zaire, sob o patrocínio do Ministério da Marinha. Como membro da Sociedade de Geografia Comercial do Porto, Oliveira Martins congratula-se por ter contribuído para que tal não tivesse acontecido.

primeiro ponto deste capítulo e que vemos intensificado uma vez mais a propósito da população das ilhas Sanduíche.³⁷

Em *A Ilustre Casa de Ramires*, escrita nos últimos sete anos de vida, Eça de Queirós, através de Gonçalo Mendes Ramires, também faz eco desta vontade de partir para África: «– Com efeito ando com uma ideia, há dias... Talvez me viesse de um romance inglês, muito interessante (...) *King Salomon's Mines*... Ando com ideia de ir para África»³⁸, confessava Gonçalo a sua irmã Gracinha. Esta confissão feita pela personagem eciana não será também um indício do seu apoio à política colonialista de Sá da Bandeira? Não estaremos presente uma tendência inata de Portugal para encontrar fora do país formas de bem-estar e de sucesso, esquecendo o que possui dentro do seu território?

Depois de no seu relatório de Havana fazer uma resenha histórica do fenómeno emigratório nalguns países europeus, Eça de Queirós faz referência ao modo como os países da América conseguem angariar emigrantes, utilizando «[t]odo o maquinismo de publicidade e de *reclame* (...) para attrahir, monopolisar o consumidor (...) para chamar ao seu solo o trabalho europeu.»³⁹ De entre os vários países da América, foca o Brasil «... pela actividade dos seus agentes, e pelas publicações que subsidia – em que o Brasil é exaltado é na sua constituição civil e nas forças produtivas do seu solo.»⁴⁰ No entanto, é o tipo de propaganda feita pelos Estados Unidos que considera perfeita por esclarecer e informar o mundo emigrante de uma forma exacta, periódica, preparando-lhe com antecedência a sua chegada. Em relação ao Brasil, quer-nos parecer que Eça de Queirós regista algumas alterações nesta sua forma de analisar e constatar o problema, pois «[ali] acresce que os que voltam ricos, fazendo esquecer os que ficam miseráveis, crião a convicção que a riqueza é a consequência da emigração.»⁴¹ Esta visão do que seria a emigração para o Brasil vem ao encontro da sua concepção de torna-viagem traduzida nestas palavras escritas em 1872: «... o emigrante que volta, provido de boa fortuna, vem ser um burguês improdutivo, uma inutilidade a engordar.»⁴²

³⁷ «A Emigração Portuguesa» in *op. cit.*, 3ª ed., Guimarães Editores, Lisboa, 1994, p.194.

³⁸ Livros do Brasil, Lisboa, s./d., p. 89. Interessante será atentarmos no livro de cabeceira de Gonçalo Mendes Ramires, *As Minas de Salomão*, de Rider Haggard.

³⁹ *Op. cit.*, p.78-79.

⁴⁰ *Idem*, p.79.

⁴¹ *Idem*, p.80.

⁴² *Uma Campanha Alegre*, ed. cit., p.235.

Apesar do contencioso com o torna-viagem referido no ponto anterior do presente trabalho, Eça de Queirós encarava a emigração para o Brasil e as suas consequências de uma forma um tanto ou quanto diferente da emigração para a América do Norte e para a América do Sul ou, como Eça de Queirós refere, «... os Estados Unidos, (...) [e] as Republicas Hespano-Americanas.»⁴³ Apontando diferentes organizações da emigração e a existência de diversas condições sociais e políticas, Eça de Queirós defende a emigração para a América do Norte por ser uma região mais próspera em contraste com a emigração para a América do Sul que classifica como uma região catastrófica. Apesar desta distinção entre as duas Américas, Eça de Queirós coloca o Brasil num ponto diferenciado da América do Sul, conferindo-lhe um lugar de destaque:

No Brasil as condições varião porem: a tranquillidade politica tem deixado todo o vagar da paz ao commercio e á agricultura: a segurança individual é maior, a justiça mais imparcial; não há hostilidade contra os estrangeiros, nem contra as differentes religiões: o clima do Sul é temperado e hygienico[.] (...) Quando o Brasil adoptar difinitivamente, sem modificações acanhadas, o largo, o sincero, o digno systema de venda da terra a contado, – a emigração ha-de abituarse a tomar o caminho d’um paiz, que pela fertilidade do solo, e pelas riquezas naturaes é eminente no universo.⁴⁴

Atribuindo quer a Portugal quer ao Brasil os mesmos vícios de organização e exaltando o Brasil pela forma como recebe os estrangeiros e pela força produtiva do seu solo, Eça de Queirós opõe a América à Europa, sentida já numa fase de desencanto: «Não podemos também, como a América, ofertar ao dilantetismo crítico o sugestivo espectáculo de povos velhos transportados para um torrão novo[.]»⁴⁵ Estando os valores da Europa em crise, o Brasil é, desta forma, o lugar ideal para «... em alegria e paz abundante, sob as magnificências da luz natural, dentro do concheço fresco, numa boa poltrona, (...) observar, curiosamente, finamente, com vagar e diletantismo, esta nossa Europa, (...) desde o fútil até o grande[.]»⁴⁶

⁴³ *A Emigração como Força Civilizadora*, ed. cit., p.97.

⁴⁴ *Idem*, pp.110-111.

⁴⁵ «A Europa em Resumo», [1892], in *Notas Contemporâneas*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000, p.180.

⁴⁶ *Idem*, pp.183-184.

Caracterizando os portugueses como um «... [p]ovo criador de povos, hoje solicitado a fundir-se em outros sem regresso possível»⁴⁷, Eduardo Lourenço distingue a emigração para o Brasil da emigração mais recente para a Europa, questionando: «Que tem a ver esta “emigração” (...) com a *emigração dolorosa* que há duas dúzias de anos converteu a população mais pobre, mas também a mais enérgica, das nossas aldeias e vilas, nos *soutiers de L’Europe* (...)?»⁴⁸ A facilidade apontada à emigração para o Brasil, no nosso entender, está relacionada com a língua comum aos dois países e com o “ser” português a servir de base ao “ser” brasileiro. Desta forma, a emigração portuguesa para a Europa seria, à partida, mais difícil e mais espinhosa devido à inexistência de afinidades entre o emigrante e o país acolhedor.

De qualquer forma, mesmo considerando o Brasil «... *a nossa melhor colonia* (...) *depois que deixou de ser colonia nossa*»,⁴⁹ Alexandre Herculano realça a ideia do grande suporte financeiro da metrópole que foi o Brasil com a exportação de um português pobre e a correspondente importação do “mineiro” e, mais tarde, do “brasileiro”, ambos ricos e sustentáculos de uma economia completamente desequilibrada. Cremos que os benefícios económicos que aqueles emigrantes proporcionaram resultam num saldo positivo, sendo quase impossível não nos manter ligados a essa concepção de torna-viagem ainda nos dias de hoje. No entanto, não queremos deixar de mencionar que a emigração serviu também para esconder o nosso desequilíbrio comercial, não tendo sido posto ao serviço do nosso desenvolvimento as remessas enviadas pelos emigrantes, acabando por constituir uma forma de agravamento da dependência externa de Portugal, conforme assinala Miriam Halpern Pereira.⁵⁰ A este propósito, Eça de Queirós, embora legitime a emigração, não deixa de afirmar que ela é «... o palliativo transitorio d’um mal eterno.»⁵¹, ou seja, a miséria.

Apesar de todos os aspectos negativos que possam estar subjacentes ao problema da emigração do século XIX e às suas correntes (Estados Unidos, Brasil e Repúblicas Hispano-Americanas), Eça de Queirós, depois de analisar vários parâmetros relacionados com a emigração, conclui, no seu relatório, que a emigração europeia livre e espontânea (isto é, sem a acção sedutora dos engajadores) é uma das grandes forças de

⁴⁷ Eduardo Lourenço, «A Emigração como Mito e os Mitos da Emigração» in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Ser Português*, ed. cit., p.125.

⁴⁸ *Idem*, p. 124.

⁴⁹ Alexandre Herculano, *op. cit.*, p.112.

⁵⁰ *Op. cit.*, p.15.

⁵¹ *A Emigração como Força Civilizadora*, ed. cit., p.91.

civilização. Enquanto a grande maioria dos estudiosos deste fenómeno se preocupa em revelar os malefícios e as desgraças que normalmente se ligam à emigração, Eça de Queirós deixou-nos admirados com a sua atitude tão positiva, optimista e original retratada no modo como encara o problema da emigração de finais de oitocentos e da emigração em geral. Ligado essencialmente a questões sociais, o nosso diplomata dedica uma parte do seu relatório às vantagens da emigração, justificando-a como «... descentralizadora da raça humana[.]»⁵² Para além disso, «[é] uma criadora de sciencia, e pelos seus movimentos grandiosos e fecundos uma força civilizadora na humanidade.»⁵³

Embora concordemos plenamente com esta interpretação de Eça de Queirós, não podemos deixar de levantar a seguinte questão: se a pobreza, como já vimos, é o principal motivo que leva os emigrantes a deixarem o país, o que poderão eles transportar consigo de positivo? À primeira vista, diríamos muito pouco ou quase nada. No entanto, Eça de Queirós, centrando a sua análise numa perspectiva cultural, aponta como factores positivos os usos e os costumes levados pelos emigrantes. Mas, para além daqueles elementos, também refere um aspecto que consideramos de máxima importância – a questão da difusão da língua portuguesa pelo mundo como um espelho da nossa cultura, daquilo que mais forte e coeso qualquer nação possui. Embora Eça de Queirós, no seu relatório consular, não refira, de forma explícita e directa, a importância da língua levada pelos emigrantes portugueses para o Brasil, deduzimos que a posição que toma em relação à Inglaterra se possa aplicar também ao Brasil: «N'outra ordem de ideias a emigração é uma diffusão pacifica dos costumes da mãe pátria, da sua lingua, da sua literatura, das suas artes, e por tanto um forte meio de influencia, que se traduz em relações commerciaes, politicas, industriaes, etc.»⁵⁴ Esta espécie de retraimento de Eça de Queirós em relação às suas manifestações acerca do Brasil não significará tanto o seu desconhecimento ou o seu desinteresse, mas sim uma certa omissão, um silêncio que consegue deixar no ar alguns borrifos insinuadores de algo que necessita ser esclarecido. E, ao sermos tocados pelo que Eça de Queirós parece querer omitir – embora nem sempre o consiga – vem-nos à memória o facto que parece justificar aquela atitude: pensar o Brasil ainda como uma colónia, uma extensão de Portugal – um pensamento sintomático de uma visão colonialista que ainda perdurava em muitos

⁵² *Idem*, p.96.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Idem*, p.94. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

oitocentistas finisseculares. Desta relação colonizador-colónia tomada como efectiva, resulta o preconceito de ainda se subestimar a ex-colónia que, no caso de Eça de Queirós, como já atrás referimos, por vezes é superado, surgindo, nas suas entrelinhas, elogios ao Brasil. Apesar de muito pouco darmos aos países que nos acolhem, a emigração também foi uma importante forma de divulgação da língua que transportamos connosco⁵⁵ – um facto que Eça de Queirós referiu, ainda que com alguma timidez!

Foi na busca da resposta aquele tipo de questões que deparamos com a interpretação de Jaime Batalha Reis acerca do contributo dos emigrantes para possíveis trocas intelectuais com o país de acolhimento. Embora pertencentes à mesma geração, Batalha Reis apresenta no seu discurso uma vertente mais intelectual e menos civilizacional do que Eça de Queirós, daí o possível interesse em compararmos as interpretações que cada um faz e o que cada um privilegia nas suas análises.

Como tivemos oportunidade de referir no primeiro ponto deste capítulo, Batalha Reis atribui à presença do português colonizador no Brasil um contributo étnico muito importante na formação do *ser* brasileiro, na sua construção. Já em relação ao contributo intelectual do português emigrante no Brasil, Batalha Reis considera-o diminuto, pondo em causa a sua formação intelectual, não deixando de, indirectamente, estar a fazer uma crítica social ao que então se passava em Portugal e que os próprios emigrantes portugueses espelhavam no Brasil. E quanto a esta situação, Batalha Reis afirma que «... é colossal a proporção dos Portugueses analfabetos: (...) mais de quatro milhões, não sabem nem ler, nem escrever, e crescem, e desenvolvem-se, e multiplicam-se e morrem, inteiramente fora da vida espiritual criadora da Humanidade inteira.»⁵⁶ A falta de cultura na maioria da população portuguesa era um facto que preocupava Batalha Reis, pois esse atraso ir-se-ia reflectir em todos os domínios e, apesar de Lisboa aparentar alguma riqueza exterior, «[n]ada prova que [essa nova população rica] seja muito mais inteligente, ou muito mais sentimentalmente culta. (...) Intelectualmente, e a muitos outros respeito, Portugal inteiro é uma característica vila de província.»⁵⁷ Esta visão

⁵⁵ Nos dias de hoje, podemos observar o fenómeno inverso representado na sua maioria pelos imigrantes de leste que, ao utilizarem a língua portuguesa para comunicar, aumentam o número de falantes da nossa língua. Com esta observação, pretendemos reforçar a ideia da importância que o fenómeno migratório tem na difusão das línguas levada a cabo quer pelos que saem do país de origem, quer pelos que entram no novo país.

⁵⁶ *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, ed. cit., p.55.

⁵⁷ *Idem*, pp.57-58.

realista de “Portugal profundo” vem ao encontro da ideia que, em 1867, Eça de Queirós tinha da capital portuguesa e dos sistemas políticos «... que há tanto contaminam Portugal como uma lepra moral. Fez-se de Lisboa um cérebro apopléctico, pela acumulação de vida, [deixando] numa fria inanimação as extremidades provinciais.»⁵⁸ Esta deficiente preparação intelectual do português será projectada nos emigrantes que, todos os anos, se vão estabelecer no Brasil e se incluem nas cerca de quatro quintas partes da população portuguesa analfabeta ou que apenas sabem ler e escrever os seus nomes. A provar esta pobreza intelectual, está o tipo de actividades que os emigrantes portugueses exercem no Brasil em comparação com emigrantes italianos, franceses, ingleses ou alemães. O inglês, por exemplo, «... raras vezes é no paiz onde emigra trabalhador rural»⁵⁹, afirmava Eça de Queirós no seu relatório consular. Já a origem dos emigrantes portugueses era predominantemente rural e, segundo a opinião do Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, «... a imigração portuguesa, assim como é a mais numerosa no Brasil, também é a mais inculta e composta às vezes na sua maioria de indivíduos analfabetos e rudes»⁶⁰, o que lhes dificultava as saídas profissionais por causa da concorrência dos emigrantes de outros países com mais qualificações.

Desta forma, que poderia a emigração portuguesa transmitir ao novo país, sendo «... essencial e quasi exclusivamente [formada por] proletarios miseraveis»?⁶¹ Unicamente a força do seu trabalho e a sua vontade de trabalhar, ajudando a construir o Brasil e tentando atingir o objectivo que a levou a terras brasileiras: angariar fundos para conseguirem ter uma vida mais digna. Então o que representa a emigração portuguesa para o Brasil? «[A]penas relações económicas»⁶², um facto que contrasta, segundo Batalha Reis, com a emigração europeia para os Estados Unidos, a qual representa, de forma acentuada, a existência de relações intelectuais. Realçando este facto, Batalha Reis relata um dos encontros que teve em Nova Iorque com um colono alemão, carroceiro, mas com o qual pode conversar sobre Darwin, Wallace, Lamarck, Goethe, Huxley... Perante este episódio, afirma que «[o]s imigrantes portugueses intro-

⁵⁸ *Páginas de Jornalismo O Distrito de Évora – 1867*, vol. I, Lello & Irmão Editores, Porto, 1981, p.495. Nestas suas palavras está implícita a ideia do abandono do Alentejo de que tanto se falava.

⁵⁹ *A Emigração como Força Civilizadora*, ed. cit., p.46.

⁶⁰ Sacuntala de Miranda «Emigração e Fluxos de Capital, 1870-1914» in Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpern Pereira org.), *Emigração/Imigração em Portugal* (Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal – Séculos XIX e XX), ed. cit., p.52.

⁶¹ Alexandre Herculano, «A Emigração» in *op. cit.*, p.199.

⁶² Jaime Batalha Reis, *op. cit.*, p.61.

duzem assim nas populações brasileiras uma grande intensidade de esforços profícuos; mas representam um mínimo de acção intelectual.»⁶³ Desta forma, surgem algumas antipatias mútuas radicadas nas diferenças entre o modo de *ser* português e o modo de *ser* brasileiro: «... os Brasileiros censuram aos Portugueses a sua pouca cultura; os Portugueses aos Brasileiros a sua pouca energia, a sua quase incapacidade de trabalho físico.»⁶⁴

Sendo assim, questionamo-nos acerca da interpretação da emigração como uma “força civilizadora”: Se «[u]ma nação vale pelos seus sábios, pelas suas escolas, pelos grémios, pela sua literatura, pelos seus exploradores científicos, pelos seus artistas [e se hoje] a superioridade é de quem mais pensa»⁶⁵, de que forma podiam os emigrantes portugueses levar consigo para o Brasil uma “força civilizadora” para além da força física? É imperativo, neste momento, clarificarmos as tomadas de posição e a vertente que Eça de Queirós e Batalha Reis adoptam. Quanto a Eça de Queirós, a emigração é uma “força civilizadora”, tendo em conta o modo como é analisada, ou seja, partindo de conceitos como civilização e cultura, conferindo-lhe a importante missão de ser «... uma difusão pacífica dos costumes da mãe pátria, da sua língua, da sua literatura, das suas artes, (...) [e de estabelecer] a fusão das raças [criar] novos typos d’humanidade e novas originalidades de temperamento.»⁶⁶ No que diz respeito a Batalha Reis, o seu interesse incide claramente na vertente intelectual. Admitindo explicitamente ser o Brasil um país diferente de Portugal, Batalha Reis não confere às relações Portugal-Brasil a equivalente analogia metrópole-colónia. Liberto de preconceitos colonialistas, Batalha Reis reflecte acerca da construção de uma nacionalidade e, conseqüentemente, da formação de uma nação brasileira – uma das omissões de Eça de Queirós –, admitindo claramente a existência de uma intelectualidade no Brasil capaz de levar a cabo uma outra independência: a que diz respeito à existência de um Brasil “pensante e literário”. No seu interesse manifestado pelas relações intelectuais entre os dois países, Batalha Reis afirma categoricamente que a emigração portuguesa para o Brasil, em termos intelectuais, é nula. Como afirma Nuno Simões, «Portugal não teve e não tem oiro para emprestar ao Brasil. Mas

⁶³ *Idem*, p.60.

⁶⁴ *Idem*, p.62.

⁶⁵ Eça de Queirós, *Páginas de Jornalismo O Distrito de Évora – 1867*, vol. I, ed. cit., p.558.

⁶⁶ *A Emigração como Força Civilizadora*, ed. cit., p.94 e 96.

emprestou-lhe, e em muitos casos deu-lhe, o seu capital mais valioso: – o homem.»⁶⁷ Na perspectiva de Batalha Reis, embora o homem também fosse o intelecto, o país não proporcionava meios para o seu desenvolvimento. Por essa razão, «Portugal era um dos países mais atrasados da Europa, os imigrantes chegavam sem capital, só se dedicavam aos negócios, e depois de amealharem grossos proventos retiravam-se para o seu país»⁶⁸, o que originava, muitas vezes, a preferência pela vinda de outros europeus em detrimento dos portugueses.

Oliveira Martins também refere no seu estudo «A Emigração Portuguesa» que 52,7% dos emigrantes eram analfabetos, sendo 1/3 simples trabalhadores, pois «[d]esde que a miséria é a causa principal da emigração, necessariamente os emigrantes são os menos instruídos e habilitados para ganhar a vida[.]»⁶⁹ Para além destes factos, a existência de um número elevado de emigrantes menores também punha em risco a intelectualidade do núcleo emigratório português, acrescido pela quantidade de mulheres que começaram também a emigrar sem instrução.

A propósito da falta de instrução dos emigrantes oitocentistas, não queremos deixar de recorrer a um testemunho bastante recente da necessidade de instrução sentida por um emigrante, o Fernando, que partiu para o Canadá já nos finais do século XX, em 1976:

Sinto uma necessidade enorme de ler. Tenho sede de saber. Vejo nas montras livros, que penso serem maravilhosos. Mas fico triste por não poder ler.

Quero falar. Quero conversar. Quero saber realmente, como eles são por dentro, como sentem, como pensam. Mas ando furioso e terrivelmente envergonhado por não poder satisfazer a minha curiosidade.⁷⁰

No entanto, não nos admiremos porque já em 1873, Alexandre Herculano afirmava ironicamente que «[o] livro é o supremo perigo da produção nacional. A praxe e a experiência não precisam de saber o que elle diz para o condemnarem.»⁷¹

⁶⁷ *O Brasil e a Emigração Portuguesa (Notas para um Estudo)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1934.

⁶⁸ Maria Beatriz Nizza da Silva, *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil 1850 – 1938*, Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Editorial Nórdica, Rio de Janeiro, 1992, pp. XVIII-XIX.

⁶⁹ in *op. cit.*, p.189.

⁷⁰ A. M. Pires Cabral (org.), *A Emigração na Literatura Portuguesa: Uma Colectânea de Textos*, Série Migrações, Secretaria de Estado da Emigração, s/l., 1985, p.405.

⁷¹ «A Emigração» in *op. cit.*, p.162.

A noção da emigração como “força civilizadora” talvez ficasse completa com a junção da perspectiva civilizacional de Eça de Queirós e a perspectiva intelectual de Batalha Reis, embora Eça de Queirós tenha feito referência a aspectos civilizacionais de extrema importância, como é o caso flagrante da língua, um assunto ao qual já fizemos referência neste ponto. Batalha Reis prende-se à perspectiva intelectual e, neste aspecto, os emigrantes pouco ou nada transmitem. E porque cremos que ambas as interpretações se completam e formam um todo necessário a qualquer vertente civilizacional e intelectual, seja ela referente à emigração ou não, questionamos a frase final do relatório que Eça de Queirós enviou de Havana: «... eu julgo que terminado este trabalho, que é a afirmação, – e direi mesmo, – a apologia, da emigração como força civilisadora.»⁷² Uma “força civilizadora” sem dúvida... Mas, parece-nos que o trabalho ainda não está terminado! «[Será] ainda possível dobrar este cabo tormentoso diante do qual nos vemos hoje [ainda] ameaçados pelo naufrágio?»⁷³

⁷² *A Emigração como Força Civilizadora*, ed. cit., p.150.

⁷³ Oliveira Martins, «A Crise em Portugal» in *op. cit.*, cit., p.222.

**III – A polémica do nacional brasileiro
ou discursos de identidade**

1. Eça e uma “europeização” do Brasil

«A Europa é, por isso, sobre o nosso globo, o mais delicioso dos teatros públicos. (...) É a Europa um teatro ou um jardim? (...) Se é um jardim – recebe, como dizia Virgílio, a braçada dos lírios. Se é um teatro – *plaudite cives!*»

Eça de Queirós¹

Como um teatro ou um jardim – esta também foi a forma que Luís de Camões encontrou para se referir à origem mitológica de *Europa*, filha de Angenor, rei da Fenícia, e de Telefassa: «Era no tempo alegre, quando entrava / No roubador de Europa a luz Febeia»² que Júpiter, o pai dos deuses, atraído pela rara beleza de *Europa*, se transformou em touro branco e a transportou no seu dorso para a longínqua Creta. Conta a mitologia que *Europa* simbolizava para os Antigos aquela que, vinda de tão longe, quisera aproximar-se de um mundo desconhecido. Em sua honra, foi dado a uma das quatro partes do mundo o nome de Europa, então considerada «... bela como o dia, [possuidora] de pele branca e aveludada»³, a todos cativando com a sua extrema beleza.

A beleza e o encanto de *Europa* foram permanecendo ao longo dos tempos, intensificado-se na segunda metade do século XIX. Aí, embora aquela beleza e aquele encanto transportassem um outro significado e uma outra dimensão, a Europa foi altamente desejada e idolatrada pelos homens da Geração de 70, em geral, e por Eça de Queirós, em particular. A sua beleza e o seu encanto residiam na perfeição cultural e civilizacional modelar que possuía e que irradiava para todos os países, atraindo e cativando sem fronteiras.

De facto, foi desde muito cedo que Eça de Queirós conviveu de perto com o que se passava e se pensava na Europa, através da França. Centralizadora de todo o encanto

¹ «A Europa em Resumo», artigo escrito para o jornal brasileiro *Gazeta de Notícias* em 1892, in *Notas Contemporâneas*, ed. cit., pp.182 e 184.

² *Os Lusíadas*, Canto II, versos 72 e 73, Porto Editora, Porto, 1997, p.117. Os dois versos de Camões referidos no texto ilustram a cena teatral levada a cabo por Júpiter aquando do roubo de *Europa* e o jardim estará simbolizado “no tempo alegre”, quando o Sol entrava no signo de Touro. Cf. «Anotações», *op. cit.*, p.404.

³ Joël Schmidt, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Edições 70, Lisboa, 1997, pp.113-114.

européu oitocentista, a França “exportava” para Portugal arte, pensamentos e ideologias, encontrando no nosso país grande receptividade e divulgação. E foi exactamente o produto francês que Eça de Queirós desde sempre encontrou disponível no mercado e do qual confessa nunca ter conseguido fugir:

(...) Portugal está curvado sobre a carteira da escola, bem aplicado, com a ponta de língua de fora, fazendo a sua civilização, como um laborioso tema, que ele vai vertendo de um largo traslado aberto defronte – que é a França. (...) Apenas nasci, apenas dei os primeiros passos, ainda com sapatinhos de croché, eu comecei a respirar a França. Em torno de mim só havia a França. (...) E desde então nunca mais saí do francês.⁴

Escrevia assim Eça de Queirós entre 1887 e 1889⁵ em tom retrospectivo, justificando o seu (des)apego à cultura francesa como fruto do destino, um apego delineado por um percurso feito de (des)encantos inseridos numa teia da qual nunca se desprende totalmente, ainda que a tenha posto em causa em diversos momentos e por diversas razões como teremos oportunidade de verificar. O início de vida de Eça de Queirós, um início de vida imbuído de cultura francesa e da qual lhe era difícil separar-se, está testemunhado numa carta dirigida a Ramalho Ortigão, de Havana, em 1873, quando aí exercia as funções de cônsul: «Saí da minha atmosfera e vivo inquieto, num ar que não é o meu. Além disso, estou longe da Europa e Você sabe quão profundamente somos europeus, Você e eu.»⁶ Afirmando a sua europeização, Eça de Queirós estava no auge do seu papel de interventor social a favor de um estado civilizacional que não poderia deixar de ser o europeu porque o continente americano era, já na época dos *Folhetins* assinados por Eça de Queirós em 1866⁷, símbolo de não-civilização, de barbárie: «Há, sobretudo, na América um profundo desleixo nas ciênci-

⁴ «O Francesismo» in *Últimas Páginas*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d., pp.388-391.

⁵ A informação relativa à data da escrita do referido texto não é consensual. João Medina in *Eça de Queirós e o seu Tempo*, Livros Horizonte, Lisboa, 1972, p.52, aponta como data provável da escrita do texto o período entre 1887 e 1888. João Gaspar Simões menciona o ano de 1899 como o ano da escrita de «O Francesismo». Cf. *Vida e Obra de Eça de Queirós*, 2ª ed., Livraria Bertrand, Lisboa, 1973, p.715.

⁶ *Correspondência*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1978, p.20.

⁷ Cf. Jaime Batalha Reis, «Na Primeira Fase da Vida Literária de Eça de Queiroz» introdução a Eça de Queirós, *Prosas Bárbaras*, ed. cit., s./d.

as históricas. Inferioridade! (...) É a superioridade da Europa: sob a mesma aparência de febre industrial, há uma geração forte, grave, ideal, que está construindo a nova humanidade sobre o direito, a razão e a justiça.»⁸

Crete nos Estados Unidos da Europa⁹, no messianismo francês e *hugólatra* assumido, «[n]inguém mais do que a França tem contribuído para fazer do rude bárbaro do século VI o homem culto do século XIX. (...) Ninguém como ela deu ao mundo a grande lição da igualdade; e a igualdade é decerto a maior evidência de civilização»¹⁰, afirmava Eça de Queirós numa carta dirigida ao director da revista *Ilustração*, Mariano Pina, enviada de Bristol a 20 de Julho de 1885. É também de Inglaterra, mais propriamente de Londres que, sete anos antes da carta enviada a Mariano Pina, Eça de Queirós se pronuncia com deslumbramento acerca da Exposição Universal de Paris realizada em 1878, deixando transparecer, de forma clara, a importante influência da França no “estado de espírito” do resto da Europa:

Pode-se dizer, que quando a França está feliz, a Europa está tranquila: desde que a Exposição se abriu, e que a França celebra em Paris a sua grande festa de ressurreição, toda a Europa tem um tom mais calmo; corre uma aragem consoladora de paz e de conciliação (...). Exala-se da Exposição, parece, uma emanção de concórdia, de trabalho, de civilização, que enche os espíritos de um salutar desejo de fraternidade e de paz.¹¹

França, Inglaterra e Alemanha, as «... três grandes nações pensantes...»¹², constituíam a tríade europeia oitocentista, sendo a França a fonte irradiadora de toda a cultura para a Europa. Portugal, devido à sua atitude passiva perante os acontecimentos da época, estava excluído da designação “Europa”, permanecendo à sombra da sua cauda. Encontrado o “mito encantado dos anos 70”¹³ – a França – no qual Eça de

⁸ «O “Miantonomah”» in *Prosas Bárbaras*, ed. cit., pp.120-121.

⁹ A propósito desta movimentação intelectual que ultrapassava o próprio espírito nacionalista compartimentado de então, surge, a partir de 1872 a revista *Estados Unidos da Europa*, impulsionando a consciência de uma solidariedade europeia unitária, situada acima de qualquer nação. Cf. Henriqueta Maria de Almeida Gonçalves, *A Imagem da França Queirosiana Pós 1888*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 1995, nota de rodapé 8, p.252.

¹⁰ «Vitor Hugo» in *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p. 90.

¹¹ *Cartas de Inglaterra e Cartas de Londres*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001, p.340. É de referir que as «Crónicas de Londres» foram inicialmente publicadas no jornal portuense *A Actualidade* durante os anos de 1877 e 1882. Cf. *op. cit.*, p.347.

¹² Eça de Queirós, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d., p.72.

¹³ Henriqueta Maria de Almeida Gonçalves, *op. cit.*, p.7.

Queirós acreditava com todo o seu fervor positivista e civilizacional, é já nos escritos da década seguinte que se começa a assistir, nas suas entrelinhas, a alguma relativização deste excelso modelo franco/europeu.

De Angers, a 10 de Maio de 1884, confessava Eça de Queirós a Oliveira Martins o seguinte:

A nossa arte e a nossa literatura vêm-nos feitos da França, pelo paquete, e custam-nos caríssimo com os direitos de alfândega. Eu mesmo não mereço ser exceptuado da legião melancólica e servil dos imitadores. Os meus romances, no fundo, são franceses, como eu sou, em quase tudo, um francês – excepto num certo fundo sincero de tristeza lírica que é uma característica portuguesa, num gosto depravado pelo *fadinho*, e no justo amor do bacalhau de cebolada. Em tudo o mais, francês, de província.¹⁴

É notória nesta fase uma primeira abordagem à questão da imitação de tudo quanto seja francês que, no caso de Eça, é de todo consciente e constitui motivo de análise e preocupação, as quais se vão acentuando ao longo da sua vida e da sua carreira literária. No entanto, também está presente nestas suas palavras um laivo do *ser* português que ele próprio não nega e que mais tarde servirá para estabelecer e compreender as diferenças fundamentais entre o *ser* português e o *ser* francês.

Formulando sempre, de várias formas ao longo da sua obra, uma oposição entre bárbaro e civilizado, Eça aponta para uma ideia de desnacionalização das nações e até de uma certa globalização caricatural que, se for vista aos olhos da concepção actual do conceito, traduzirá o que poderemos considerar uma imagem completamente negativa do entendimento daquele fenómeno:

Dentro em pouco, há-de haver um só tipo de homens, em toda a Europa, com o mesmo feitio, as mesmas frases, e o mesmo corte de barba. E o tipo escolhido há-de ser o francês, que é, por excelência, *l'homme moyen*, sem excessos no bom ou no mau, de temperatura temperada, e feito de doses

¹⁴ *Correspondência*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000, p.52.

iguais. Os meus romances, que são por ora franceses, serão então nacionais.¹⁵

Apesar de todo o negativismo-caricatural que podemos deprender das suas palavras, não podemos deixar de referir que continua a ser o francês-sujeito o exemplo da “boa medida” do *ser* que deveria povoar, espiritualmente, toda a Europa, como um ano mais tarde, em 1885, refere numa carta dirigida a Mariano Pina:

A criação do paraíso humano, se ela é de todo realizável, não será obra exclusiva da França armada trazendo Deus atrás, como um molosso de batalha; – mas será obra colectiva de nós todos, Latinos e Saxónios, que pertencemos a essa nação brilhante de claridade, sem fronteiras e sem capital, que se chama Espírito...¹⁶

Esta Europa de cultura a que Eça de Queirós se refere nos anos oitenta, diferente da Europa civilizacional que nos apresenta nos anos setenta, aponta para uma abstracção geográfica e, simultaneamente, para uma realidade cultural que sintetize todos os europeus, independentemente da sua procedência. As “três nações pensantes” deixam de ser sentidas como um todo absoluto e como um exemplo de desenvolvimento a seguir para abrirem as suas portas e participarem na construção de uma “nação” de cariz cultural, espiritual e humanitário. A ideia apontada por Eça de Queirós reconhece e reforça a capacidade atribuída aos diferentes povos para participarem na (re)construção dessa nova nação espiritual e cultural que deixa de ser liderada pela França, Alemanha e Inglaterra para passar a envolver todos os povos. Joaquim Cerqueira Gonçalves, indo ao encontro do pensamento de Eça de Queirós, afirma:

L'Europe est, en effet, signe d'unité, mais surtout d'universalité ou, pour mieux dire, d'une unité universalisable (...)

Il ne faut pas pour autant renoncer à la capacité de tous les êtres humains et de toutes les communautés de se rassembler, laquelle a toujours été encouragée par l'accent chrétien de la culture européenne (...).¹⁷

¹⁵ *Idem*, pp.52-53.

¹⁶ *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.90.

¹⁷ «L'Europe des Cultures, des Pensées et de la Pensée» in Manfred Buhr et Xavier Tilliette (org.), *Penser Européen. Qu'est-ce que cela veut dire ?*, Edições Cosmos, Lisboa, 1999, pp.20-25.

Acentuando a vertente cultural e espiritual como factor de aproximação entre os países europeus, Eça de Queirós modifica radicalmente o seu primeiro sentido de Europa – um modelo de civilização a seguir. Apelando para uma “união europeia de cultura”, Eça de Queirós, em pleno século XIX, abordou um assunto que ainda hoje está longe de atingir certezas, suscitando as mais variadas interrogações como podemos constatar através das palavras de Jean-Louis Vieillard-Baron: «Penser d’une façon européenne, est-ce penser en Européen, avoir conscience d’une identité européenne, ou n’est-ce pas plutôt élargir sa pensée aux dimensions de l’Europe?»¹⁸

Conferindo à ideia de Europa a importância «...[d’] une portée culturelle, idéelle, mentale et éthique»,¹⁹ Manfred Buhr também relega para segundo plano os aspectos económicos e, tal como Eça de Queirós, valoriza de forma bastante acentuada a vertente cultural, resultando esta versão numa «... culture européenne à la fois multiple et unie.»²⁰

Eça de Queirós, europeu de civilização e de espírito, começava a compreender que nenhuma cultura era possuidora de um modelo imutável que os outros deveriam imitar. E, de facto, o que se começa a verificar quer nas suas cartas, quer nas suas crónicas, quer na sua ficção²¹ é que Eça de Queirós começa a adoptar uma tonalidade “dégradée”, começando a esbater as cores azul, branco e vermelho e a acentuar o verde, o amarelo e o vermelho... O “mito encantado dos anos 70” começa a perder terreno a favor «... da verdadeira tradição nacional, da legítima, da antiga, com um rei absoluto e paternal, frades, merendas nos adros, capote de cabeção, e o belo assado no espeto, e o delicioso arroz de forno...»²² Este apelo à tradição portuguesa não aconteceu de forma repentina, mas sim depois de passada a fase do encanto pela civilização que, no fim do século, se tornou excessiva e nevrótica, agravada pela tomada de consciência de Eça de Queirós face ao problema da imitação de tudo quanto fosse europeu, ou melhor, francês! A situação era grave porque Portugal era um mau imitador, pois não copiava o

¹⁸ «L’Idée d’Europe et la Géographie Spirituelle dans L’Héritage Hégélien» in Manfred Buhr et Xavier Tilliette (org.), *Penser Européen. Qu’est-ce que cela veut dire?*, ed. cit., p.67.

¹⁹ «Pour une Europe des Cultures» in Manfred Buhr et Xavier Tilliette (org.), *Penser Européen. Qu’est-ce que cela veut dire?*, ed. cit., p.79.

²⁰ *Idem*, p.80.

²¹ Veja-se por exemplo *A Capital!* e *O Conde d’Abranhos* obras escritas entre 1878 e 1879 (cf. João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, ed. cit., p.687) onde na primeira obra ainda se verifica a admiração do autor pela França, enquanto que na segunda obra é notória a consciencialização dos defeitos da imitação e da dependência dos modelos franceses, retratando uma sociedade portuguesa parasitária porque dependente do modelo franco-europeu.

²² Carta dirigida ao Conde de Ficalho do Grande Hotel do Porto, em 1884. Cf. *Correspondência*, ed. cit., p.64.

que havia de positivo e válido para copiar. Enquanto que Paris funcionava como o rastro que as outras nações deviam seguir, adaptando-o a cada nacionalidade em particular, Portugal imitava pura e simplesmente sem fazer qualquer tipo de juízo de valor. Esta má imitação portuguesa era, para Eça de Queirós, inqualificável: «Sempre a França, sempre ela! Sempre os nossos males públicos ou privados, resultando da chocha imitação, da reles tradução, que nós fazemos da França, em tudo, desde as ideias até aos *potages!*»²³ Acusando já desde 1884, numa carta escrita do Porto ao Conde de Ficalho²⁴, os homens de 1820 ou os românticos da Regeneração²⁵ de terem “transladado” a França para Portugal, Eça de Queirós sente-se injustamente apelidado de “estrangeirado e afrancesado”, o que tem desnacionalizado o país, considerando-se ele próprio como

... uma das melancólicas obras [da desnacionalização.](...) De sorte que, quando, eu lentamente, fui emergindo dos farrapos franceses em que [aquela] educação me embrulhara, e tive consciência do postigo estrangeiro da nossa civilização, eu pude dizer que *Portugal era um país traduzido do francês* – no princípio em vernáculo, agora em calão. (...)

Como acontece sempre nas toilettes feitas à pressa, vêem-se ainda, por baixo do arrebique francês, os restos do fato primitivo e rude. Portugal ainda usa tamancos.²⁶

Europeu e afrancesado pela educação, português pelo fado, Eça de Queirós vive nesta ambiguidade, nesta duplicidade entre o que é seu e transporta consigo e o que pertence ao outro lado e o atrai. Realçando as diferenças existentes entre as duas nações e os seus indivíduos, Eça de Queirós acredita na quase impossibilidade de, entre ambas(os), existir alguma afinidade, não compreendendo como se pode imitar o que na verdade não se sente e com quem não há qualquer sentimento de aproximação. No entanto, estes argumentos não servem para afirmarmos que Eça de Queirós deixa de ver na França e na Europa o único modelo possível de civilização e cultura que possa, de facto, ser imitado. A questão é que o simples facto de Portugal imitar a França é um pretexto para Eça de Queirós relativizar quer o modelo que se imita, quer a forma e o

²³ *Ibidem.*

²⁴ *Correspondência*, ed. cit., p.64.

²⁵ «O Francesismo», *Últimas Páginas*, ed. cit., p.388.

²⁶ *Idem*, pp.388-398-401.

que se imita, isto é, permite-lhe pôr em causa quer a França, quer Portugal. Deste saldo perfilado pelo fiel da balança europeia, Portugal, apesar de ainda usar tamancos, será o lado para onde a balança eciana penderá, como teremos oportunidade de verificar.

Não há dúvida de que Eça de Queirós, passada a sua fase pró-civilização dos anos 70, revelando então maior maturação e questionamento em relação a essa interpretação da vida, começa a pôr em causa e a relativizar aqueles ideais e a analisar o carácter identitário dos dois países que mais directamente o tocavam – Portugal e França:

Mas não há similitude alguma de temperamento, de feitio moral entre nós e a França. Nada mais diferente de um francês do que um português; nem eu compreendo que satisfação, que gozo possa achar o espírito português em se nutrir, em se banhar nas criações do espírito francês. A França é um país de inteligência; nós somos um país de imaginação. (...) Enfim, o símbolo da França será eternamente o galo, o galo petulante e lustroso que canta claro, com uma limpidez de clarim, no fresco arrebol da manhã: e o nosso emblema é e será eternamente o rouxinol, que geme na espessura mal alumiada dos arvoredos, o rouxinol «amavioso e saudoso» que faz chorar Bernardim. (...) A alma de um povo define-se bem a si mesma pelos heróis que ela escolhe para amar e para cercar de lenda. O grande rei para os franceses, é e será sempre Francisco I, enorme, robusto, ligeiro, rindo alto, (...) e falador eterno ... O nosso genuíno herói, e isto resume tudo, é o poético e pensativo D. Sebastião.²⁷

Embora tenhamos optado por uma citação um pouco longa, parece-nos que as palavras escolhidas por Eça de Queirós conseguem traduzir de forma clara e precisa o modo de ser e de estar dos dois países para provar que, afinal, não será assim tão difícil a Portugal separar-se da França e seguir as suas próprias pisadas, a menos que queiramos continuar a parasitar e «... a sugar a pele francesa.»²⁸

É desta forma que Eça vai chamando a atenção para os problemas inerentes a uma imitação degradante, irreflexa e prejudicial à identidade do nosso país, ideia também presente em alguns dos seus escritos ficcionais, tais como *Os Maias* (1888) e *A*

²⁷ *Idem*, pp.405-406.

²⁸ *Idem*, p.407.

Cidade e as Serras (1899), onde no primeiro é visível a situação calamitosa levada a cabo pela excessiva imitação do modelo francês e no segundo se apresenta, de forma bem nítida, um corte total com aquele modelo, surgindo o tema do nacionalismo, então em voga na Europa finissecular.

É nesta fase de apelo ao nacional que Eça de Queirós se torna correspondente da imprensa brasileira aquando do exercício das suas funções como cônsul, primeiro em Inglaterra e depois em França. Correspondente, de 1880 a 1897, da *Gazeta de Notícias*, «... o mais importante jornal brasileiro do último quartel do século XIX»²⁹, Manuel Bandeira, a propósito da sua actividade, afirma:

Não ia com o seu temperamento a tarefa semanal de pôr os leitores de além-mar ao corrente dos *fait divers* de Londres e de Paris. Mas, sempre atento à vida social da Europa, costumava encarar um dos grandes problemas que agitavam o continente e o mundo, examinava-o, discutia-o a fundo e nesse discurrir ia pondo de maneira explícita todo o seu cabedal de ideias sobre política, moral e literatura. Profundamente imbuído do espírito europeu do século XIX, foi, todavia, bastante lúcido para sentir, em sua ameaçadora tragédia, o crepúsculo da civilização capitalista e imperialista.³⁰

Embora no século XIX o indianismo representasse no Brasil uma força maior, não impediu que o espírito europeu aí tivesse encontrado terreno fértil. Sedentos de Europa, os brasileiros viam naquele continente o mesmo que os portugueses de então: um ideal a seguir. Com a vitória da ciência e a derrota do obscurantismo, o momento era feito de velocidade e rapidez, de numerosos inventos, de sonhos, de utopias e de verdades absolutas. Era a chegada de uma certa modernidade confiante pela qual todos ansiavam e da qual ninguém queria prescindir. O seu brilho era de tal forma ofuscante que cobria todas as ambiguidades causadas pelo progresso e a ciência era a grande detentora de todas as certezas. Civilização e modernidade eram as palavras que se impunham numa sociedade encantada por tudo quanto à sua volta resplandecia, tendo

²⁹ Elza Miné, «Imagens Finisseculares do Novo Mundo no Jornalismo de Eça de Queirós» in Marli Fantini Scarpelli e Paulo Motta Oliveira (org), *Os Centenários: Eça, Freyre e Nobre*, ed. cit., p.78.

³⁰ «Correspondência de Eça de Queirós para a Imprensa Brasileira» in AA.VV, *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, Edição Dois Mundos, Lisboa, 1945, p.180.

como objectivo principal saborear, em toda a sua plenitude, o que o progresso lhe oferecia. Angela Marques da Costa e Lilia Moritz Schwarcz retratam os finais do século XIX, de uma forma bastante explícita, conforme podemos constatar através das suas palavras:

Falar de finais do século XIX significa lembrar uma sociedade confiante em suas aquisições e marcada por uma atmosfera de fausto e luxo. Não é para menos que o termo *fin de siècle* tenha ficado veiculado, paradoxalmente, a esse período como a designação *belle époque*; duas expressões que remetem a uma só representação desse momento, que parecia alheio aos problemas graves que ameaçavam uma estrutura – aparentemente – tão sólida.³¹

Ansioso por alcançar os níveis das ditas nações modernas, o Brasil fazia todos os esforços para não se perder «... da modernidade que (...) pretendia acompanhar, já que não era possível tomar a dianteira.»³² Paralelamente às alterações tecnológicas e económicas, assiste-se a uma mudança de comportamento por parte da população, entregando-se a hábitos sociais chegados da Europa civilizada. Tal como no tempo da monarquia, é o francesismo que continua a imperar com a República: desde a literatura, passando pela educação à francesa, pela moda, pela gastronomia e pelas diversões, os brasileiros, tal como os portugueses, deliciavam-se com o “*raffinement*” francês.

E é nesta fase de loucura europeia em que se encontravam os brasileiros que Eça de Queirós, já numa fase de distanciamento em relação ao modelo europeu, envia para o Brasil os seus “ecos” de Londres e de Paris. Os escritos de Eça de Queirós, que se intensificaram a partir de 1888, eram devorados pelos leitores brasileiros, «... tornando-se [o escritor português] (...) um dos mais populares jornalistas da imprensa diária [brasileira].»³³ Oferecendo o que se passava na Europa, mais concretamente em Inglaterra e na França, Eça de Queirós escrevia para a imprensa brasileira, tendo em vista os seus leitores, assim como os efeitos que neles pretendia produzir, sempre balizado pela imagem que deles tinha. Por isso, «Eça ofereceu-lhes (...) uma interpretação de momentos, (...) no exercício de um jornalismo eminentemente opinativo, que não apenas indiciava, insinuava ou deixava ver, mas que também

³¹ 1890-1914: *No Tempo das Certezas*, Col. «Virando os Séculos», Companhia das Letras, S. Paulo, 2000, p.15.

³² *Idem*, p.25.

³³ Heitor Lyra, *O Brasil na Vida de Eça de Queirós*, ed. cit., p.147.

explicitamente exibia marcas de avaliação e julgamento.»³⁴ Pondo em causa o tipo de avaliação que Eça de Queirós fazia do Brasil, Manuel Bandeira era peremptório ao afirmar:

Não o cegava nessas análises o amor que votava às culturas inglesa e francesa: sob o esplendor da civilização material e espiritual, sabia ver com isenção na democracia burguesa da França “uma vasta casa de negócio”, na ordem imperial britânica “a sofreguidão mercantil de um novo povo de lojistas”. Não guardou, porém, a mesma isenção em face do Novo Mundo. Jamais compreendeu a evolução histórica, os problemas políticos e sociais da América. Jamais tomou conhecimento do esforço cultural da América.³⁵

De facto, o julgamento que Eça de Queirós fazia do Brasil, nem sempre correspondia à verdade. Como se sabe, nunca visitou aquele país e muita da informação que possuía era-lhe facultada pelo seu amigo paulista, Eduardo Prado. Desconhecedor das múltiplas realidades brasileiras, Eça de Queirós, podemos afirmar, só via aquele país através do monóculo, o que significa que ficava quase sempre uma metade perpetuada na escuridão. Daí que os seus juízos de valor e as suas avaliações fossem, muitas vezes, deficitárias e até injustas.

Nada inocente o seu desempenho como correspondente da *Gazeta de Notícias*! Drenando as imagens da Europa que enviava para o Brasil, Eça de Queirós também ia desvalorizando o modelo do século XIX e, paralelamente, ia refazendo/reparando o modelo português. De modo que, vendo sempre o Brasil como uma extensão do nosso país, é esta mesma atitude de apelo ao nacional que mantém nas crónicas que envia para a antiga colónia que, agora, é «... uma colónia do Boulevard.»³⁶, criticando a falta de inteligência vigente desde a sua independência para conduzir o Brasil a um país verdadeiramente brasileiro. Liberto dos males do ouro e da colonização, o Brasil vê-se a braços com um outro mal: o da imitação europeia!

Bem cedo, do Brasil, do generoso e velho Brasil, nada restou: nem sequer brasileiros, porque só havia doutores – o que são entidades diferentes. A

³⁴ Elza Miné, art. cit., in *op. cit.*, p.77.

³⁵ «Correspondência de Eça de Queiroz para a Imprensa Brasileira», ed., cit., p.181.

³⁶ «Última Carta de Fradique Mendes» in *Últimas Páginas*, ed. cit., p.373.

Nação inteira se doutorou. (...) São estes doutores, brasileiros da nacionalidade, mas não de nacionalismo, que cada dia mais desnacionalizam o Brasil, lhe matam a originalidade nativa, com a teima doutoral de moralmente e materialmente o enfardelarem numa fatiota europeia feita de francesismo, com remendos de vago inglesismo e de vago germanismo.³⁷

Reunidas as influências das três nações pensantes do século XIX, Eça de Queirós, através da voz de Fradique Mendes, «[o que percorreu] todo o Brasil à procura do novo e só [encontrou] o velho, o que já é velho há cem anos na nossa Europa»³⁸, quer «... desembaraçar [o Brasil] do “tapete europeu” que o recobre, o desfeia, o sufoca.»³⁹ Enviada de Paris em 1888, onde «[d]ebalde, porém, se procura agora uma notícia, mesmo falsa sobre o Brasil. Nada! (...) É como se o Brasil tivesse desaparecido. (...) E aqui estamos espantados, arregalando os olhos para o Brasil – tendo apenas a vaga consciência de que lá se continua pacificamente a vender café»⁴⁰, esta carta de Fradique Mendes pretende declarar fim à “submissão” europeia, incentivando quer Portugal, quer o Brasil ao desenvolvimento da sua nacionalidade e identidade. Fradique Mendes, «[p]ensador verdadeiramente pessoal e forte»⁴¹ é uma mais valia para Portugal, o ideal identitário que reúne a capacidade de pensar e de ironizar, bem ao gosto de Eça de Queirós. Contribuindo com a sua correspondência para a resolução do problema do “francesismo” e para a reabilitação da tradição portuguesa, Fradique Mendes, tal como Eça, nunca deixou de estar ligado a França, «... seu centro e seu lar.»⁴² No entanto, reconhecendo uma modernidade excessiva a desaguar numa quase infelicidade latente, Fradique Mendes refere que «[o] homem do século XIX, o Europeu, porque só ele é essencialmente do século XIX (...), vive dentro de uma pálida e morna *infecção de banalidade*, causada pelos quarenta mil volumes que todos os anos, suando e gemendo, a Inglaterra, a França e a Alemanha depositam às esquinas.»⁴³ A propósito de Fradique Mendes e do jogo de espelhos que Eça de Queirós elabora com esta “personagem heteronímica”, Eduardo Lourenço afirma que «[Fradique Mendes facultou] este tipo de *desintegração imaginária* que permitiu simbolicamente a Eça (através do “jogo-

³⁷ *Idem*, pp.372-373.

³⁸ *Idem*, p.374.

³⁹ *Idem*, p.375.

⁴⁰ «Ecos de Paris» in *Cartas de Paris*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000, pp.83-84.

⁴¹ «Memórias e Notas» in *Correspondência de Fradique Mendes*, ed. cit., p.97.

⁴² *Op. cit.*, p.18.

⁴³ *Idem*, p.63.

-Fradique”) *ter várias pátrias*, por não poder aceitar sem relutância aquela que lhe foi dada, *a portuguesa*, descrita por Fradique como *paisagem e realidade culinária.*»⁴⁴ Desta forma, somos levados a pensar que Fradique Mendes e Eça de Queirós são dois seres convergentes e em perfeita sintonia na forma de analisar Portugal, o Brasil e o modelo franco-europeu. Como afirma Maria João Simões, «... não é possível descortinar (senão à lupa) no discurso de Eça-Fradique zonas nitidamente ecianas ou exclusivamente fradiquianas.»⁴⁵

Questionando a “Psicologia da Macambuzice Contemporânea” na crónica «A Decadência do Riso» escrita em 1891, seis anos antes do conto «A Perfeição», Eça de Queirós aponta o dedo à civilização pelos estragos que fez a esse dom tão excepcional e só característico do ser humano – a faculdade de rir: «Eu penso que o riso acabou – porque a humanidade entristeceu. E entristeceu – por causa da sua imensa civilização. (...) Quanto mais uma sociedade é culta – mais a sua face é triste. (...) O homem de acção e de pensamento, hoje, está implacavelmente votado à melancolia.»⁴⁶ Melancolia que, para além de se radicar fortemente no excesso de civilização, também tem a ver com o próprio modelo escolhido para imitar e com a não abdicação desse próprio modelo. Já atrás referimos que as três nações pensantes são a França, a Inglaterra e a Alemanha, sendo, sobretudo, das duas primeiras de onde chegava toda a cultura e civilização para o resto da Europa, o que não deixava de constituir uma grande monotonia, como afirma o próprio Eça de Queirós: «O mundo vai-se tornando uma contrafacção universal do Boulevard e da Regent Street.»⁴⁷ A este propósito, Américo Guerreiro de Sousa, fala «[numa] espécie de emparelhamento, dir-se-ia que automático e subconsciente, desses dois países tão presentes nas sua vida e na sua cultura.»⁴⁸ Emparelhamento que, segundo o nosso ponto de vista, também tem a ver com a estadia de Eça de Queirós quer em Inglaterra, quer em França aquando do desempenho das funções de cônsul de Portugal.

Focando ainda o desencanto sentido por Eça de Queirós nos fins do século XIX, não podemos deixar de referir a crónica enviada para a *Gazeta de Notícias*, em 1893,

⁴⁴ *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, ed. cit., p.94.

⁴⁵ «Eça e Fradique: Interferências» in *Eça e Os Maias – Cem Anos Depois*, (Actas do Primeiro Encontro Internacional de Queirosianos, Porto 22 a 25 de Novembro, 1988), 1ª ed., Col. «Perspectivas Actuais», Edições Asa, Porto, 1990, p.281.

⁴⁶ *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.165.

⁴⁷ *Cartas de Paris*, ed. cit., p.10.

⁴⁸ *Inglaterra e França n’ Os Maias: Idealização e Realidade*, Col. «Universitária», Caminho, Lisboa, 2002, p.31.

intitulada «Positivismo e Idealismo». Neste seu escrito, Eça tenta perceber e fazer perceber aos seus leitores as razões que levaram o homem a procurar o espiritualismo: «A causa é patente, está toda no modo brutal e rigoroso com que o positivismo científico tratou a imaginação, que é uma tão inseparável e legítima companheira do homem, como a razão.»⁴⁹ De forma extremamente interessante, Eça de Queirós atribui ao homem duas esposas: a razão e a imaginação, «... ambas ciumentas e exigentes, o arrastam cada uma, com lutas por vezes trágicas e por vezes cómodas, para o seu leito particular – mas entre as quais ele até agora viveu, ora cedendo a uma, ora cedendo a outra, sem as poder dispensar, encontrando nesta coabitação bigâmica alguma felicidade e paz.»⁵⁰ Mas esta tranquilidade acabou por ser ameaçada porque o Positivismo considerou «... a imaginação como uma concubina comprometedora, de quem urgia separar o homem; – e, apenas se apossou dele, expulsou duramente a pobre e gentil imaginação, fechou o homem num laboratório a sós com a esposa clara e fria, a razão.»⁵¹ E, afinal, qual foi o resultado?

O resultado foi que o homem recomeçou a aborrecer-se monumentalmente e a suspirar por aquela outra companheira tão alegre, tão inventiva, tão cheia de graça e de luminosos ímpetos, que de longe lhe acenava ainda, lhe apontava para os céus da poesia e da metafísica, onde ambos tinham tentado voos tão deslumbrantes. E um dia não se contém, arromba a porta do laboratório (...) e corre aos braços da imaginação, com quem larga a correr de novo pelas maravilhosas regiões do sonho, da lenda, do mito e do símbolo.⁵²

Neste excerto escolhido, parece-nos que Eça de Queirós também parte à procura da imaginação e de algum misticismo e, a este propósito, não nos podemos esquecer dos contos S. Frei Gil, Santo Onofre, S. Cristóvão e Frei Genebro, escritos entre 1891 e 1894⁵³, narrações hagiográficas de carácter lendário, onde o seu autor se esquece do realismo que tanto propagou! Saudoso de ser a criatura feita à imagem de Deus, o homem positivista finissecular procura no misticismo aquilo que a ciência não lhe conseguiu dar: a felicidade. Surge, assim, o desencanto positivista-europeu e a “dor –

⁴⁹ *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.193.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² *Idem*, pp.193-194.

⁵³ João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, ed. cit., pp.709 e 712.

um fantasma do fim do século”! Desta forma, «[f]icámos mais sós. Sós, não porque nos faltassem os outros, muito pelo contrário. Ficámos sós porque fomos amputados de alguma coisa que era parte de nós. O homem civilizado olha para o mundo, o mundo está em estado de dor permanente, e em vez de responder com um lamento (...) fica em silêncio.»⁵⁴ Esta dor que caracteriza o homem fim-de-século provocada pelo excesso de civilização e pela ausência da vertente espiritual, encontra-se documentada nas palavras de António Machado Pires:

A Humanidade – e sobretudo a Europa, exemplo do mundo – estão doentes. (...) A Civilização – a fina flôr da Razão, da Ciência, da Arte – produziu paradoxalmente seres frágeis, afastados da saúde natural; a indústria e as máquinas trouxeram progressos materiais inesperados, mas produziram mais pobres; (...) As conquistas das ciências experimentais levaram a fórmulas – jacínticas fórmulas! – positivamente necessárias ao progresso, mas espiritualmente carecidas de outras dimensões humanas. Só a redimensionação da condição humana, espiritual e social, pode salvar a Humanidade.⁵⁵

Tal como afirmava Fradique Mendes numa carta escrita a MR. Bertrand B., engenheiro na Palestina, «... na formação de todo o espírito, para que ele seja completo, devem entrar tanto os contos de fadas como os problemas de Euclides.»⁵⁶ Assim, quer a França, quer a Inglaterra, quer a Europa, todas têm os seus dias contados e a “Europa desencantada” toma conta dos sentimentos de Eça de Queirós. Recorrendo às palavras de Pierre Hourcade, parece estar a terminar o «... ”Período puramente receptivo” das relações espirituais entre Eça de Queirós e a [França], aquela fase em que se limitava a receber e a assimilar entusiasticamente.»⁵⁷ A partir dessa tomada de consciência, Eça de Queirós continua a ser igual a ele próprio: a refutar, pouco a pouco, o modelo por que se apaixonou com a mesma lealdade com que o amou! E foi esta relação ambígua entre o amor e a indiferença quer pela França, quer pela Europa que Eça de Queirós transmitiu a Portugal e, por extensão, ao Brasil. Falamos de indiferença porque, na verdade, Eça,

⁵⁴ João Barrento, «Dor – Um Fantasma do Fim do Século» in *Românica*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, n.º 8, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p.21.

⁵⁵ *Eça de Queirós e o Fim de Século*, trabalho apresentado na Faculdade de Letras do Porto aquando das Comemorações do Centenário da morte de Eça de Queirós, 2000, p.3.

⁵⁶ *A Correspondência de Fradique Mendes*, ed. cit., p.188.

⁵⁷ *Temas de Literatura Portuguesa – Estudos sobre o Século XIX*, Col. «Margens do Texto» n.º 2, Moraes Editores, Lisboa, 1978, p.64.

apesar de tanto ter criticado o modelo franco-europeu, foi-lhe fiel até onde achou que podia ser, como se pode depreender das suas palavras de «A Europa em Resumo», publicada no número um do «Suplemento Literário» da *Gazeta de Notícias*, em 1892, onde Eça apresenta “o resumo de uma civilização”:

De todas as cinco partes do mundo, a Europa, apesar de tão gasta, permanece incontestavelmente a mais interessante; – e só ela, entre todos os continentes, constitui na realidade um continente geral de instrução e recreio. (...) Sucede ainda que a Europa, como todos os teatros, vista de dentro, dos bastidores, não dá ilusão, e, portanto, não dá prazer. (...) Com efeito, para saborear sem desilusão esta tão interessante Europa, é necessário estar longe (...) O ideal, penso, eu, seria habitar, por exemplo aí no Brasil (logo que aí haja uma pouca de ordem e de juízo público), sob um céu que não tenha, como o nosso, o peso e a melancolia de um tecto enfarruscado (...) E toda ela deste modo se goza no que tem de mais belo e mais fino – sem a desconsolação de perpétuamente se surpreender a rude realidade do seu avesso.⁵⁸

É evidente que Eça de Queirós não escreve para o Brasil, como já atrás referimos, de forma inocente ou gratuita. Se fizermos uma revisita pelos textos que Eça de Queirós enviou para a *Gazeta de Notícias*, verificamos que os leitores brasileiros são muito importantes para o cronista. Embora os alerte para os malefícios de uma imitação franco-europeia que contaminava o Brasil (ou não fosse o Brasil para Eça uma extensão de Portugal!), sente-se um cuidado da sua parte para não ferir em demasia a susceptibilidade do brasileiro, ao contrário do que tinha acontecido na época d’*As Farpas*. Também o facto de se encontrar numa fase mais avançada da sua vida poderá ser um pormenor importante para deixar transparecer nos seus escritos uma atitude mais moderada, mais conciliadora e menos destrutiva em relação à sua forma, outrora bem mais acutilante, de analisar os factos através do monóculo exclusivamente realista. Daí, afirmar, através da voz de Fradique Mendes, que o Brasil ainda tem todos os ingredientes imprescindíveis à sua boa formação nacional/brasileira, como se depreende através do seguinte excerto:

⁵⁸ *Notas Contemporâneas*, ed. cit., pp.180-183.

Mas no dia ditoso em que o Brasil, por um esforço heróico, se decidir a ser brasileiro, a ser do *novo mundo* – haverá no mundo uma grande nação. Os homens têm inteligência; as mulheres têm beleza – e ambos a mais bela, a melhor das qualidades: a bondade⁵⁹. Ora uma nação que tem a bondade, a inteligência, a beleza (e café nessas proporções sublimes) – pode contar com um soberbo futuro histórico, desde que se convença que mais vale ser um lavrador original do que um doutor mal traduzido do francês.⁶⁰

Também se percebe em Eça de Queirós uma mudança de atitude em relação ao Brasil como nação, quando comparada com a restante América. Pode-se mesmo dizer que o que quer para a sua pátria, quer também para o Brasil e, por isso, ambos os países apresentam potencial para darem conta da sua nacionalidade e identidade sem terem necessidade de recorrer a imitações baratas, as quais sobrepõem o ridículo ao bom senso, daí resultando uma excelente caricatura: «... cada homem procurou para a sua cabeça uma coroa de barão, e, com 47 graus de calor à sombra, as senhoras começaram a derreter dentro dos gorgorões e dos veludos ricos.»⁶¹ Desta forma, «... o livre génio da Nação é constantemente falseado, torcido, contrariado na sua manifestação original – em tudo; em Política, pelas doutrinas da Europa; em Literatura, pelas escolas da Europa; na Sociedade, pelas modas da Europa.»⁶² A leitura que Eça de Queirós faz do Brasil “afrancesado” encontra-se documentada na descrição feita por Angela Marques da Costa e Lilia Moritz Schwarcz a propósito da vivência adulterada daquela época que se identificava com o «... *glamour* daquela sociedade que portava chapéus com plumas, vestia-se com enchimentos e sedas, desenhava penteados de um metro e mais, ia a festas e saraus, almoçava e jantava em restaurantes e confeitarias[.]»⁶³ Completamente seduzidos pela cultura francesa, os brasileiros importavam «[os] trajés (...) da França; sorvetes ou gelados, semelhantes aos da Europa, eram anunciados no Café Glacier; perfumes (...) chegavam de França, assim como os chapéus, a coqueluche do momento. (...) Os cardápios dos banquetes eram sempre *menu*, isso para não falar das iguarias

⁵⁹ Tal como Jaime Batalha Reis, Eça de Queirós aponta também a bondade como uma das características do “ser” brasileiro. Embora já nos tivéssemos pronunciado acerca daquela característica presente em Batalha Reis no segundo capítulo do presente trabalho, achamos curioso que em 1888 Eça já se tenha a ela referido, ainda que de uma forma passageira. Daí a razão desta breve nota.

⁶⁰ «Última Carta de Fradique Mendes» in *op. cit.*, p.375.

⁶¹ *Idem*, p.371.

⁶² *Idem*, p.373.

⁶³ 1890-1914: *No Tempo das Certezas*, ed. cit., p.43.

todas em francês.»⁶⁴ Tal como Portugal, o Brasil também se “afrancesava” e “europeizava” e, nesse aspecto, as críticas que Eça de Queirós tecia a ambos os países e as características que lhes apontava constituam uma espécie de balanço acerca dos aspectos positivos dos dois países. Desta forma, valorizava também o Brasil, transmitindo-lhe uma certeza maior do seu valor e das suas potencialidades como nação.

Mas, afinal, que europeização pretende para Portugal e, por extensão, para o Brasil esta «... figura absolutamente incontornável na história das relações culturais luso-brasileiras»⁶⁵?

Em toda a Europa, vivia-se com intensidade o reflorescimento do nacionalismo, começando a desmoronar-se o sonho dos “Estados Unidos da Europa” ou, à boa maneira de Vítor Hugo, o de uma federação de povos. Vivia-se a autonomia de cada nação com todo o fervor, mas não se pense que Eça de Queirós opta por um reviver da tradição como uma forma de cura para os males das nações, antes pelo contrário; é ele próprio que, em 1894, numa carta dirigida a Alberto Oliveira a propósito de *Palavras Loucas*⁶⁶ afirma: «Não, caro amigo, não se curam misérias ressuscitando tradição. (...) Em todo o caso, o grito do Tradicionalismo é um belo grito...»⁶⁷ Numa fase de promoção do paraíso (re)instalado em Tormes, Eça de Queirós distingue, com clareza e precisão, dos valores ideológicos macerados de tradicionalismos excessivamente folclóricos aqueles que, efectivamente, são pertença de uma realidade portuguesa viva e constituem a forma de *ser* português.

Creemos que Eça de Queirós pretende valorizar a preservação da identidade quer de Portugal, quer do Brasil, aí encontrando aspectos e particularidades que devem ser preservadas. Tendo em conta as diferentes características de cada nação e não a adulteração levada a cabo por modelos completamente desgarrados e sem nenhuma conexão entre si, a valorização da identidade nacional implementada por Eça de Queirós não tem nada a ver com o regredir das mentalidades ou com o voltar à tradição só porque é tradição. Pensamos, antes pelo contrário, tratar-se de uma atitude moderna, preservando e valorizando o que as nações possam ter de positivo, sem menosprezar o que de novo se poderá acrescentar a essa tradição, enriquecendo-a. Propondo o conciliar de dois estádios, Eça de Queirós apresenta-nos uma forma de reconciliação (e não de

⁶⁴ *Idem*, pp.70-71.

⁶⁵ Carlos Reis, «Leitores Brasileiros de Eça de Queirós: Algumas Reflexões» in Benjamim Abdala Junior (org.), *Ecos do Brasil – Eça de Queirós*, ed. cit., p.23.

⁶⁶ Livro escrito por Alberto de Oliveira e sobre o qual Eça de Queirós emitia o seu parecer.

⁶⁷ *Correspondência*, ed. cit., p.203.

ruptura!) entre o novo e o velho, uma reconciliação possível assente na máxima eciana: «Uma Nação só vive porque pensa.»⁶⁸ E quando Eça critica a imitação do modelo franco-europeu que se desenvolveu em Portugal e no Brasil, está a constatar a ausência de pensamento próprio da nação e a apelar à sua reabilitação que passará por uma europeização do que melhor se adaptar aos dois países. Daí, o título do presente trabalho não apontar para uma europeização generalizada, mas sim para uma certa europeização do Brasil. A europeização que Eça de Queirós propõe para o Brasil está assente na preservação e na valorização dos aspectos positivos do país, porque de facto eles existem!

Como já tem sido dito relativamente a assuntos de teor diferente do desta reflexão, Eça de Queirós foi um reformulador constante das suas ideias, como se pode verificar através dos diferentes textos que escreveu, quer eles sejam cartas, crónicas ou ficcionais. De facto, não podemos deixar de considerar essa sua curiosa forma de ser e de estar na vida, no mínimo, interessante. Parece-nos, aliás, que esse vaivém, essa construção seguida de uma quase total desconstrução é o mobile que faz de Eça de Queirós um homem do e para o seu/nosso tempo. Comparando a sociedade de finais de oitocentos à Natureza, onde «... em qualquer espesso bosque, num fundo de vale, um momento vem em que tudo decai e fenece»⁶⁹, Eça de Queirós vê na mudança e na renovação uma espécie de tentação dos homens se encaminharem «... para as misérias – para a delícia das coisas imperfeitas!»⁷⁰ Não queria Ulisses voltar para Penélope? Não queria Eça de Queirós voltar para Portugal, apesar de Lisboa só ter criado o fado?⁷¹

Tal como afirma Ernesto Guerra da Cal, «...Portugal está sempre teluricamente presente, mas em função da universalidade»⁷², uma universalidade que se cruza com as palavras de Pierre Hourcade, a propósito do espírito francês presente em Eça de Queirós: «Franceses os seus romances (...) são-no pela ironia tão subtil e especiosa e em tudo tão oposta ao sarcasmo ou à graça portuguesa, e Eça é, em *quási tudo*, um francês, pelo seu espírito, pelo seu temperamento, pela sua cultura.»⁷³

⁶⁸ «Memórias e Notas» in *op. cit.*, p.112.

⁶⁹ «A Europa» in *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.150.

⁷⁰ «A Perfeição» in *Contos*, ed. cit., p.244.

⁷¹ «Atenas produziu a escultura, Roma fez o direito, Paris inventou a revolução, a Alemanha achou o misticismo. Lisboa que criou? *O Fado?*» Cf. «Lisboa» in *Prosas Bárbaras*, ed. cit., p.149.

⁷² in *Dicionário de Literatura Portuguesa, Brasileira e Galega*, Jacinto do Prado Coelho (dir.), vol. 3, 3ª ed., Figueirinhas, Porto, 1981, p.890.

⁷³ *Eça de Queirós e a França*, Cadernos da «Seara Nova», Seara Nova, Lisboa, 1936, p.9.

Homem do seu e também do nosso tempo, movido também pelo nome Portugal, Eça esforça-se por fundamentar, a portugueses e brasileiros, «... o gostar de ser, querer ser e ter razões para ser português [e brasileiro]»⁷⁴, descobrindo «... a face autêntica de uma *pátria* que talvez ninguém tenha tão amado e detestado.»⁷⁵ Interrogando o Portugal do século XIX, não deixa também de continuar a interrogar o Portugal de hoje, isto é, com mais cem anos, mas onde se continua a reflectir e a questionar o problema da nossa (des)identidade, com o modo de *ser* brasileiro ainda a conseguir provocar saudades!

A escala do Brasil, sem cálculo e sem régua, é o contrário da escala europeia, enrolada em pormenor e embrulhada em memória. (...)

Europeus e brancos, tecnocratas e atrapalhados, exploradores de imigrados, os portugueses separam-se em cada dia que passa do maior país onde a sua língua é falada. (...) O brasileiro vive ainda no discurso anárquico da sua linguagem, no reino ruidoso da infância dos mundos, evidenciando a sua diferença de nós. Quanto mais nos representamos europeus mais nos separamos desse outro lado a que ainda pertencemos e onde por prodígio de ironia a moeda se chama real quando toda a irreabilidade cobre o corpo do Brasil com a fantasia com que a música silenciosa e inexistente cobria a dança [daquele] negro do morro.⁷⁶

Este é o Brasil dos ritmos de culturas diferentes, do labirinto de sons, de vozes, de perfumes e de cores. «Plural sim, mas não caótico,»⁷⁷ o Brasil é dono duma pluralidade firme, equilibrada e conciliada nas suas várias raízes, não podendo, no entanto, negar a sua base europeia, como afirma Alfredo Bosi: «Não somos a Europa, evidentemente; mas tampouco somos a anti-Europa.»⁷⁸

Talvez Eça de Queirós tenha, implicitamente, tido em conta este fenómeno da pluralidade brasileira e tenha proposto apenas “uma europeização” para o Brasil, o país

⁷⁴ António Machado Pires, «A Identidade Portuguesa» in *Arquipélago – Línguas e Literaturas*, XV, 1998, p.320.

⁷⁵ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p.95.

⁷⁶ Clara Ferreira Alves, «A Saudade do Brasil» in *Expresso – Revista*, 19 de Janeiro, 2002, p.64.

⁷⁷ Alfredo Bosi, *Cultura Brasileira. Temas e Situações*, Ática, S. Paulo, 1987, p.15.

⁷⁸ *Ibidem*.

que se mostra como «... um imenso continente que nos enche de espanto, parte alucinação e parte provocação em doses misturadas [de forma equilibrada].»⁷⁹

⁷⁹ Clara Ferreira Alves, *ibidem*.

2. Imagens da intelectualidade brasileira nas páginas de Eça

«As fadas benéficas que [lhe] rodearam o berço, dançando levemente, carregadas de dons, também lhe trouxeram na almofada mais rica (...) [a] inata alegria, [a] vivacidade inventiva, [a] veia ricamente cómica [e] pela abundância e delicioso humorismo da anedota, pela simplicidade que se pueriliza permanecendo fina, pelo elegante desdém da ostentação, pela bendita facilidade em se interessar, pela prontidão do entusiasmo, pela inteligente mansidão, pelo apego afectivo, não há mais desejável companheiro! (...)

Eis aqui pois um brasileiro, singularmente interessante, que na verdade honra o Brasil.»

Eça de Queirós¹

Alegre. Vivaz. Humorista. Inteligente. Afectivo...

Eis aqui, algumas das qualidades do único intelectual brasileiro que deu motivos suficientes a Eça de Queirós para sobre ele tecer algumas considerações nas páginas da Revista *Moderna*, em 1898: Eduardo Paulo da Silva Prado.

Aquando do exercício das suas funções consulares em Paris, no ano de 1888, Eça de Queirós conviveu com um grupo de intelectuais e diplomatas brasileiros tais como Magalhães de Azeredo, Olavo Bilac, Paulo Prado, Domício da Gama, o Barão de Rio Branco e Eduardo Prado. De todos os seus amigos brasileiros, Eduardo Prado, «... o nosso Eduardo Prado...»², seria o mais admirado, o mais íntimo e o mais querido visitante da casa de Neuilly, como se depreende das palavras do próprio Eça de Queirós: «O que posso dizer afoutadamente é que V. nos faz sempre a mesma falta, e que não há frase mais repetida entre nós de que: *Se o Eduardo cá estivesse*. A nossa casa já não é a mesma, nem material nem moralmente...»³ Esta grande amizade existente entre ambos

¹ «Eduardo Prado» in *Notas Contemporâneas*, ed. cit., pp.362 e 377.

² *Correspondência*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000, p.228.

³ Carta escrita a Eduardo Prado, enviada de Paris em 4 de Julho de 1894 in Eça de Queirós, *Correspondência*, (leitura, coord. e pref. de Guilherme de Castilho), 2º vol., Col. «Biblioteca de Autores Portugueses», Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Maia, 1983, p.320.

foi muitas vezes apresentada como a justificação para certos modos de “ver” e “sentir” o Brasil por parte de Eça de Queirós que, apesar de nunca ali se ter deslocado, sempre emitiu juízos de valor acerca do que por lá ia acontecendo. Como já foi apontado por vários estudiosos, a coincidência de opiniões entre ambos acerca do que se ia passando no Brasil pode remeter-nos sempre para a ideia de uma certa colagem de Eça de Queirós em relação às opiniões de Eduardo Prado. Isto é, Eduardo Prado transmitia-lhe uma visão do Brasil, um país de todo desconhecido para Eça de Queirós, a qual era partilhada por Eça de Queirós. Manuel Bandeira, adoptando uma posição bastante crítica em relação a algumas imprecisões do escritor português relativamente à América e ao Brasil, afirma:

[Eça de Queirós] jamais compreendeu a evolução histórica, os problemas políticos e sociais da América. Jamais tomou conhecimento do esforço cultural da América. A esta olhou sempre com os piores prejuízos do europeu metropolitano. (...) A mesma falta de informação em relação ao Brasil. O Brasil do Eça, como o Brasil de Ramalho, era o Brasil do seu amigo Eduardo Prado, êsse fanático monarquista...⁴

Uma das situações onde se verifica esta colagem referida por Manuel Bandeira tem a ver com a posição tomada por ambos aquando da implantação da República no Brasil, a 15 de Novembro de 1889. Monárquico por excelência, Eduardo Prado, sob o pseudónimo de Frederico de S., escreveu, por essa altura, para a *Revista de Portugal*, uma série de artigos intitulados «O Brazil (Fastos da Dictadura)» e «Os Acontecimentos do Brazil», onde criticava de forma acérrima a nova situação política que então se vivia naquele país, afirmando que «... o publico da Europa sabe do Governo Provisorio do Brazil apenas o que esse governo quer que d'elle se saiba.»⁵ Mostrando-se completamente contra a instauração do novo regime político no Brasil, Eduardo Prado pôde contar com a adesão de Eça de Queirós no combate à implantação da República naquele país. Num artigo publicado naquela revista, a 6 de Dezembro de 1889, sob o título «Notas do Mês» e assinado com o pseudónimo João Gomes, Eça de Queirós,

⁴ «Correspondência de Eça de Queiroz para a Imprensa Brasileira» in AA.VV, *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, Edições Dois Mundos, Lisboa, 1945, p.181.

⁵ «Os Acontecimentos do Brazil» in Eça de Queirós (dir.), *Revista de Portugal*, vol. II, nº7, Lugan & Genelioux Editores, Porto, 1890, p.134.

vinte dias após a proclamação da República no Brasil⁶, afirmava que «[c]om o império, segundo todas as probabilidades, acaba também o Brasil. (...) Daqui a pouco, o que foi o Império, estará fraccionado em repúblicas independentes, de maior ou menor importância. (...) Os Deodoros da Fonseca vão-se reproduzir por todas as províncias.»⁷

Com o fim do império, Eça de Queirós, através da voz da Fradique Mendes, vaticina o fim do Brasil, traduzindo o sentimento amargo do seu amigo Eduardo Prado! Mas, ainda em relação a este assunto, Eça de Queirós não deixou de salientar os efeitos que aquela revolução ocorrida na ex-colónia provocou na ex-metrópole: «... um golpe que das instituições brasileiras [se] repercutiu indirectamente sobre as nossas instituições (...) [causando] o engrossamento do Partido Republicano.»⁸

Com este breve apontamento, quisemos retratar, ainda que muito ao de leve, a perfeita sintonia existente entre os dois intelectuais, tendo Eça de Queirós sido muitas vezes visto por alguns como o seguidor fiel não de Homero, mas das ideias de Prado, principalmente nos assuntos directamente relacionados com o Brasil. Seguidor mais ou menos fiel de Eduardo Prado, o facto é que este brasileiro de «... alma superiormente sociável»⁹ foi uma figura de extrema importância para Eça de Queirós, constituindo, nas suas páginas, uma excepção às referências não feitas quer a intelectuais, quer à intelectualidade brasileira. Na verdade, nas páginas que Eça de Queirós dedicou e falou sobre o Brasil não se encontram alusões à intelectualidade brasileira – excepção feita a Eduardo Prado, «[o] maior dentre seus amigos brasileiros (...) por cuja forte e original personalidade sentiu invencível atracção.»¹⁰ Mas esta atracção parece ter sido mútua! Em 1897 – um ano antes da crónica que Eça de Queirós dedica a Eduardo Prado – o paulista ofereceu ao seu amigo português algumas das páginas d’*A Revista Moderna*, dedicada a Eça de Queirós, elogiando e enaltecendo o seu aliado cuja «... intelligencia é por demais clara e o seu juízo critico por demais seguro para ter hesitações quando se julga a si mesmo.»¹¹ Possuidor de ordem e imaginação, Eça de Queirós também deslumbrou Eduardo Prado, como se pode constatar através das suas próprias palavras:

⁶ Cf. Elza Miné, «Imagens Finisseculares do Novo Mundo no Jornalismo de Eça de Queirós» in Marli Fantini Scarpelli e Paulo Motta Oliveira (org), *Os Centenários: Eça, Freyre e Nobre*, ed. cit., p.83.

⁷ *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d., pp.230-231.

⁸ *Últimas Páginas Dispersas*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d., pp.123-124.

⁹ «Eduardo Prado» in *op. cit.*, p.377.

¹⁰ Octavio Tarquinio de Sousa, «Amigos Brasileiros de Eça de Queiroz» in AA.VV., *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, ed. cit., p.241.

¹¹ *A Revista Moderna*, publicada em 20 de Novembro de 1897, dedicou esta edição a Eça de Queirós, onde colaboraram intelectuais da época. A citação encontra-se na página 301.

Eça de Queirós recebeu do céu o dom de se interessar pelo mundo em que nasceu e pelos seus companheiros de planeta, na grande viagem dos Sêres. Esse dom é o maior que um homem pôde receber. Quem o possui nunca está só, nem abandonado; é o segredo da ventura, porque as mais dôres da vida vêm da ociosidade da alma. (...)

Na simplicidade da sua vida de Pariz são-lhe absolutamente indiferentes as seduções de uma notoriedade estrangeira e facil. (...) É inacessível [.]¹²

Através desta troca de elogios, é bem visível o apreço e a consideração que ambos tinham um pelo outro, parecendo-nos que o texto escrito por Eça de Queirós dirigido a Eduardo Prado é também uma forma de Eça de Queirós retribuir, um ano mais tarde, o enaltecimento que Eduardo Prado lhe faz.

Segundo Octavio Tarquinio de Sousa, Eduardo Prado « [f]oi o amigo em quem [Eça de Queirós] cuidou ter vislumbrado a expressão fiel de um povo.»¹³ O paulista foi ainda o « [a]migo que o terá induzido a julgar o Brasil, ora pior do que realmente era, quando, sem perceber, lhe esposava as paixões políticas, ora melhor, se, encantado com a sua elegância e o seu brilho, não via as taras e as fealdades de uma sociedade mal liberta da ignomínia do trabalho escravo.»¹⁴ De qualquer forma, não queremos deixar de referir um breve apontamento onde Eça de Queirós alerta os portugueses para a actividade intelectual do Brasil, a propósito do programa da *Revista de Portugal*, também destinada aos leitores brasileiros:

Se, como se tem afirmado com razão, na língua verdadeiramente está a nacionalidade – duas nações que põem a sua Ideia no mesmo Verbo formam para os supremos efeitos da civilização uma nação una. Na esfera das Letras tudo o que uma produza se torna logo pela língua comum a ambas, como aquisição, acréscimo de riqueza literária. Entre os fenómenos da vida social de cada uma a língua estabelece a mais subtil e forte solidariedade.¹⁵

¹² *Idem*, pp.298 e 301.

¹³ «Amigos Brasileiros de Eça de Queiroz» in AA.VV, *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, ed. cit., p.261.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Apud* Maria Helena Santana (org.), *Textos de Imprensa. VI* (da *Revista de Portugal*), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1995, pp.114-115.

Ciente do acolhimento «... franco e caloroso...»¹⁶ que as obras portuguesas tinham no Brasil, Eça de Queirós tenta, de uma forma demasiadamente clara, angariar leitores brasileiros para a *Revista de Portugal*, afirmando ainda que «... nada do que o Brasil faz, pensa, diz e produz nos pode ser alheio ou indiferente. Estudar o Brasil nas complexas manifestações da sua actividade é ainda estudar-nos a nós mesmos.»¹⁷ Tudo não passou de um projecto com boas intenções porque da sua parte poucas foram as referências quer à intelectualidade quer à produção literária brasileira.

Teria ficado Eça de Queirós com algum ressentimento por não ter sido o eleito para ocupar o cargo de cônsul no Baía em 1871 a propósito da sua participação nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense?¹⁸ Será que esta situação influenciou o seu desinteresse, de uma forma geral, pelo Brasil ou terá sido puro desconhecimento da produção literária brasileira? Como poderá ser interpretada esta ausência da intelectualidade brasileira das páginas de Eça de Queirós, sendo ele também um intelectual?

Relendo a questão polémica que se instalou em torno do binómio Eça de Queirós/Machado de Assis¹⁹, o seu crítico mais ferrenho, não podemos ignorar o recente contributo da perspectiva apresentada por Beatriz Berrini a propósito das relações entre Eça de Queirós e Machado de Assis, concluindo que ainda são «... um deslinde nada fácil de resolver[.]»²⁰ A ideia mais difundida acerca da relação entre os dois intelectuais é, sem dúvida, uma ideia de distanciamento e de indiferença mútua, ensombrada pela crítica de Machado de Assis à obra eciana *O Primo Basílio*. Mas, o que Beatriz Berrini traz a lume é a hipótese do distanciamento entre os dois grandes romancistas de finais do século XIX não ser tão grande: «Talvez acabemos por concluir que Eça e Machado foram grandes amigos. Senão tanto, ter-se-ão conhecido, respeitado e admirado mutuamente através das respectivas obras.»²¹ Mais crítico em relação à escola realista do que ao próprio escritor português, não podemos deixar de transcrever algumas palavras de Machado de Assis a propósito da admiração que sente por Eça de

¹⁶ *Idem*, p.115.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Cf. Paulo Cavalcanti, *Eça de Queirós Agitador no Brasil*, ed. cit., p.214.

¹⁹ Cf. Alberto Machado da Rosa, *Eça, Discípulo de Machado?*, 2ª ed., Editorial Presença, Lisboa, s./d.

²⁰ *Brasil e Portugal: A Geração de 70*, Col. «Campo da Literatura/Ensaio – 93», Campo das Letras, Porto, 2003, p.78.

²¹ *Ibidem*.

Queirós e do modo como sente a crítica, de uma forma geral, e, em particular, perante a arte eciana de escrever:

Quanto ao Sr. Eça de Queirós e aos seus amigos deste lado do Atlântico, repetirei que o autor d' *O Primo Basílio* tem em mim um admirador de seus talentos, adversário de suas doutrinas, desejoso de o ver aplicar, por modo diferente, as fortes qualidades que possui; que, se admiro também muitos dotes do seu estilo, faço restrições à linguagem; que o seu dom de observação, aliás pujante, é complacente em demasia; sobretudo, é exterior, é superficial. O fervor dos amigos pode estranhar este modo de sentir e a franqueza de o dizer. Mas então o que seria a crítica?²²

Com uma escrita mais implícita e mais psicológica, Machado de Assis «... tem em mira sobretudo combater a estética naturalista ...»²³ seguida por Eça de Queirós, confessando-se, no entanto, seu admirador. Mas, aquela admiração parece ser recíproca como se pode observar através de uma carta escrita por Domício da Gama a Machado de Assis, enviada de Paris a 12 de Junho de 1892: «Queria também falar-lhe do *Quincas Borba*, que li no exemplar que o Sr. mandou ao Eça de Queiroz, lá para o escritório da *Gazeta*. (...) Ele é talvez o seu maior admirador da Europa. Chama-o de extraordinário, que é o seu qualificativo superfino de artista.»²⁴ Socorrendo-nos ainda de Beatriz Berrini e dos “Textos em homenagem a Eça de Queiroz por ocasião do seu falecimento, em Agosto de 1900”, queremos ainda fazer referência a algumas palavras de Machado de Assis dirigidas a H. Chaves, onde é visível o seu apreço pelo escritor português: «Que hei-de eu dizer que valha esta calamidade? Para os romancistas é como se perdêssemos o melhor da família, o mais esbelto e o mais valido. (...) Domício da Gama, ao transmitir-me há poucos meses uma abraço do Eça, já o cria agonizante. Não sei se chegou a tempo de lhe dar o meu.»²⁵ Tendo em conta a quase certa troca de livros e as palavras de apreço que ambos dedicam um ao outro, será difícil ficarmos com a ideia de que as relações Eça/Machado foram unicamente assentes em polémicas. Beatriz

²² Joaquim Maria Machado de Assis, «Eça de Queirós: *O Primo Basílio*» in *Obra Completa*, Vol. III, ed. cit., p.913.

²³ Beatriz Berrini, *Brasil e Portugal: A Geração de 70*, ed. cit., p.82.

²⁴ *Apud* Beatriz Berrini, *Brasil e Portugal: A Geração de 70*, ed. cit., p.360.

²⁵ *Idem*, p.359.

Berrini no seu estudo tenta, de certa forma, quebrar a ideia de frieza que envolveu os dois romancistas, sublinhando o respeito e a admiração mútua afirmada publicamente.

Querelas à parte, o nosso interesse vai para as palavras de uma carta que Eça de Queirós enviou a Machado de Assis de Newcastle-on-Tyne, em 29 de Junho de 1878, a propósito das críticas que este fez ao romance *O Primo Basílio*. Defendendo a sua filiação na escola realista e congratulando-se pela aceitação que aquela obra obtivera no Brasil, Eça de Queirós afirmava: «[u]m total acolhimento da parte de uma literatura tão original e tão progressiva como a do Brasil é para mim uma honra inestimável e para o Realismo, no fim de tudo, uma confirmação esplêndida de influência e de vitalidade.»²⁶ Neste excerto, será interessante atentarmos na opinião que Eça de Queirós deixa transparecer acerca do seu conceito de literatura brasileira. Parecendo-nos estar «... meramente arrolando...»²⁷, sentimos nas suas palavras o testemunho de uma certa ligeireza e de uma certa superficialidade em relação à questão literária brasileira, limitando-se a ser simpático para com os literatos brasileiros os quais, afinal, parece ter ignorado. Não estará nesta ligeireza latente e sentida por Eça de Queirós a atribuição de um certo estatuto de inferioridade intelectual à antiga colónia? Não funcionaria o Brasil para Eça de Queirós apenas como o receptor dos ecos do lado de cá do Atlântico, ainda que fossem «...Ecos sem eco»?²⁸

Limitando-se unicamente a acusar a recepção e a defender-se das críticas levadas a cabo pelo autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Eça de Queirós, na opinião de Carlos Reis, teve em conta as críticas do “mestre” brasileiro, operando «.. mutações decisivas (...) desde logo traduzidas na reescrita d’*O Crime do Padre Amaro*».²⁹ No entanto, apesar deste reconhecimento eciano dos reparos às suas obras feitos por Machado de Assis, «brasileiro pelo “instinto de nacionalidade”...»³⁰, Eça de Queirós, estranhamente, nunca a ele se referiu. Dizemos estranhamente porque, tal como Eça de Queirós, Machado de Assis também recorre frequentemente à ironia, centrando-se ambos numa «... visão crítica de temas como amor, clero, política, enfim,

²⁶ *Correspondência*, (leitura, coord. e pref. de Guilherme de Castilho), 1º vol., ed. cit., p.159. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

²⁷ «Eduardo Prado» in *op. cit.*, p.377.

²⁸ Carta enviada a Eduardo Prado do Porto, em 4 de Julho, de 1892. Cf. Eça de Queirós, *Correspondência*, (leitura, coord. e pref. de Guilherme de Castilho), 2º vol., ed. cit., p.321.

²⁹ «Leitores Brasileiros de Eça de Queirós» in Benjamim Abdala Junior (org.), *Ecos do Brasil – Eça de Queirós. Leituras Brasileiras e Portuguesas*, ed. cit., p.24.

³⁰ Afrânio Coutinho, «Machado de Assis na Literatura Brasileira» in Joaquim Maria Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. I, ed. cit., p.34.

termos estritamente ligados ao homem e seu contexto social.»³¹ Valorizando esta particularidade posta em prática só por alguns “seres pensantes”, Eça de Queirós silenciou-a em Machado de Assis, mas aludiu a ela quando caracterizou Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Fradique Mendes e Eduardo Prado – os quatro seres pensantes que faziam da ironia a sua forma de estar perante o mundo. Este silenciar a ironia em Machado de Assis é algo que não seria de esperar em Eça de Queirós, uma vez que é uma das características mais valorizada nas suas páginas. Ignorando a produção literária brasileira, Eça de Queirós fica-se unicamente pelo que transbordou da relação de amizade que estabeleceu com Eduardo Prado, por quem, como já atrás referimos, sentia grande admiração. E é à admiração de Eça de Queirós sentida pelo autor de *Ilusão Americana*, obra escrita em 1893, que voltamos porque, de facto, ele foi a única imagem da intelectualidade brasileira destacada por Eça de Queirós.

Comparando Eduardo Prado aos portugueses quinhentistas, Eça de Queirós destaca nele a infinita curiosidade, obediente a uma «... energia íntima de iniciativa descobridora»³² que «... com a sua activa simpatia humana e social, desejou penetrar, penetrou no viver dos homens e no organismo das sociedades.»³³ Viajando pelos quatro cantos do mundo, daí tirou grande proveito e riqueza, «... eis a vantagem, quando se trota no globo, de ir mais pensando do que assobiando.»³⁴ Realçando nele a extrema compreensão e amizade para com os povos que visitava, Eduardo Prado «... não resvalou no erro hereditário de viajantes muito ilustres e muito doutos – não desdenhou nunca costumes ou ideias simplesmente porque eles divergiam do tipo genérico e mediano da civilização francesa, em que seu espírito crescera e se formara.»³⁵ No entanto, «... o seu espírito, sempre em movimento dentro do movimento intelectual da França, permanece tão livre e próprio da sua raça, como se sobre ele nunca pousasse sequer a sombra amável de uma ideia francesa...»³⁶ Mas, o homem que «... traz “o mundo em si com as cidades e os homens”...»³⁷, também encantou Eça pelo seu amor ao passado e «... pelo seu carinho quase filial ao velho torrão lusitano (...) [sendo] a afeição

³¹ Moema Cotrim Soares, «Perspectiva Irônica: Eça e Machado» in *150 Anos com Eça de Queirós* (Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos 18 a 21 de Setembro de 1995), Centro de Estudos Portugueses – Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, S. Paulo, 1997, p.659.

³² «Eduardo Prado» in *op. cit.*, p.362.

³³ *Idem*, p.364.

³⁴ *Idem*, p.365.

³⁵ *Idem*, p.364.

³⁶ *Idem*, p.372.

³⁷ *Idem*, p.363.

de Prado por Portugal o complemento natural do seu amor pelo Brasil.»³⁸ O conhecimento que possuía acerca da História de Portugal e o entusiasmo «.. por tudo quanto é português (...) faz dele, sendo brasileiro, o último dos Lusíadas.»³⁹ Lúcido, Eduardo Prado, segundo Eça de Queirós, representava para o Brasil uma mais valia, tal como Ramalho Ortigão, Antero de Quental e Fradique Mendes o eram para Portugal. Traduzindo a esperança otimista que Eça ainda consegue ter em relação aos dois países, aquelas figuras simbolizavam a intelectualidade vital das duas nações adormecidas, tendo, por isso, afirmado nas «Memórias e Notas» da *Correspondência de Fradique Mendes* que «[n]os tempos incertos e amargos que vão, portugueses [e brasileiros] destes não podem ficar para sempre esquecidos, longe, sob a mudez do mármore. Por isso eu os revelo aos meus concidadãos – como uma consolação e uma esperança.»⁴⁰ Daí o ter-lhes dedicado algumas das suas páginas, uma atitude que não teve com quaisquer outras figuras de destaque da sua época. Curioso será verificarmos, ainda que de forma branda, qual é o substrato comum aquelas figuras, substrato esse que as torna únicas e portadoras de uma esperança, como explica Eça de Queirós, citando o autor da *Histoire de la Révolution Française*: «Michelet, escrevia um dia, numa carta, aludindo a Antero de Quental: “Se em Portugal restam quatro ou cinco homens como o autor das *Odes Modernas*, Portugal continua a ser um grande país vivo...”»⁴¹

E, de facto, em Portugal esses homens existiam e no Brasil também, ainda que, segundo a interpretação de Eça de Queirós acerca da intelectualidade brasileira, em quantidade exageradamente reduzida!

No que diz respeito a Ramalho Ortigão, também ele «... tem feito na ironia a sua educação e a sua carreira. (...) É a ironia que, fazendo-o livre, o tem feito justo.»⁴² O também autor de *As Farpas* era para Eça de Queirós uma figura admirável, «... tem a força, tem a bondade, tem a alegria. (...) É um homem simples, no fundo: não tem ambi-

³⁸ *Idem*, pp.370-371.

³⁹ *Correspondência*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000, p.228.

⁴⁰ Livros do Brasil, Lisboa, s./d., p.114.

⁴¹ «Memórias e Notas» in *Correspondência de Fradique Mendes*, ed. cit., p.114.

⁴² «Ramalho Ortigão» in *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.23. Datada de 25 de Fevereiro de 1878 e enviada de Newcastle, assim se referia Eça de Queirós numa carta dirigida a Joaquim de Araújo acerca do pedido que este lhe formulou para escrever a biografia de Ramalho Ortigão, como se pode comprovar nas próprias palavras iniciais de Eça de Queirós na referida carta.

ções – excepto saber; não tem receios – excepto errar.»⁴³ No meio do desconsolo português, Ramalho Ortigão era, para Eça de Queirós, um bálsamo: «Quando chego a Portugal, depois de um ano de Inglaterra (...) há uma coisa que me deslumbra, e outra que me desola: deslumbram-me as fachadas caiadas, e desola-me a população anémica. (...) A minha consolação é ver duas ou três figuras, sobretudo Ramalho Ortigão.»⁴⁴ Constituindo «... uma das mais belas organizações (...) é um artista completo; (...) é um homem de bem.»⁴⁵

«... [D]espertando almas, anunciando verdades...»⁴⁶, Antero de Quental «cantava o Céu, o Infinito, os mundos que rolam carregados de humanidade, a luz suprema habitada pela ideia pura»⁴⁷, e, na companhia deste «... bardo dos tempos novos...»⁴⁸, «... em cada estrela plantávamos uma tenda, onde dormíamos e sonhávamos um instante, para logo a erguer, galopar para outra clara estrela, porque éramos verdadeiramente, por natureza ciganos do ideal»⁴⁹ – assim definia Eça de Queirós Antero de Quental, recordando os tempos da sua juventude passados em Coimbra.

Oriundo dos Açores, tal como Carlos Fradique Mendes, Antero de Quental «... era o elo rijo, o mais rijo elo de fino ouro, que prendia Portugal ao mundo do pensamento»⁵⁰, característica de primeira importância e que Eça de Queirós valorizava quer nas nações, quer nos homens porque «... uma nação só vive porque pensa - e pelo que pensa. *Cogitat, ergo est.*»⁵¹ Homem de grande autoridade moral, «... à sua ironia convinha, mais que a de nenhum outro ironista, o nobre epíteto homérico de *alada*. Os seus ditos abriam, através da sua geração, grandes sulcos luminosos – e puros. (...) A ironia, pelo seu brilho superior, nele andava sempre ao lado da acção, soltando o seu assobio malicioso.»⁵² Pastor de almas e Messias desejado, «... [a sua] inteligência era (...) como o generoso sol, feito de ouro candente, [que] tudo doura em redor.»⁵³ Nutrindo com intensidade tudo o que fosse português, «... [nele] estava a mais larga e

⁴³ *Idem*, p.39.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Idem*, pp.39-40.

⁴⁶ «Um Génio que Era um Santo» in *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.251.

⁴⁷ *Idem*, pp.251-252.

⁴⁸ *Idem*, p.251.

⁴⁹ *Idem*, p.256.

⁵⁰ *Idem*, p.285.

⁵¹ *Idem*, p.285.

⁵² *Idem*, pp.261-266.

⁵³ *Idem*, p.283.

mais rica soma da verdadeira vida de Portugal [servida] por uma tal energia pensante [que fazia] de Antero de Quental uma personalidade magnificamente consoladora.»⁵⁴

Também considerado «... o português mais interessante do século XIX»⁵⁵ por Oliveira Martins, Fradique Mendes integra, como já atrás referimos, aquele grupo de intelectuais que mereceram um destaque por parte de Eça de Queirós. Imagem criada pelo ideal eciano de uma concepção de Homem, Fradique Mendes reúne em si todas as qualidades que Eça de Queirós reconhece e privilegia como primordiais no ser humano. Derradeiro crente do Olimpo, «... falava a língua dos deuses; recebia deles inspiração. (...) Criara amizades onde todos encontraram proveito intelectual e encanto.»⁵⁶ Deslumbrado por esta figura, Eça de Queirós, «... ininterrompidamente [se misturou] à sua vida pensante, (...) sentindo que a rara originalidade de Fradique se concentrava toda no seu ser pensante.»⁵⁷ Acerca deste ícone acrescentava ainda Eça de Queirós que «... [Fradique Mendes] foi o devoto de todas as religiões, o partidário de todos os partidos, o discípulo de todas as filosofias – cometa errando através das ideias, embecendo-se convictamente nelas, (...) mas em cada uma deixando alguma coisa do seu calor e da energia do seu movimento pensante.»⁵⁸ Apoiando a sua inteligência numa forte e rica cultura, era amante dos costumes e do povo, era um português genuíno, sentindo, frequentemente, saudades de Portugal. De lábios «... superiormente talhados para a Ironia e para o Amor»⁵⁹, Fradique «... dava à nossa gasta Pátria um lustre tão original (...) com uma força de pensar muito própria, deixando transbordar a vida abundante e múltipla que o anima e enche.»⁶⁰

Desde a curiosidade de Eduardo Prado, «... a sua *qualité maîtresse*»⁶¹, um pormenor ao qual Fradique Mendes também faz referência⁶², até à designação de “seres pensantes” entrecortados por laivos de ironia, passando pela metáfora da abelha quando se refere a Antero de Quental e Fradique Mendes⁶³, Eça de Queirós imprime nestas

⁵⁴ *Idem*, pp.260-285.

⁵⁵ «Notas e Memórias» in *A Correspondência de Fradique Mendes*, ed. cit., p.54.

⁵⁶ *Idem*, pp.39-54.

⁵⁷ *Idem*, p.57.

⁵⁸ *Idem*, p.68.

⁵⁹ *Idem*, p.24.

⁶⁰ *Idem*, pp.4-65.

⁶¹ «Eduardo Prado» in *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.361.

⁶² Cf. *A Correspondência de Fradique Mendes*, ed., cit., p.75.

⁶³ «Fradique, porém, ia como a abelha, de cada planta pacientemente extraindo o seu mel...», cf. «Memórias e Notas» in *A Correspondência de Fradique Mendes*, ed. cit., p.69. No que diz respeito a Antero de Quental, Eça de Queirós, a propósito da sua morte exclama: «É morta, é morta a abelha que fazia o mel e a cera!» Cf. «Um Génio que Era um Santo» in *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.288.

figuras a sua concepção de Homem, através dos quais uma nação, por si só, tem condições para sobreviver. Referindo-se ao «... esplendor da Ramalhal figura»⁶⁴ e à «... compostura pesada de um português antigo»⁶⁵ para evocar Ramalho Ortigão, Fradique Mendes é o eco antecipado ou posterior dos sentimentos de Eça de Queirós. Em relação à questão que aqui poderá ser posta em causa, a da relação Eça/Fradique poder ser heteronímica ou não, cremos não ser este o momento mais adequado para a ele nos referirmos, uma vez que não se encaixa nos parâmetros do presente trabalho. No entanto, cumpre-nos dizer que em Fradique os ecos de Eça de Queirós não são “ecos sem eco”, semelhanças que já foram várias vezes observadas e justificadas como explica António José Saraiva de forma sintética e eficaz: «... Eça [foi-se] metendo na sua concha e segregando o Fradiquismo.»⁶⁶

Como se pode observar desta breve resenha que tentamos fazer das características destes quatro homens deveras importantes para Eça de Queirós, constatamos que lhes estão subjacentes princípios morais e uma filosofia de vida que, embora contenha algumas variantes na sua atitude, não deixa de apresentar uma fibra comum para ser utilizada na urdidura do mesmo tecido: aquele que fabrica Homens de excepção. Muito congestionado pelo factor amizade, o que é compreensível, Eça de Queirós vê nestes amigos um conjunto de predicados que possibilitam a regeneração das nações e a razão suficiente para que uma nação se mantenha viva.

Mas, reportemo-nos, uma vez mais, à questão da intelectualidade brasileira. Só Eduardo Prado, o seu amigo brasileiro por excelência, consta do pequeno rol de intelectuais que apresenta todas as características que Eça de Queirós considera dignas de privilégio. Os demais intelectuais não têm lugar nas páginas de Eça, nem quando fala de Portugal, nem quando fala do Brasil.

Relativamente aquele país, ele continua a ser encarado como uma extensão da antiga colónia e, como tal, só Eduardo Prado merece destaque e elogios provocados, em grande parte, também pela relação afectiva que entre ambos existia, facto que deve ser sublinhado. Parecendo-nos pouco crente na existência de uma intelectualidade brasileira, Eça de Queirós, a nosso ver, cometeu uma enorme lacuna ao silenciar ou ignorar o movimento cultural e intelectual que existia no Brasil em pleno século XIX. Ainda no que diz respeito ao texto escrito para *A Revista Moderna* sobre Eduardo

⁶⁴ «Cartas» in *A Correspondência de Fradique Mendes*, ed. cit., p.145.

⁶⁵ *Idem*, p.147.

⁶⁶ *As Ideias de Eça de Queiroz*, Centro Bibliográfico, Lisboa, 1946, p.117.

Prado, sentimos que paira sobre ele uma certa superficialidade, confessada e até reconhecida pelo próprio autor quando afirma: «E eu, meramente arrolando, sem as estudar, algumas das qualidades, doces ou fortes, que [Eduardo Prado] herdou da sua raça, e a que deu relevo e rebrilho todo seu, sinto a dupla felicidade de louvar, através de homem que tanto prezo, terra que tanto amo!»⁶⁷

Esquivando-se da análise profunda relativamente a assuntos que surgiam e floresciam no século XIX, tais como a temática das nacionalidades, um tema bastante empolado naquele século, nomeadamente no Brasil, Eça de Queirós deixa espaços em branco nas suas análises em relação a aquele país que, em muitos casos, ficam muito aquém do que seria de esperar. Eça de Queirós, relativamente a aquela temática, reforça a ideia do culto do passado português defendido por Eduardo Prado, sendo «[e]specialmente para Portugal, (...) um imenso optimista[.] (...) Desta teoria optimista da imortalidade de Portugal, tira [Eduardo Prado] a certeza de ser a nossa terra, além da mais doce e livre, a mais segura de habitar.»⁶⁸ Eça de Queirós refere-se à questão do nacional relativamente a Portugal, mas acerca da nacionalidade brasileira nem uma linha. Um pouco mais à frente, pode-se ainda ler: «... o que chama assim [Eduardo Prado] a Portugal, (...) [é] esse conjunto de crenças e costumes, que em nós persiste porque condiz com o nosso génio nacional, onde ele encontra os moldes ancestrais do seu Brasil, e que do seu Brasil receia desapareçam rápida e tumultuariamente.»⁶⁹ Este receio a que Eça de Queirós alude é uma referência ao que Eduardo Prado temia para o Brasil: «... com o desaparecimento do Império ele temia o desaparecimento do velho Brasil, da sua sociedade esmerada e culta, dos seus costumes graves e doces, (...) de toda aquela ordem formosa que o erguia na América como o representante mais alto da civilização latina.»⁷⁰ Alto representante de uma civilização ancestral é o lugar que Eça de Queirós reserva para o Brasil! Neste aspecto, queremos realçar as diferentes atitudes que se podem constatar em Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis, como já abordamos no primeiro ponto do segundo capítulo, onde Batalha Reis reconhece a existência de um “brasileiro em construção”.

Relativamente à literatura, no projecto de Eça de Queirós, o Brasil será sobretudo o receptáculo das produções literárias e dos pensamentos fabricados em

⁶⁷ «Eduardo Prado» in *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.377. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

⁶⁸ *Idem*, p.371.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ *Idem*, p.368.

Portugal, com mais ou menos filosofia europeísta. Incumbido de dirigir o «Suplemento Literário» da *Gazeta de Notícias*, Eça de Queirós que, através das suas páginas tinha alcançado grande popularidade no Brasil, investe toda a sua energia para levar por diante a criação daquele suplemento, para o qual tinha um projecto bem delineado, como se pode constatar em carta escrita a Teixeira de Queirós, a 29 de Dezembro de 1891: «... O Suplemento comporta, e até necessita, um resumo do movimento de Portugal – literário, científico, social, mundano, etc.»⁷¹ Podemos dizer que Eça de Queirós trata de edificar um projecto sobre Portugal para o Brasil, mas, como afirma Elza Miné em *Páginas Flutuantes: Eça de Queirós e o Jornalismo do Século XIX*, «... poderíamos considerar Portugal o grande ausente dessas páginas em termos de notícias ou de comentário que lhe dissessem respeito... »⁷² De qualquer forma, o que interessa realçar neste aspecto é o teor do projecto que Eça de Queirós tem para aquele país. O Brasil, intelectualmente, não tem nada para dar a Portugal, mas o Brasil, de Portugal, só tem a receber. Talvez a partir desta concepção se consiga compreender a ausência das imagens da intelectualidade brasileira nas páginas de Eça de Queirós – uma ausência marcada pela permanente visão de um Brasil intelectualmente pobre e incapaz.

Percorrendo um caminho diferente e demonstrando uma atitude distinta em relação ao Brasil, encontramos Jaime Batalha Reis a trilhar uma nova rota traçada em sentido inverso à de Eça de Queirós: dar a conhecer aos portugueses o desconhecido, mas existente, Brasil “pensante e literário”.

⁷¹ *Correspondência*, (leitura, coord. e pref. de Guilherme de Castilho), 2º vol., ed. cit., p.205.

⁷² Ateliê Editorial, S. Paulo, 2000, p.65.

3. Batalha Reis: a (re)construção de um Brasil «pensante e literário»

«Entre as muitas coisas importantes e urgentes a fazer em Portugal, avulta, quanto a mim, – como uma das mais importantes e urgentes –, o mostrar aos Portugueses a existência, por a grande maioria deles apenas suspeitada, dum “Novo Mundo” moral, – o Brasil pensante e literário.»

Jaime Batalha Reis ¹

Apostado em descobrir e explorar a «... Geografia sentimental»² de um Brasil intelectual e literário, Jaime Batalha Reis, o «... “novo Caminha” ...»³, apresenta-nos uma imagem do Brasil bem distinta da de Eça de Queirós: um país com uma «... nova humanidade, e (...) variados minérios preciosos [vindos] dos centros intelectuais desenvolvidos e crescentes para além dos Mares de Sudoeste.»⁴ A urgência em dar a conhecer aos portugueses a intelectualidade e a literatura brasileira constitui o objectivo primeiro de Batalha Reis por considerar que «... os Portugueses [se] conservam estranhos ao movimento intelectual desses pensadores do seu sangue, desses criadores da sua língua.»⁵ A propósito deste alheamento português em relação ao “Novo Mundo pensante e literário”, Batalha Reis põe em causa o estado intelectual dos portugueses, apontando a grande quantidade de analfabetos existentes no nosso país (cerca de quatro quintas partes de Portugal⁶), reconhecendo-lhes também uma grande subserviência a tudo quanto era francês por parte daqueles que eram considerados a classe culta:

¹ *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, (org., pref. e notas de Elza Miné), Col. «Memória Portuguesa», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, p.47.

² *Ibidem*.

³ Epíteto usado por Elza Miné. Cf. *op. cit.*, p.14.

⁴ *Idem*, p.47.

⁵ *Idem*, p.51.

⁶ *Idem*, p.55.

A explicação mais compreensiva que, quanto a mim, existe na base de todos os problemas portugueses, o facto que, em Portugal predominantemente afeiçoa todos os factos, é a falta de cultura na imensa maioria das populações. (...) Em geral as obras literárias aparecem e passam no meio do silêncio geral [...] (...) Intelectualmente, e a muitos outros respeito, Portugal inteiro é uma característica de vila de província.

Se os portugueses procedem, por esta forma, com a sua própria Literatura, como querem os Brasileiros que em Portugal se lhes leiam, critiquem e apreciem as obras literárias? (...) Só é bom negócio a publicação de romances de aventuras complicadas, se principalmente forem ilustrados de estampas e traduzidos do francês. Desde o século XVIII a Literatura francesa possui o monopólio intelectual de Portugal.⁷

Embora menos vocacionado para a crítica social do que Eça de Queirós, Batalha Reis não deixa de reprovar a sociedade portuguesa, apontando-lhe um grande desinteresse pelos assuntos culturais, uma grande ausência de criação e, no fundo, uma grande falta de força “interior” capaz de influenciar o Brasil: «Portugal pode criar o começo das Sociedades brasileiras mas não pode, no mundo moderno, influir na formação da alma completa dos Brasileiros.»⁸ Batalha Reis reconhece um importante substrato e um grande contributo português na formação do “ser” brasileiro, como já tivemos oportunidade de referir no segundo capítulo, mas também tem consciência das limitações do seu próprio país, o qual não tem o desenvolvimento intelectual necessário para poder servir de modelo ao Brasil para a sua formação “pensante e literária”, requisitos importantes para a formação de uma nova nacionalidade: «O que era necessário para que o Brasil continuasse a ser moralmente, intimamente, intelectualmente, esteticamente, cientificamente, filosoficamente português, – era que Portugal tivesse ele também alguma coisa tradicional, profissional, viva, criadora, de tudo isto.»⁹ Como Portugal é, na opinião de Batalha Reis, estéril no campo intelectual e literário e como os portugueses não têm o mínimo interesse pela intelectualidade e literatura brasileiras, o que prevalece entre os dois países são unicamente relações económicas, deixando-se à deriva uma nova forma de sentir, uma nova forma de pensar

⁷ *Idem*, pp.55-58.

⁸ Jaime Batalha Reis, «Notas que Acompanham o Manuscrito» in *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, ed. cit., p.92.

⁹ *Ibidem*.

e de agir. É nestas “novas formas” que surgem no Brasil que Batalha Reis insiste e aponta como o raiar de uma nova nacionalidade que não tem nada a ver com a nacionalidade política porque «[a] verdadeira obra duma Nação, – a obra característica, elevada e preciosa, – é a que cria a arte, a ciência, a filosofia dessa Nação.»¹⁰ Através das palavras de Batalha Reis, facilmente nos apercebemos de que o Brasil tem condições para uma autonomia, mas se não as tivesse também não era Portugal que lhas poderia oferecer, uma vez que o considera um país pobre a vários níveis.

Eça de Queirós também valoriza as nações pensantes e criadoras, afirmando a propósito do programa da *Revista de Portugal*: «A nação que, nas coisas da inteligência, se mostra morta, ou que a cada esforço que em prol dela se tenta para a mostrar viva responde com o desdém, (...) – convida tacitamente as outras a que a tratem como um cadáver que se despreza na computação das forças vivas...»¹¹ Ainda que de uma forma muito ligeira, Eça-Fradique aborda a questão da língua e da nacionalidade numa carta endereçada a Madame S., afirmando que «[n]a língua verdadeiramente reside a nacionalidade; – e quem for possuindo com crescente perfeição os idiomas da Europa vai gradualmente sofrendo uma desnacionalização. (...) Por isso o poliglota nunca é patriota.»¹²

Para Batalha Reis, a nacionalidade literária não se atinge unicamente com a independência política, por isso «... se devem fazer durar as nacionalidades intelectuais, sentimentais [e] destruir as nacionalidades políticas.»¹³ Apesar de partilharem a mesma língua na escrita, na fala e no pensamento, Batalha Reis considera que existe um afastamento entre os dois países – um presente absurdo construído num passado de proximidade – o que o leva a formular uma série de questões:

Que relações intelectuais existem entre Portugal e o Brasil?

Há intelectualmente, sentimentalmente, uma «Nacionalidade brasileira»?

Há, na verdade, já suficientemente formada para ser evidente, uma «Alma brasileira», conseqüentemente, uma «Arte», e como caso particular desta, uma «Literatura brasileira»?¹⁴

¹⁰ *Idem*, p.98.

¹¹ *Apud* Maria Helena Santana (org.), *Textos de Imprensa. VI* (da *Revista de Portugal*), ed. cit., p.116.

¹² *A Correspondência de Fradique Mendes*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d., p.130.

¹³ «Notas que Acompanham o Manuscrito» in *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, ed. cit., p.94.

¹⁴ *Idem*, p.49.

Afirma a construção do *ser* brasileiro, baseando-se na formação de uma nova raça, com formas de sentir e de pensar distintas das portuguesas, com sonoridades linguísticas que se vão diferenciando das nossas e com a emergência de uma nacionalidade artística, profunda e permanente que se opõe à nacionalidade política, superficial e efémera. No que diz respeito à língua, Batalha Reis afirma que «[n]em no vocabulário, nem na sintaxe, nem na forma de exposição dos processos mentais, a Língua dos Brasileiros é, por agora ainda, radicalmente diferente da Língua dos Portugueses. É-o porém já como *Sistema de sons expressivos*.»¹⁵ Esta diferença significativa constituída por «... sistemas sonoros de expressão para dois sistemas psíquicos em evidente estado de profunda separação ...»¹⁶ vai ao encontro da «... condição fundamental indispensável para a existência duma Literatura genuinamente brasileira.»¹⁷

A propósito do reconhecimento e do desejo de uma (re)construção e de uma divulgação da intelectualidade e da literatura brasileiras por parte de Batalha Reis, não podemos deixar de acusar uma certa admiração e estranheza em relação à atitude de Eça de Queirós perante o surgimento de uma nova nacionalidade brasileira assente numa intelectualidade e literatura que florescem. Em pleno século XIX, o século das nacionalidades, é de condenar este silêncio de Eça de Queirós em relação ao Brasil quando outros intelectuais da altura se pronunciavam sobre o assunto. Referimo-nos, por exemplo, a Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Antero de Quental.

Em 1847, Alexandre Herculano teceu algumas considerações acerca do «Futuro Literário de Portugal e do Brasil», por ocasião da leitura dos *Primeiros Cantos*, poesias de A. Gonçalves Dias. Convicto da existência de duas nacionalidades distintas¹⁸, Alexandre Herculano estabelece um confronto entre os dois países, atribuindo ao Brasil um futuro promissor e a Portugal um passado decadente:

Bem como a infância do homem a infância das nações é vivida e
esperançosa; bem como a velhice humana a velhice delas é tediosa e

¹⁵ *Idem*, p.68.

¹⁶ *Idem*, p.73.

¹⁷ *Idem*, p.75.

¹⁸ «Na minha opinião as eras heróicas e as gerações épicas do Brasil ficariam sendo as do primitivo Portugal, se uma raça, outrora única, não constituísse hoje duas nacionalidades distintas.» Cf. Carta a D. Pedro II, Imperador do Brasil, sobre *A Confederação dos Tamoyos*, por Gonçalves de Magalhães, datada de 6 Dezembro de 1856 in *Opúsculos*, 1ª ed., Tomo V, Editorial Presença, Lisboa, 1986, p.213.

melancólica. (...) o Brasil (...) [representa] um grande papel na história do novo mundo, é a nação infante que sorri: Portugal é o velho aborrido e triste, que se volve dolorosamente no seu leito de decrepidez; que se lamenta de que os raios de sol se tornassem frouxos, de que se encurtasse os horizontes da esperança, de que um crepe fúnebre vele a face da terra.¹⁹

Interessado na produção literária brasileira, reconhece o avanço operado nas letras no Brasil, mas aponta-lhes «... demasiadas reminiscências da Europa.»²⁰ Para Alexandre Herculano, os poetas brasileiros recorrem amiúdas vezes aos bosques e ao céu europeu para inserir nas suas poesias, uma atitude que se justifica nas origens da sociedade brasileira. Comparando esta situação dos poetas brasileiros à atitude dos jovens poetas portugueses em relação à literatura francesa, Herculano apela para a concretização de uma autonomia literária e para uma nacionalização da poesia brasileira, pois «... os nossos hábitos, os nossos interesses, os nossos destinos não são os mesmos do Brasil. (...) Como nação tem um futuro indefinito de esperanças, a sua mocidade em vez da nossa velhice, a sua primavera em vez do nosso outono.»²¹ Para a sua poesia o Brasil «... tem os murmúrios vagos das selvas virgens, as lutas, desconhecidas entre nós, da civilização com a barbária e do homem moderno com a natureza primitiva: tem as margens desses rios semelhantes a mares, o sol nessas campinas e cordilheiras...»²² Sem negar a existência de uma ligação do Brasil a Portugal, o poeta português aposta no progresso literário daquele país, reconhecendo qualidade aos seus poetas: «Os *Primeiros Cantos* são um belo livro: são inspirações de um grande poeta. A terra de Santa Cruz que já conta outros no seu seio, pode abençoar mais um ilustre filho.»²³

Por seu lado, Almeida Garrett no «Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa»²⁴, engloba as produções literárias brasileiras na literatura portuguesa, lamentando-se, tal como Alexandre Herculano, da falta de originalidade dos poetas brasileiros, apelando igualmente ao nacional:

¹⁹ «Futuro Literário de Portugal e do Brasil» in *Opúsculos*, Tomo V, ed. cit., p.199.

²⁰ *Idem*, p.201.

²¹ *Idem*, p.216.

²² *Ibidem*.

²³ *Idem*, p.201.

²⁴ in *História da Poesia e Língua Portuguesa*, ed. n.º 13, [1984], vol. XIII, Col. «Obras Completas», Discolivro, s./l., s./d.

E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da Natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: a educação europeia apagou-lhes o espírito nacional. (...) Explico-me: quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, [pintassem] os seus painéis com as cores do país onde os [situaram.]²⁵

Almeida Garrett, embora não atribua aos brasileiros uma literatura própria, incentiva-os a libertarem-se das influências europeias e a apostarem mais nas características nacionais por considerar que existem motivos e talentos nacionais para «... [restaurar as] letras portuguesas no último século.»²⁶ Na opinião de Maria Eunice Moreira, Garrett «... avalia a produção do Brasil na tentativa de aproximá-la à nova estética em vigor na Europa e de forma a valorizar o patrimônio de sua terra.»²⁷ A propósito do *Uruguai* de José Basílio da Gama, afirmava Almeida Garrett: «Justo elogio merece o sensível cantor da infeliz Lindóia que mais nacional foi que nenhum de seus compatriotas brasileiros. (...) Os Brasileiros principalmente lhe devem a melhor coroa de sua poesia, que nele é verdadeiramente nacional, e legítima americana.»²⁸ Apesar de apelar à originalidade a ao nacional, Garrett não admite ainda a existência de uma literatura brasileira distinta da portuguesa, pois, na sua concepção, o que separa as diferentes literaturas são os idiomas em que são escritas e não o sentimento ou a cor local. De qualquer forma, estavam lançadas as primeiras palavras para a construção de um “Brasil Liberto”²⁹, pensante e literário, apesar de Garrett optar por um «... critério linguístico que implica a compreensão da existência de uma só literatura nos dois países de língua portuguesa.»³⁰ Referindo-se à ambiguidade com que os brasileiros leram o «Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa», Maria Eunice Moreira reconhece que «... foi, sobretudo, a visão enquadrada [de Garrett] que ofereceu aos

²⁵ *Idem*, pp.302-303.

²⁶ *Idem*, pp.303-304.

²⁷ Maria Eunice Moreira, «A Visão Européia Sobre o Brasil: Os Portugueses e a Literatura Brasileira no Século XIX» in T. F. Earle (org.), *Associação Internacional de Lusitanistas* (Actas do V Congresso 1 a 8 de Setembro de 1996, Universidade de Oxford), Tomo II, Oxford – Coimbra, 1998, pp.1090-1091.

²⁸ *Op. cit.*, p.303.

²⁹ Poema de Almeida Garrett inserido na *Lírica de João Mínimo*, 6ª ed., [1983], vol. VI, Col. «Obras Completas», Discolivro, s./l., s./d., pp.116-119.

³⁰ Vânia Pinheiro Chagas, *O “Uruguai” e a Fundação da Literatura Brasileira*, Col. «Viagens da Voz», Editora da UNICAMP, Campinas, 1997, p.135.

intelectuais da nova nação a estrutura para entenderem o papel na sociedade e no tempo histórico que eles estavam vivendo e desejavam ajudar a construir.»³¹

Como afirma Antônio Soares Amora, estava-se perante um «... movimento³² em prol do *americanismo* e do *nacionalismo*, duas tendências (...) que estavam implícitas na evolução histórica da literatura dos povos americanos, e que tornadas explícitas e exclusivas, dariam, finalmente, à literatura da antiga América Portuguesa, (...) o carácter americano e nacional ...».³³ A finalizar a sua análise, Antônio Soares Amora retira daqueles prenúncios um «... programa de ação nacionalista para os jovens escritores brasileiros: ter “pensamentos novos” em face da Velha Europa; explorar todas as tradições nacionais (...); inspirar-se numa natureza brasileira (...); desenvolver as aptidões poéticas da “raça brasileira”...»³⁴ Considerando a raça brasileira uma «... mescla de três raças, o português, o índio e o negro ...»³⁵, ela recebeu o contributo de «... uma rica sensibilidade, de uma capacidade contemplativa e de invulgar ardência.»³⁶

Em Agosto de 1883, respondia Antero de Quental a Tommazzo Canizzarro, poeta italiano, a propósito de um tal Nolasco da Cunha sobre quem o poeta italiano lhe tinha pedido informações: «J’ignore absolument l’existence de ce Nolasco da Cunha, dont vous me parlez. J’ai prié un de mes amis, assez fort bibliophile, de faire pour vous des recherches. Il vient de m’écrire, qu’il n’y a pas d’écrivain *portugais* de ce nom. Mais il ajoute qui il se peut très bien que ce soit un *brésilien* ...»³⁷ Se a resposta de Antero a Tommazzo Canizzarro tivesse ficado por estas palavras, não teria o mínimo interesse para nós. Mas o que é facto é que um pouco mais à frente, Antero reflecte, a propósito do desconhecido Nolasco da Cunha, acerca do que se passa em Portugal em relação à literatura e aos escritores brasileiros:

³¹ *Op. cit.*, p.1096.

³² Nunca será demais referir que o “movimento” referido por Antônio Soares Amora é o Romantismo que problematizou, de forma acentuada, a questão da identidade nacional e cultural, tendo-se fortalecido com o advento do Modernismo brasileiro.

³³ «Os Europeus e a Formação do Espírito Nacional Brasileiro» in *Homenaje. Estudios de Filología e Historia Literaria Luso Hispanas e Iberoamericanas* publicados para celebrar el Tercer Lustró del Instituto de Estudios Hispánicos de la Universidad Estatal de Utrecht, La Haya, Van Goor Zonen, 1966, pp.37-38.

³⁴ *Idem*, p.50.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Cartas de Antero de Quental*, 3ª ed., s./e., Coimbra, 1921, p.291.

En fait de littérature, nous ignorons ici absolument ce qui se fait au Brésil.

A peine connaissons nous 5 ou 6 écrivains brésiliens, le plus illustres, naturellement, et encore on ne les lit guère. Cela tient à ce que la langue qu'on parle là-bas n'est pas encore éloignée du portugais pour constituer franchement un dialecte, en même temps qu'elle l'est déjà assez pour que leur style nous semble incorrect et baroque. Cela n'ôte rien au mérite intrinsèque des écrivains brésiliens, qui est très réel pour les poètes, et même considérable pour quelques uns d'entre eux, comme Magalhães, Gonçalves Dias, Alvares de Azevedo, Casimiro de Abreu et Junqueira Freire.³⁸

Através das palavras de Antero, podemos confirmar as razões das preocupações de Jaime Batalha Reis: descobrir e dar a conhecer aos portugueses o Brasil “pensante e literário”, porque, de facto, já era uma realidade bem latente. Antero reconhece qualidade nos escritores brasileiros, chegando mesmo a nomear alguns, o que significa que conhecia, ainda que muito ao de leve, um pouco do que no Brasil se produzia em termos de literatura. Admite também a existência de um certo distanciamento linguístico entre os dois países, embora esse distanciamento não fosse bem acolhido em Portugal. Mas é no *Tesouro Poético da Infância*³⁹ que Antero de Quental, para além de nele incluir produções poéticas brasileiras, tece considerações acerca da poesia brasileira e justifica a sua inclusão na sua colectânea:

Entendi dever abrir neste livrinho um lugar de hospitalidade franca e fraternal aos poetas brasileiros. A poesia brasileira, expressão eloquente duma individualidade nacional que de dia para dia se robustece, já tem originalidade e vigor bastantes para se não confundir com a portuguesa. Mas nem por isso devemos considerá-la estrangeira. É antes uma irmã da nossa – ao mesmo tempo parecida e diversa, como costumam ser os irmãos – e, como mais moça, de feições menos definidas ainda, mas também mais fresca e ágil na sua graça juvenil. Há nela um mimo de espontaneidade e viveza natural, uma ingenuidade de sentir e de expressão, que bem revelam a alma duma nação jovem, a quem não pesa o passado nem o futuro assusta. Merecia ser mais bem estimada entre nós essa poesia brasileira, flor exótica desabrochada num ramo do velho tronco

³⁸ *Idem*, pp.291-291.

³⁹ Col. «Biblioteca Iniciação Literária», nº 40, Lello & Irmão Editores, Porto, 1983.

peninsular, transplantado noutra clima e noutra mundo, mas onde se sente inteira e vivaz, se bem com aroma diverso, a seiva primitiva.⁴⁰

Apesar de ser uma citação um pouco longa, não resistimos à tentação de a transcrever por nos parecer bastante ilustrativa acerca do que Antero de Quental pensava sobre a intelectualidade e a literatura brasileiras. Comparando as literaturas portuguesas e brasileira a duas irmãs, Antero dá-lhes a mesma mãe, a língua portuguesa, mas sublinha as diferentes características de cada uma, realçando as da literatura mais jovem onde, por força das circunstâncias, não faltam nem o vigor nem a originalidade. Na sua colectânea de poemas para as crianças, Antero de Quental inseriu poemas de Casimiro de Abreu, A. Gonçalves Dias, L. Junqueiro Freire, M. A. Álvares de Azevedo e Machado de Assis, conferindo-lhes o estatuto de poetas de qualidade, mas que caminham ao lado dos poetas portugueses. De qualquer forma, cremos que se começa a esboçar o rascunho de uma consciência nacional que apela a uma certa independência da produção literária brasileira em relação a Portugal. É a (re)construção de um caminho que Jaime Batalha Reis, em 1904, considera que deve ser aclarado e desbravado, uma vez que a concretização do “instinto de nacionalidade” começa a ganhar terreno no campo da literatura, como afirmara Machado de Assis, em 1873: «Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono do futuro.»⁴¹

Este apelo ao nacional também se encontra em José Luiz Foureaux de Souza Júnior ao afirmar que «[a] particularidade da busca da identidade nacional para a literatura passa, obrigatoriamente por esse “falar de si” que recobre o exercício crítico da leitura do processo identitário.»⁴² E é exactamente esse “falar de si” que toma posse de um sentimento íntimo que marca as obras literárias com particularidades e sentimentos específicos de cada cultura e, por isso mesmo, diferentes entre si, ainda que escritas na mesma língua. É o sentir dissemelhante do outro que começa a fazer a diferença no resultado daquilo que se escreve; é a dissemelhança do “Sistema de sons

⁴⁰ *Idem*, p.10.

⁴¹ «Instinto de Nacionalidade» in *Obra Completa*, vol. III, ed. cit., p.801.

⁴² «Nacionalidade como Metáfora: Fronteiras (Possíveis?) entre Literatura e História» in *Letras de Hoje*, v. 35, n.º 2, Porto Alegre, Junho de 2000, p. 120.

expressivos” a que se refere Batalha Reis que começa a revelar um sentir próprio e, conseqüentemente, diferente do outro, pois «[u]ma língua que passa a pronunciar-se duma nova maneira prova uma diferenciação nos Espíritos dos que assim a modificam, e provoca nos que a ouvem sentimentos também novos.»⁴³ Os sons das palavras fluem e influem o espírito, juntam-se às ideias, provocando ambientes íntimos com acentuadas diferenças. Por isso, «[c]ada Língua possui, como sistema de símbolos e instrumentos de expressão, a sua beleza, a sua sonoridade musical, o seu poder insubstituível de representar os factos psíquicos incomparáveis em cada alma nacional.»⁴⁴ Os contrastes entre portugueses e brasileiros acentuados pelo diferente uso da língua portuguesa são a base de criação de uma nova raça sentimental, da distinção dos caracteres dos dois povos.

Já criticado por Eça de Queirós n’*As Farpas*⁴⁵, o uso da língua portuguesa pelos brasileiros, aqueles contrastes, na opinião de Batalha Reis, constituíram mais uma fonte de antipatia entre os dois países. Na sua grande maioria, os portugueses foram insensíveis ao “adocicar” da língua portuguesa operado em terras brasileiras. Mas, o que na realidade parece ter acontecido é que foi dada uma grande atenção aos pormenores técnicos da língua, tendo-se descurado completamente o seu lado expressivo, sentimental e simbólico. E, se tivermos em conta as afirmações de Batalha Reis, facilmente perceberemos que portugueses e brasileiros sentem a realidade específica que os circunda de modo diferente: «Se há hoje, ou se tende a haver, sentimentalmente, intelectualmente – isto é: artisticamente, cientificamente – “Brasileiros” intimamente, nacionalmente diferentes de “Portugueses”, há, ou tem de haver, uma “Língua brasileira”, diferente da “Língua portuguesa”.»⁴⁶ É claro que Batalha Reis se socorre das aspas para se referir à mesma língua, embora reconheça, como já tivemos oportunidade de apontar, “Sistemas de sons expressivos” que «... alteram (...) *essencialmente* a Língua portuguesa.»⁴⁷ Essas alterações são, inevitavelmente, as que ocorrem aos brasileiros devido aos seus hábitos, ao seu estado de espírito e à sua sensibilidade que é, obrigatoriamente, diferente daquilo que os portugueses sentem e vivem. A este propósi-

⁴³ Jaime Batalha Reis, *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, ed. cit., p.68.

⁴⁴ *Idem*, pp.72-72.

⁴⁵ Cf. «O Brasileiro em Construção», correspondente ao capítulo II do presente trabalho, nota de rodapé 13, p.4

⁴⁶ *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, ed. cit., pp.67-68.

⁴⁷ *Idem*, p.69.

to, Gladstone Chaves de Melo considera que «[a]s línguas são fatos *humanos* [que] participam da variedade e da instabilidade do homem e das sociedades[,] (...) [enquadrando-se] uma língua (...) na conceituação genérica de “variedade na unidade”...»⁴⁸ Por isso, Batalha Reis afirma que «... não são os assuntos, nem por isso as descrições locais de costumes, e de paisagem, que podem tornar nacional um escritor, mas a maneira especial de ver, de sentir, de pensar esses assuntos.»⁴⁹ Admitindo que Portugal não tem condições para proporcionar ao Brasil qualquer tipo de desenvolvimento ou alguma influência positiva e, apesar de considerar que a língua portuguesa é comum aos dois países, Batalha Reis acredita que «[u]ma nova língua, uma nova intelectualidade, uma nova alma, estão no Brasil em via de formação, (...) mas não estão ainda intimamente formados.»⁵⁰ Para Batalha Reis, o Brasil é um país onde está ainda em construção o *ser* brasileiro e a alma brasileira, daí, «[a] Literatura brasileira só pode considerar-se como existente independentemente da Literatura portuguesa, quando os Brasileiros houverem criado uma maneira nova de sentir e pensar expressa organicamente, numa nova Língua.

É isto que, segundo julgo, eles estão gradualmente fazendo.»⁵¹ Desvenda-se, desta forma, a imagem de um Brasil “pensante e literário” em construção!

Nas diferenças operadas pelos brasileiros na língua portuguesa e na rejeição que ambos sentem em relação aos diferentes “sistemas de sons” utilizados quer em Portugal, quer no Brasil, reside a explicação dada por Batalha Reis:

Portugueses e Brasileiros formam já dois povos intimamente, essencialmente estranhos um ao outro, embora um seja em grande parte derivado do outro; é que os sistemas nervosos brasileiros perderam certas capacidades de vibração tradicionalmente portuguesas, adquirindo outras novas propriamente brasileiras que os Portugueses não podem naturalmente experimentar.⁵²

Considerando a língua portuguesa como património cultural dos dois povos, Serafim da Silva Neto afirma que «... o material lingüístico é tão brasileiro quanto

⁴⁸ *A Língua do Brasil*, 4ª ed., Padrão, Rio de Janeiro, 1981, pp.28-29.

⁴⁹ *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, ed. cit., p.78.

⁵⁰ *Idem*, p.77.

⁵¹ *Idem*, p.78.

⁵² *Idem*, p.76.

português. Nele expressam-se todos os seres, de todas as educações. Nele vazam-se as obras escritas – desde a prosa artística até aos manuais técnicos.»⁵³ Sem se preocupar com as diferenças entre as estruturas gramaticais e os sentimentos dos responsáveis pelos actos de *parole*, Serafim Neto atende à diversidade na unidade e à unidade na diversidade como formas de enriquecimento de uma língua.

João Ribeiro, no seu ensaio intitulado «A Língua Nacional»⁵⁴, confirma a “brasilidade” linguística assente, não nos meios técnicos e gramaticais, mas nas ideias e nos sentimentos, indo ao encontro do pensamento de Batalha Reis. Defensor acérrimo da utilização da língua de acordo com a expressão sincera de sentimentos, como já referimos no primeiro ponto do II capítulo, afirma: «Na linguagem como na natureza, não há igualdades absolutas; não há, pois, expressões diferentes que não correspondam também a idéias ou a sentimentos diferentes. (...) Alterá-los é já uma falsificação e um princípio de insinceridade.»⁵⁵ Ao longo do seu ensaio, são várias as diferenças apontadas entre as variantes portuguesa e brasileira e João Ribeiro apresenta uma justificação válida para a alteração operada pelo brasileiro:

– Não quero me alongar...

– Perdão! Não “me” quero alongar, ou então, não quero alongar-“me”.

– Não há dúvida; mas eu digo por um terceiro modo, e quem sabe se não estou a criar uma utilidade nova e um delicado matiz que a língua europeia não possui! Expressões diferentes envolvem ou traduzem estados de alma diversos.⁵⁶

Criticando a dependência linguística do Brasil em relação a Coimbra ou Lisboa, João Ribeiro afirma: «Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras. (...) A verdade, entretanto, é que normalmente dois seres não realizam a sua própria evolução, agarrados como xifopagos, um às carnes do outro.»⁵⁷

⁵³ *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Presença, Rio de Janeiro, 1977, p.21.

⁵⁴ in *Ensaístas Brasileiros*, (selec., pref. e notas de José Osório de Oliveira), Col. «Cruzeiro do Sul», Bertrand, Lisboa, s./d., pp.199-216.

⁵⁵ *Idem*, pp.204-206.

⁵⁶ *Idem*, pp.205-206.

⁵⁷ *Idem*, pp.202-204-214.

Desta forma, João Ribeiro considera que se os brasileiros corrigirem as suas formas de falar seguindo o modelo português, estarão a adulterar as suas ideias e os seus sentimentos, sujeitando-se a um «... servilismo inexplicável.»⁵⁸

No que diz respeito à literatura brasileira, José Veríssimo confirma também o seu desapego em relação à literatura portuguesa ao afirmar que «[a] literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português ...»⁵⁹ Embora nascida e desenvolvida como descendente da literatura portuguesa desde o tempo colonial, dela se foi desligando e autonomizando sem permitir que o espírito português a sufocasse. Daí que um persistente sentimento de independência tenha avançado e permitido à literatura brasileira ser «... a melhor expressão de nós mesmos [e] claramente mostra que somos assim.»⁶⁰ E, de facto, o brasileiro é assim: idealista, crente no triunfo e na projecção da pátria no futuro e impregnado de uma força criadora ilimitada. Como afirma Graça Aranha, «[n]o Brasil o idealismo propulsor da nacionalidade é uma predestinação. (...) Nascido de um sonho de viajantes, o Brasil ficou para sempre enfeitado pela miragem. O espírito secreto, que inspirara os alucinados do desconhecido, soprou por todos os recantos do país e insuflou para sempre a nacionalidade.»⁶¹ Uma nacionalidade que joga com uma certa ambiguidade e dificuldades de escolha entre aquilo que herdou e o que tem de seu, como confirma Terezinha Taborda Moreira em relação à autonomia/nacionalidade da literatura brasileira:

O eixo básico [daquela] discussão (...) tem sido a ambivalência cópia ou ruptura, construída a partir do diálogo que se estabelece entre a cultura brasileira e a europeia. (...) Percebe-se, ainda que (...) o drama do intelectual brasileiro reside na configuração ambivalente de sua/nossa identidade. Drama esse que irrompe tanto através da reflexão crítica sobre a história da literatura e da cultura brasileiras, quanto através da prática da criação literária, em textos

⁵⁸ *Idem*, p.204.

⁵⁹ «Introdução à História da Literatura Brasileira» in *Ensaístas Brasileiros*, (selec., pref. e notas de José Osório de Oliveira), ed. cit., p.221.

⁶⁰ *Idem*, p.238.

⁶¹ «Raízes de Idealismo» in *Ensaístas Brasileiros*, (selec., pref. e notas de José Osório de Oliveira), ed. cit., p.266.

nos quais se evidencia a preocupação de participar na construção da nacionalidade.⁶²

Nós, os portugueses, éramos assim nos finais do século XIX princípios do século XX: desconhecedores e desinteressados num Brasil diferente daquele descrito por Pêro Vaz de Caminha – um Brasil potencialmente “pensante e literário” em fervente construção. Jaime Batalha Reis foi um precursor ao entender o quanto era importante chamar à atenção para o que se passava no Brasil em termos de intelectualidade, língua e literatura. Reconhecendo-lhe um valor inestimável, Batalha Reis⁶³ percebe que há todo um movimento de “independência” cultural no país que para Portugal só valia pelo seu potencial económico. Acreditando no seu valor intelectual, Batalha Reis lança mãos a um projecto para aquele país, partindo de uma óptica um tanto ou quanto estranha e ao mesmo tempo inovadora para a época: “o descobrimento do Brasil intelectual para os portugueses do século XX”.

Na «Primeira Carta do Brasil», Jorge de Sena afirmava, em 1961, que «Portugal não faz uma ideia clara do que seja a actividade intelectual e literária do Brasil»⁶⁴, esse «... mastodonte político [que] fala a língua portuguesa.»⁶⁵ Ainda em relação à questão da língua portuguesa, há quem hoje afirme que «... o Brasil é quem melhor consegue manobrar a frágil embarcação da língua portuguesa por este vasto mar de sargaços em que tanto gostamos de nos enredar... »⁶⁶

Seremos ainda assim em pleno século XXI? Para Domingos Mascarenhas, ainda hoje «[h]á coisas que têm a vida dura, dir-se-á que inextinguível. Uma delas é o desinteresse em Portugal pelas realidades brasileiras, genericamente; em particular (...) pela actividade cultural no Brasil e, em especial pela actividade literária.»⁶⁷

⁶² «Idéias de Brasil, Imagens de Nação» in T. F. Earle (org.), *Associação Internacional de Lusitanistas* (Actas do V Congresso 1 a 8 de Setembro de 1996, Universidade de Oxford), Tomo II, Oxford-Coimbra, 1998, pp.1097-1098.

⁶³ Alberto de Oliveira, director da revista mensal *Serões*, convidou Jaime Batalha Reis, na altura a exercer funções diplomáticas em Londres, a colaborar naquela revista. Batalha Reis prontificou-se de imediato, sugerindo a Alberto de Oliveira a publicação de artigos relacionados com a «... Literatura brasileira que há uns tempos tenho lido muito.» Cf. «Correspondência Sobre o Manuscrito» in *O Descobrimto do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, ed. cit., p.111. Cumpre-nos acrescentar que tais publicações não chegaram a acontecer devido a desentendimentos entre Alberto de Oliveira e os editores daquela revista.

⁶⁴ *Estudos de Cultura e Literatura Brasileira*, Edições 70, Lisboa, s./d., p.67.

⁶⁵ *Idem*, p. 95.

⁶⁶ Inês Pedrosa, «Tanto e Tão Morrido Mar» in *Única – Expresso*, 24 de Maio de 2003, p.14.

⁶⁷ «Brasil, esse Desconhecido», artigo escrito para o *Primeiro de Janeiro*, em 1981 in Luís Forjaz Trigueiros e Lélia Pereira Duarte (org.), *Temas Portugueses e Brasileiros*, ed. cit., p.207.

Afinal, continua a «[haver] o mar de permeio, não é verdade?»⁶⁸

Mas Batalha Reis acreditou nesse país onde «... a língua portuguesa dança dentro do mar»⁶⁹ e onde «[h]á cerca dum século que a Nação brasileira, politicamente independente, tem poetas, romancistas, dramaturgos, historiadores, naturalistas, filósofos, oradores, críticos, sem que os Portugueses que pensam e lêem se tenham quase de tal apercebido.»⁷⁰

⁶⁸ Jorge de Sena, *Estudos de Cultura e Literatura Brasileira*, ed. cit., p.59.

⁶⁹ Inês Pedrosa, «Tanto e Tão Morrido Mar» in *Única – Expresso*, ed. cit., p14.

⁷⁰ Jaime Batalha Reis, *op. cit.*, p.51.

Conclusão

«Das ramagens apodrecidas já se estão nutrindo as sementes que hão-de ser árvores; e através das decomposições conserva-se a seiva, que tudo fará reflorir e reverdecer, quando Março chegar. (...) E assim, aos tombos e aos socos, ora destroçado, ora reflorado, o mundo avança irresistivelmente!»

Eça de Queirós¹

«A própria autonomia de qualquer das nações que hoje existem depende inteiramente ou dela ser forte por si, ou dela ser como Nação dentre as nações mais fortes. Esta é a verdade na sua alva singeleza.»

Jaime Batalha Reis²

De colónia portuguesa a país independente, o Brasil, em pleno século XIX, era, para a maioria dos intelectuais portugueses oitocentistas, um país intelectualmente e literariamente quase desconhecido, não despertando qualquer tipo de interesse, a não ser o financeiro. Apesar de o Brasil também comunicar em língua portuguesa, este facto pouco ou nada contribuía para a existência de uma maior proximidade intelectual entre os dois países. As imagens retidas do Brasil eram, muitas vezes, deficitárias e ainda muito influenciadas pela ideia de colónia, mesmo depois da sua independência.

No que diz respeito aos autores visados no nosso trabalho – Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis – podemos afirmar que as imagens reveladas em relação ao Brasil partem de pressupostos diferentes, balizando as suas posições. Enquanto que Eça de Queirós, à primeira vista, parece transmitir a imagem mais comum e mais partilhada pelos portugueses de oitocentos, Jaime Batalha Reis opta, claramente, por posições sem qualquer ligação a preconceitos ideológicos ou políticos. Tendo convivido com intelectuais brasileiros quer em Paris, quer em Londres, as influências dos laços de

¹ *Apud* Elza Miné e Neuma Cavalcante (org.), *Textos de Imprensa. IV* (da *Gazeta de Notícias*), ed. cit., p.229.

² *Revista Inglesa (Crónicas)*, (org., intr. E notas de Maria José Marinho), Col. «Memória Portuguesa», Publicações Dom Quixote – Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988, p.206.

amizade que ambos travaram contribuíram, em muito, para despertar em Eça de Queirós e Batalha Reis interesses relacionados com o Brasil.

No que diz respeito a Eça de Queirós e às imagens que nos deixou do Brasil, não nos podemos desvincular do seu carácter ambíguo, paradoxal e irónico, ora avançando, ora recuando em relação às posições que foi tomando. Sobejamente conhecidas as suas fases distribuídas ao longo dos anos setenta, oitenta e noventa, é nelas que também toma assento a sua forma de ver e sentir o Brasil. Normalmente identificado como “antibrasileiro”, Eça de Queirós, pouco a pouco, vai-nos facultando a possibilidade de retermos uma outra imagem, muito menos divulgada, mas presente nos seus textos menos trabalhados.

Numa primeira fase, encontramos um Eça de Queirós muito negativamente crítico a tudo quanto se relacionasse com o continente americano. Assinalada já em 1866 a sua jovem “americanofobia” – que pode ter sido também resultante do cargo de cônsul na Baía que nunca ocupou –, Eça de Queirós evidencia e continua, em 1872, com a sua saga anti-América, reagindo de uma forma incompreensível à visita de D. Pedro II a Portugal, ridicularizando publicamente o monarca e o país que representava. A atitude paradoxal, uma vez que Eça de Queirós era por convicção monárquico, não se compreende o porquê desta sua reacção à visita de D. Pedro II ao nosso país. Deixando espalhada no ar a sempre eterna ambiguidade, Eça de Queirós embaraça os seus leitores, dificultando-lhes, por vezes, a descodificação das suas mensagens. Detentor de uma visão europeísta agravada, por vezes, por mitos colonialistas, ainda que as suas convicções transmitam grande firmeza e segurança, em Eça de Queirós nada é definitivo. A este propósito, queremos recordar que ainda em 1872, aquando das críticas ao brasileiro, já se verificavam, aqui e acolá, frases que o enalteciam: «Ora o brasileiro que não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem sábio, nem extraordinário – é um trabalhador: – e tu portuguez que não és um formoso etc. – és um mandrião! (...) tu, portuguez, não vales mais que elle brasileiro.»³ Nesta fase, podemos afirmar que em Eça de Queirós existem grandes ausências em relação à ex-colónia e, no cômputo geral, verifica-se uma maior predominância de aspectos negativos. Apesar disso, um ou outro parecer positivo vai sarapintado aquela realidade eciana e tomando proporções de maior

³ «O Brasileiro» in *As Farpas / Chronica mensal da política / das letras / e dos costumes / Fevereiro de 1872*, Lisboa / Tipographia Universal / de Thomaz Quintino Antunes, Impressor da Casa Real / Rua dos Calafates, 110, Fevereiro de 1872 (pp.83-96) *apud* João Medina, *Reler Eça de Queiroz – Das Farpas aos Maias*, ed. cit., p.76-75.

dimensão ao longo do *corpus* de textos menos conhecidos e menos trabalhados que nos propusemos analisar.

Percorrendo a sua correspondência e as suas crónicas dos anos oitenta, altura em que começou a sua colaboração na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, verifica-se ainda uma certa inexistência da presença do Brasil, mas, nesta década, os factores positivos atribuídos ao Brasil começam a surgir de uma forma mais clara e mais evidente. Também é verdade que Eça de Queirós desfrutou com os artigos que escrevia para as revistas brasileiras, as quais lhe pagavam o seu serviço “na ordem da grandeza do país”. Este é um facto que também deve ter contribuído para uma maior delicadeza e simpatia de Eça de Queirós em relação ao Brasil. As ausências que se verificam neste período têm a ver com a preocupação do autor em enviar para o Brasil material com o objectivo de divulgar o que se passava na civilizada Europa. Europeísta convicto, só nos finais da década de oitenta é que Eça de Queirós começa a pôr em causa os valores europeus, então idolatrados, em textos como «O Francesismo» e a «Última Carta de Fradique Mendes», escritos entre 1887 e 1899⁴.

Observando as etapas que proporcionaram as diferentes imagens de Eça de Queirós em relação ao Brasil, não nos parece descabido afirmar que, desde o início, se verifica um certo pendor para ver o Brasil de uma forma positiva, ainda que, por vezes, de forma acanhada! Com esta tomada de posição, não queremos desculpar o autor das suas incompreensíveis ausências e ambiguidades, mas também nos parece que poderá ser excessivo conotá-lo de “antibrasileiro”. Apostando num percurso de reabilitação em relação ao torna-viagem, Eça de Queirós, ao prefaciá-lo *O Brasileiro* de Luís de Magalhães – um texto que humaniza o “brasileiro” –, encontrou um bom motivo para rever as suas posições e reabilitar, também ele, o torna-viagem. Desta forma, coloca-se ao lado de Luís de Magalhães, distanciando-se do Eça que seguia o estereótipo romântico do “brasileiro”. Nesta viragem operada em Eça de Queirós, o Brasil começa a ter grandeza e potencialidades para ser «... uma nação em pleno e vivo êxito⁵ (...) (logo que haja aí uma pouca de ordem e de juízo público) ...»⁶ Conferindo ao povo brasileiro inteligência, actividade, “franqueza hospitaleira”, “doçura” e “força”, Eça de Queirós afirma a ascendência portuguesa-europeia de um Brasil «... branco, de alma

⁴ Em relação às datas apontadas, no primeiro ponto do III capítulo, escalaremos as diferentes datas apontadas por João Gaspar Simões e João Medina.

⁵ *Apud* Elza Miné e Neuma Cavalcante (org.), *Textos de Imprensa. IV* (da *Gazeta de Notícias*), ed. cit., p.603.

⁶ *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.183.

branca...»⁷, sendo, por isso, impossível atribuir-lhe qualquer espécie de sentimento nativista. De facto, é a Europa que, em todos os momentos, condiciona todas as suas reflexões, mesmo quando adopta uma posição crítica e descrente em relação aquele continente, reportada aos anos noventa, Eça de Queirós nunca dela se desliga. Dando o elemento europeu ao brasileiro, está a valorizá-lo e, conseqüentemente, a valorizar também o contributo do passado histórico português (tal como Eduardo Prado), o molde imprescindível na formação do *ser* brasileiro: «Demos-lhe a vida histórica, demos-lhe os costumes de nossos pais, a civilização herdada de nossos antepassados, a língua de nossos poetas.»⁸ Ainda no que diz respeito à sua visão negativa da Europa dos anos noventa, é ela que contribui para que Eça de Queirós valorize quer Portugal, quer o Brasil, apresenta-o positivamente, por se encontrar bem longe da Europa. Esta interdependência de Eça de Queirós em relação à Europa, controladora dos seus juízos de valor, acaba por ser bastante profícua ao Brasil, enaltecendo-o e promovendo-o a lugar ideal para se observar aquilo que considera ser a grandeza e a futilidade da Europa.

Valorizando a identidade portuguesa e brasileira, Eça de Queirós propõe um equilíbrio entre o que é próprio e o que vem de fora, reconhecendo, tal como Machado de Assis, que uma cultura não pode vir do nada, mas também nada deve a subserviências ridículas e impróprias. Por isso, confere ao Brasil a possibilidade de uma certa originalidade pelo seu afastamento em relação à Europa, não deixando de o criticar por não ter a coragem de pertencer ao Novo Mundo e se manter ligado ao Velho Mundo, alertando-o para «... que mais vale ser um lavrador original do que um doutor mal traduzido de francês.»⁹ Atribuindo-lhe também uma “literatura original e progressiva”, é através de Fradique Mendes que Eça de Queirós coloca a nacionalidade de um país a residir na língua, porque «... quem for possuindo (...) os idiomas da Europa vai gradualmente sofrendo uma desnacionalização.»¹⁰ Este aspecto revela mais uma das ambigüidades de Eça de Queirós porque, na realidade, as suas referências a intelectuais e literatos brasileiros são bastante escassas. Esta situação pode ser documentada na forma muito vaga como analisa a literatura brasileira e na reduzida quantidade de intelectuais brasileiros a que se refere. Mesmo quando se refere ao

⁷ Idem, p.602.

⁸ *As Farpas*, Tomo X, ed. cit., p.90.

⁹ «Última Carta de Fradique Mendes» in *Últimas Páginas*, ed. cit., p.375.

¹⁰ «Carta IV a Madame S.» in *A Correspondência de Fradique Mendes*, ed. cit., p.130.

paulista Eduardo Prado, o único intelectual brasileiro digno de referência, Eça de Queirós confessa estar «... meramente arrolando...».¹¹ Conferindo ao Brasil uma significativa pobreza intelectual, faz, por vezes, avaliações deficitárias e até injustas, avaliações essas também fruto do desconhecimento da própria realidade. No que diz respeito à sua omissão em relação ao surgimento de uma nova nacionalidade brasileira com base na existência de uma intelectualidade e de uma literatura que começavam a surgir – tema quente em relação ao Brasil e, acerca do qual, vários intelectuais da época expressaram a sua opinião – é de estranhar que Eça de Queirós, vivendo no século do surgimento das nacionalidades, sempre se tenha calado a esse respeito, encapuçando-se, por vezes, no seu preconceito colonialista.

Mas, uma questão poderá ser levantada: se Eça de Queirós muito pouco escreveu para o Brasil sobre os assuntos em que eles estavam mais empenhados, como poderiam os brasileiros admirar tanto o escritor português que chegou a ser mais lido no Brasil do que em Portugal?

Não nos esqueçamos de que o Brasil também não tinha uma opinião muito favorável em relação aos portugueses, uma imagem negativa que lhes ficou dos tempos da colonização e da emigração, servindo-lhe muitos dos emigrantes para a mais variada troça, quer em relação à sua brutalidade, à sua forma de negociar, à sua incultura e também em relação à forma como “procuravam” uma mulata. Como Eça de Queirós apresentava nos seus artigos uma perspectiva humorística e satírica da sociedade e realidade portuguesas, “oferecia-lhes” de bandeja muito daquilo que eles queriam ouvir acerca de Portugal, satisfazendo-lhes o desejo de vingança sobre a metrópole. Com a ridicularização e a ironia que Eça de Queirós utilizava para se referir aos portugueses e a Portugal, os brasileiros quase que viam em Eça de Queirós um aliado, que era português, mas que tinha os mesmos objectivos: satirizar Portugal e a sua sociedade. Esta situação pode ser confirmada através das próprias palavras de Eça de Queirós, numa carta escrita a Fialho de Almeida, enviada de Bristol, a 8 de Agosto de 1888:

V., nos rapazes do Chiado, acha outras diferenças que não sejam o nome e o feitio do nariz? Em Portugal há *só um homem* – que é sempre o mesmo sob a forma de dândi, ou de padre, ou de amanuense, ou de capitão: é um homem indeciso, débil, sentimental, bondoso, palrador, *deixa-te ir: sem mo-*

¹¹ «Eduardo Prado» in *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p. 377.

la de carácter ou de inteligência, que resista contra as circunstâncias. É o homem que eu pinto – sob os seus *costumes* diversos, casaca ou batina. É o português que tem feito este Portugal que vemos.¹²

Não restam dúvidas de que Eça de Queirós entrou no Brasil não pelo pé direito, mas com um “riso que peleja” que foi encantando os brasileiros. Se recordarmos a “farpá” que escreveu sobre o brasileiro em 1872, a sua relação com o Brasil não começou da melhor forma, chegando a provocar agitações de origem nativista em Goiana – Recife contra os emigrantes portugueses! No entanto, os tempos mudaram e Eça de Queirós, pelo tornar diferente operado nas suas críticas, foi um dos autores mais queridos dos brasileiros, ultrapassando em muito Portugal quer pelo número de leitores, quer pelas homenagens e clubes que surgiram no Brasil através de iniciativas levadas a cabo pelos seus admiradores. Embora tenha silenciado muitas questões que tocavam directamente os brasileiros e ter-se, por vezes, contido ao referir o Brasil de uma forma positiva, Eça de Queirós falou mal do seu país e esta sua atitude foi o suficiente para conquistar os leitores do outro lado do Atlântico: os brasileiros! Mas, também devemos reconhecer que Eça de Queirós, apesar da sua ambiguidade e, sobretudo, da sua ironia, também elogiou o Brasil e os brasileiros, reabilitando e humanizando a ex-colónia. Imbuído de um forte espírito nacional que se prolongou nos anos noventa e o acompanhou até ao fim da sua vida, Eça de Queirós fechou o seu percurso na condição de amante “do céu azul de Portugal” e do Brasil, «... terra que tanto amo.»¹³

Valeu a pena trazermos para este trabalho a figura de Jaime Batalha Reis, um autor praticamente esquecido nos dias de hoje, mas que nos reservou algumas surpresas agradáveis. Estudar e aprofundar o seu pensamento e a sua forma de o manifestar, homem de espírito livre e raciocínio claro, Batalha Reis foi para nós uma preciosa revelação, juntando a nossa voz à de Guerra Junqueiro: «Diante de Rembrandt ou de Beethoven, Jaime superlativiza-se. / De sorte que nós andamos aos bocados, pelo mundo. E você é para mim um desses bocados essenciais. Vê-lo é completar-me.»¹⁴

¹² *Correspondência*, leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho, 1º vol., ed. cit., pp.495-496. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

¹³ «Eduardo Prado» in *Notas Contemporâneas*, ed. cit., p.377.

¹⁴ Carta datada de 1902. *Apud* Maria José Marinho, *O Essencial Sobre Jaime Batalha Reis*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1996, p.56.

Objectivo pela sua formação científica no Instituto Geral de Agricultura, em Lisboa, “homem moderno” em pleno oitocentismo português, Batalha Reis deu um passo em frente em relação à visão de alguns dos seus contemporâneos, nomeadamente Eça de Queirós.

Seguindo a linha dos românticos Alexandre Herculano e Almeida Garrett, os quais, como tivemos oportunidade de referir ao longo do presente trabalho, manifestaram preocupações em relação à literatura, à intelectualidade brasileira e à construção de uma nova nacionalidade, Batalha Reis desenvolve aquelas primeiras preocupações, reflectindo acerca da possível existência de um Brasil literário e intelectual. Possibilidade que, no caso de Batalha Reis, é uma realidade concreta, olhando o Brasil de uma forma claramente positiva e com grande potencial “pensante e literário”, o qual vale a pena dar a conhecer aos intelectuais portugueses do século XX, colmatando esta grave lacuna. Apesar de se encontrar ainda numa fase de construção, o Brasil era, para Batalha Reis, um país emancipado da metrópole, com um sentir e uma forma própria de expressar os seus sentimentos. Enquanto que o Brasil era, pela maioria dos intelectuais, esquecido literária e intelectualmente, Batalha Reis sempre acreditou, sem quaisquer tipo de preconceitos, na construção e no descobrimento de um Brasil diferente daquele descrito por Pêro Vaz de Caminha. Homem projectado no futuro e crente nesse novo Brasil, é desta forma que parte para o descobrimento desse país intelectualmente desconhecido.

Levantando questões relacionadas com a nacionalidade e a produção literária brasileiras, interessando-se pela receptividade da língua portuguesa no Brasil, Batalha Reis emancipa aquele país quer da metrópole, quer da Europa. Como tivemos oportunidade de referir ao longo do nosso trabalho, não nega a importância do contributo étnico do português na formação do *ser* brasileiro, tal como Eça de Queirós, mas em termos de intelectualidade é clara a sua afirmação de um Brasil supra-europeu. Esta constatação significa que, para Batalha Reis, aquele país apresenta potencial suficiente para ser ele próprio em termos de raça, pensamento e de intelectualidade. Daí a importância que deu aos temas relacionados com a intelectualidade e a produção literária brasileiras, a tal ponto de ter produzido material suficiente que permitisse a edição em livro do *Descobrimento Intelectual do Brasil pelos Portugueses do Século XX*. Desde os aspectos que focou até à originalidade e ao interesse inovador das suas propostas, está justificado, de forma bastante positiva, o seu trabalho em relação ao

conhecimento de um “novo” Brasil. Optando por um curso técnico-científico na área da agricultura e com um escasso número de publicações, Batalha Reis, mesmo assim, levantou o véu às capacidades de um país ensombrado pela metrópole e, conseqüentemente, pelo modelo europeu. Estava assim traçada a primeira rota para o descobrimento de um Brasil intelectualmente rico que era necessário dar a conhecer. Tal como Antero de Quental, prova a existência de um Brasil cultura, intelectual e sentimental em perfeita construção. Separando a nova nacionalidade que desponta da nacionalidade política, Batalha Reis, atribui grande importância aos sentimentos e às ideias próprias expressas através de “uma nova língua”. E é nesta expressão que, no nosso ponto de vista, reside um dos aspectos mais criticáveis em Batalha Reis. Embora o entendamos quando se refere a “uma nova língua”, Batalha Reis falha no modo como se exprime, nunca podendo ser aquela expressão interpretada à luz do presente. Ao fazer depender a nacionalidade brasileira de “uma nova língua”, uma vez que o critério linguístico, no século XIX, era um dos mais importantes para a criação de uma nova nacionalidade, Batalha Reis estava a querer mencionar a existência de uma outra variante dentro da língua portuguesa, baseada num novo “sistema de sons expressivos”, e não propriamente a criação de “uma nova língua”.

Avançando com o termo *mestiçagem* na formação étnica do *ser* brasileiro, Batalha Reis desvincula-se dos preconceitos racistas inerentes ao século XIX e defendidos por alguns dos intelectuais oitocentistas. Desta forma, revela uma consciencialização humanista quando fala na importância da mistura de raças para o surgimento de uma nova raça, nela permanecendo marcas de todas as que contribuíram para a sua formação, desmistificando a ideia da existência de raças inferiores e superiores. Não restam dúvidas de que Batalha Reis encontra no Brasil e nos brasileiros todas as condições favoráveis para o Brasil florescer e afirmar o seu valor perante o mundo. Mas, curiosamente, encontramos em Batalha Reis o reconhecimento de uma qualidade ímpar, mas que se pode transformar numa fragilidade, podendo dificultar a prosperidade da nação: a “imensa e universal bondade” dos brasileiros referida num jantar em casa de Joaquim Nabuco. Embora receoso em relação à má aplicação daquela qualidade brasileira, transformando-a num «...eminente perigo nacional»¹⁵, Batalha Reis não deixa de acreditar num “novo” Brasil, projectado no e para o futuro.

¹⁵ *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, ed. cit., p.21.

Entre Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis, embora à partida possa parecer quase impossível, não deixam de existir algumas afinidades e algumas preocupações comuns que achamos por bem referir. Ambos tinham consciência da deficiente preparação intelectual dos portugueses, culpando quem estava à frente dos destinos de Portugal. Apesar de Eça de Queirós ter sido um crítico acérrimo em relação à sociedade portuguesa, este facto em Batalha Reis não é, de forma alguma, omitido ou silenciado, conferindo a Portugal o estatuto de uma simples “vila de província”. A importância do contributo do português na formação do *ser* brasileiro é comum aos dois autores, valorizando o molde português que serviu de base à sua construção. Se por um lado é atribuído ao Brasil uma “alma branca”, por outro lado, o Brasil é, “em grande parte, derivado do outro”, isto é, do português. Em relação à forma como encaram os brasileiros, também encontramos afinidades entre ambos, apesar de Batalha Reis expor, de forma bastante clara, o seu positivismo em relação ao Brasil e Eça de Queirós se recatar um pouco mais aquando dessas avaliações. Para reforçar esta ideia, basta-nos recordar que, já em 1872, Eça de Queirós valorizou os brasileiros em detrimento dos portugueses: «O brasileiro é bem mais respeitável por que é completo, atingiu o seu pleno desenvolvimento: nós permanecemos rudimentares.»¹⁶ Tal como Batalha Reis, Eça de Queirós também atribui importância à existência de um intercâmbio de ideias entre os dois países, uma vez que não devemos ser alheios ao que «... o Brasil faz, pensa, diz e produz...».¹⁷ É claro que apesar deste interesse comum, não podemos deixar de sublinhar que os dois autores dão atenções diferentes ao mesmo assunto. Enquanto que as relações culturais entre os dois países são abordadas intensamente por Batalha Reis, o mesmo já não se poderá dizer de Eça de Queirós porque, de facto, dá uma atenção bastante menor ao mesmo assunto, abordando-o de forma muito vaga.

Para último lugar, deixamos um assunto onde os autores visados no nosso trabalho têm uma opinião divergente – a questão da emigração. Eça de Queirós, enquanto cônsul em Havana, elabora um relatório onde faz a apologia da emigração “como uma força civilizadora” – opinião curiosamente diferente da que tinha adoptado dois anos antes na “farpa” LI, culpando intensamente Portugal e o Brasil. A partir de 1874, o Brasil passa a ocupar um lugar privilegiado na emigração para o continente americano, devido às condições que apresentava: tranquilidade política, um clima

¹⁶ *Uma Campanha Alegre*, ed. cit., p.310.

¹⁷ *Apud* Maria Helena Santana (org.), *Textos de Imprensa. VI* (da *Revista de Portugal*), ed. cit., p.115.

excelente e um solo fértil, para além da inexistente hostilidade para com os estrangeiros. No que diz respeito ao fenómeno propriamente dito, ele é encarado por Eça de Queirós como uma forma da divulgação “da língua, dos usos e dos costumes” que os emigrantes levam consigo para o país que os acolhe. Já Batalha Reis culpa unicamente Portugal, sendo um crítico mais positivo em relação ao Brasil. Para este intelectual, a emigração representa “um mínimo de acção intelectual”, considerando-a nula e, por isso, negativa. Mas, Batalha Reis esqueceu-se de um pormenor importante referido por Eça de Queirós: a questão da difusão da nossa língua, dos nossos usos e costumes, aspectos positivos e inerentes a toda a emigração.

A partir daqui, podemos afirmar que ambos têm uma relação diferente com o Brasil, assente na atenção que cada um presta aos assuntos abordados. Eça de Queirós, embora seja generalizadamente visto como “antibrasileiro”, ao longo do presente trabalho tivemos a preocupação de apresentar um Eça não tão radicalmente oposto aos brasileiros, mas um Eça do qual não podemos excluir ou omitir os seus pareceres positivos em relação ao Brasil – mesmo sendo, por vezes, irónicos, ambíguos ou escassos. Batalha Reis, optando por um percurso linear e sem conflitos, reconhece e atribui grande importância e valor aos intelectuais brasileiros, falando sobre eles e sobre as suas produções sem qualquer tipo de restrições. Directamente interessado na valorização da intelectualidade brasileira e no Brasil como uma nação “pensante e literária”, difere de Eça de Queirós na intensidade e na forma aberta como lida com o Brasil, isento das marcas da colonização. Português empenhado no reconhecimento de um outro “Mundo Novo”, talvez tenha lançado as palavras essenciais para o desenvolvimento das relações luso-brasileiras: o reconhecimento de um Brasil “pensante e literário”.

«Eça de Queiroz, ao longo de todo um século, no Recife, como em outras cidades, principalmente brasileiras, está longe de ter o seu estudo e compreensão esgotados.»¹⁸ «De pequena estatura, dinâmico, conversador brilhante, (...) Jaime Batalha Reis é um intelectual ainda pouco conhecido [...]»¹⁹

Esperamos ter, modestamente, contribuído para minimizar algumas daquelas ausências!

¹⁸ Dagoberto Carvalho Júnior, «Presença e Permanência de Eça de Queiroz no Recife» in *Eça de Queiroz – Retratos de Memória*, Diário de Pernambuco, Recife, 2001, p.83.

¹⁹ Maria José Marinho, «Introdução» in Jaime Batalha Reis, *Revista Inglesa (Crónicas)*, organização, introdução e notas de Maria José Marinho, Col. «Memória Portuguesa», ed. cit., p.12.

Bibliografia

1 - De Eça de Queirós e Batalha Reis

QUEIRÓS, Eça de, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d.

_____, *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001.

_____, *Cartas de Paris*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000.

_____, *Contos*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000.

_____, *Correspondência*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1978.

_____, *Correspondência*, (leitura, coord., pref. e notas de Guilherme de Castilho), 2 vols., Colecção «Biblioteca de Autores Portugueses», Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Maia, 1983.

_____, *Correspondência*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000.

_____, *Correspondência Consular*, Alan Freeland (org.), Edições Cosmos, Lisboa, 1994.

_____, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d.

_____, *Eça de Queirós entre os Seus*, 6.^a ed., Lello & Irmão Editores, Porto, 1987.

_____, *A Emigração como Força Civilizadora*, Perspectivas e Realidades, Lisboa, 1779.

_____, *As Farpas*, Tomo X, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1944.

_____, *Notas Contemporâneas*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000.

_____, *Páginas de Jornalismo O Distrito de Évora – 1867*, vol. I, Lello & Irmão Editores, Porto, 1981.

_____, *Prosas Bárbaras*, Lello & Irmão Editores, Porto, s/d.

_____, (dir.), *Revista de Portugal*, Lugan & Genelioux Editores, Porto, 1890-1891.

_____, *Textos de Imprensa. IV* (da *Gazeta de Notícias*), Elza Miné e Neuma Cavalcante (org.), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2002.

_____, *Textos de Imprensa. VI* (da *Revista de Portugal*), Maria Helena Santana (org.), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1995.

- _____, *Últimas Páginas*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d.
- _____, *Últimas Páginas Dispersas*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d.
- _____, *Uma Campanha Alegre*, vol. I, Lello & Irmão Editores, Porto, 1979.
- _____, *Uma Campanha Alegre*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001.

BATALHA REIS, Jaime, *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, (org., pref. e notas de Elza Mine), Col. «Memória Portuguesa», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988.

_____, *Revista Inglesa (Crónicas)*, (org., intr. e notas de Maria José Marinho), Col. «Memória Portuguesa», Publicações Dom Quixote – Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988.

2 - Sobre Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis

BANDEIRA, Manuel, «Correspondência de Eça de Queirós Para a Imprensa Brasileira» in AA.VV., *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, Edição Dois Mundos, Lisboa, 1945. BAUMGARTEN, Carlos Alexandre, «Eça de Queiroz e a Província de São Pedro» in T. F. Earle (org.), *Associação Internacional de Lusitanistas* (Actas do V Congresso, 1 a 8 de Setembro de 1996, Universidade de Oxford), Tomo I, Oxford – Coimbra, 1998.

BERRINI, Beatriz, *Brasil e Portugal: A Geração de 70*, Col. «Ensaio/Literatura – 93», Campo das Letras, Porto, 2003.

_____, «Eça de Queiroz e o Brasil: Uma Relação Ambígua» in T. F. Earle (org.), *Associação Internacional de Lusitanistas* (Actas do V Congresso, 1 a 8 de Setembro de 1996, Universidade de Oxford), Tomo I, Oxford – Coimbra, 1998.

CANDIDO, António, «Eça de Queirós, Passado e Presente» in Benjamim Abdala Junior (org.), *Ecos do Brasil – Eça de Queirós. Leituras Brasileiras e Portuguesas*, Editora Senac, S. Paulo, 2000.

CARVALHO, Henrique Martins, *Eça de Queirós e a Europa: a Actualidade da Geração de 1870*, (Comunicação apresentada ao Centro de Cultura popular em 25 de Novembro de 1970), Lisboa, 1971.

CAVALCANTI, Paulo, *Eça de Queirós Agitador no Brasil*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d.

- CLARO, Rogério, *Eça de Queirós e a Europa*, Tipografia Rápida, Setúbal, 1958.
- COLEMAN, Alexander, «Uma Reflexão a Respeito de Eça de Queirós e Machado de Assis» in *Eça e Os Maias – Cem Anos Depois*, (Actas do Primeiro Encontro Internacional de Queirosianos, Porto 22 a 25 de Novembro, 1988), 1ª ed., Col. «Perspectivas Actuais», Edições Asa, Porto, 1990.
- JÚNIOR, Dagoberto Carvalho, *Eça de Queirós – Retratos de Memória*, Diário de Pernambuco, Recife, 2001.
- Eça de Queiroz et la Culture de Son Temps*, (Actes du Coloque, Paris 22-23 Avril, 1988), Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1988.
- FIGUEIREDO, Fidelino de, «A Americanofobia de Eça de Queirós» (1927), in «... um pobre homem da Póvoa do Varzim ...», Portugália Editora, Lisboa, s./d.
- GONÇALVES, Henriqueta Maria de, *A Imagem da França Queirosiana Pós 1888*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 1995.
- HOURCADE, Pierre, *Eça de Queirós e a França*, Cadernos da «Seara Nova», Seara Nova, Lisboa, 1936.
- LIMA, Isabel Pires de, «Nota Introdutória» in Eça de Queiroz, *A Emigração Como Força Civilizadora*, 1ª ed., Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2000.
- _____, «Pontes Queirosianas: Angola, Brasil, Portugal» in Benjamim Abdala Júnior (org.), *Ecos do Brasil – Eça de Queirós. Leituras Brasileiras e Portuguesas*, Editora Senac, S. Paulo, 2000.
- _____, *As Máscaras do Desengano. Para uma Abordagem Sociológica de Os Maias de Eça de Queirós*, Col. «Universitária», Caminho, Lisboa, 1987.
- LYRA, Heitor, *O Brasil na Vida de Eça de Queirós*, Livros do Brasil, Lisboa, 1965.
- MARINHO, Maria José, «Introdução» in Jaime Batalha Reis, *Revista Inglesa (Crónicas)*, (org., intr. e notas de Maria José Marinho), Col. «Memória Portuguesa», Publicações Dom Quixote – Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988.
- _____, *O Essencial Sobre Jaime Batalha Reis*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1996.
- MATOS, A. Campos, (org. e coord.), *Dicionário de Eça de Queirós*, Editorial Caminho, Lisboa, 1988.
- _____, «Profecias Queirosianas», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Novembro, 2002.

MEDINA, João, *Eça de Queirós e o Seu Tempo*, Col. «Horizonte», n.º 17, Livros Horizonte, Lisboa, 1972.

_____, *Reler Eça de Queirós – Das Farpas aos Maias*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000.

MINÉ, Elza, «Imagens Finisseculares do Novo Mundo no Jornalismo de Eça de Queirós» in Marli Fantini Scarpelli e Paulo Motta Oliveira (org.), *Os Centenários: Eça, Freyre e Nobre*, FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2001.

_____, «Jaime Batalha Reis e o Brasil» in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº 1, Julho, 1989.

_____, *Páginas Flutuantes – Eça de Queirós e o Jornalismo no Século XIX*, Ateliê Editorial, S. Paulo, 2000.

_____, «Prefácio» in Jaime Batalha Reis, *O Descobrimento do Brasil Intelectual Pelos Portugueses do Século XX*, Col. «Memória Portuguesa», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988.

MOEMA, Cotrim Soares, «Perspectiva Irónica: Eça e Machado» in *150 Anos com Eça de Queirós* (Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos 18 a 21 de Setembro de 1995), Centro de Estudos Portugueses – Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, S. Paulo, 1997.

NEVES, João Alves das, *As Páginas “Brasileiras” de Eça de Queirós, 150 Anos com Eça de Queirós* (Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos 18 a 21 de Setembro de 1995), Centro de Estudos Portugueses – Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, S. Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Paulo Motta, «Gilberto Freyre Leitor de Eça» in Marli Fantini Scarpelli e Paulo Motta Oliveira (org.), *Os Centenários: Eça, Freyre e Nobre*, FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2001.

PIRES, António Machado, *Eça de Queirós e o Fim de Século*, trabalho apresentado na Faculdade de Letras aquando das comemorações do centenário de morte de Eça de Queirós, 2000.

Reis, Beatriz Cinatti (compilação e apresentação), *Eça de Queiroz e Jaime Batalha Reis: Cartas e Recordações do seu Convívio*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1996.

REIS, Carlos, «Leitores Brasileiros de Eça de Queirós: Algumas Reflexões» in Benjamim Abdala Junior (org.), *Ecos do Brasil – Eça de Queirós. Leituras Brasileiras e Portuguesas*, Editora Senac, S. Paulo, 2000.

REIS, Jaime Batalha, «Na Primeira Fase da Vida de Eça de Queiroz», introdução a Eça de Queirós, *Prosas Bárbaras*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d.

RITA, Annabela, *Eça de Queirós Cronista: Do Distrito de Évora (1867) às Farpas (1871-72)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.

ROSA, Alberto Machado da *Eça, Discípulo de Machado?*, 2ª ed., Editorial Presença, Lisboa, s./d.

SARAIVA, António José, *As Ideias de Eça de Queirós*, Centro Bibliográfico, Lisboa, 1946.

SCANTIMBURGO, João de, *Eça de Queirós e a Tradição*, Universitária Editora, Lisboa, 1988.

SCARPELI, Marli Fantini, «Ecos de Eça em Machado» in Marli Fantini Scarpelli e Paulo Motta Oliveira (org.), *Os Centenários: Eça, Freyre e Nobre*, FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2001.

SIMÕES, João Gaspar, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, 2ª ed., Livraria Bertrand, Lisboa, 1973.

SIMÕES, Maria João, «Eça e Fradique: Interferências» in *Eça e Os Maias – Cem Anos Depois*, (Actas do Primeiro Encontro Internacional de Queirosianos, Porto 22 a 25 de Novembro, 1988), 1ª ed., Col. «Perspectivas Actuais», Edições Asa, Porto, 1990.

SOUSA, Octavio Tarquinio de Sousa, «Amigos Brasileiros de Eça de Queiroz» in AA.VV, *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, Edições Dois Mundos, Lisboa, 1945.

STONE, Paula Cristina Furtado, *A Imagem da Europa na Obra de Eça de Queirós*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1999.

UNAMUNO, Miguel de, «El Sarcasmo Ibérico de Eça de Queirós», *Escritos de Unamuno Sobre Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, Lisboa/Paris, 1985.

3 - VÁRIA: História, Cultura, Crítica Literária

ABBAGNANO, Nicola, *História da Filosofia*, vol. I, 5.ª ed., Lisboa, 1991.

ALMEIDA, Miguel Vale de, *Um Mar da Cor da Terra – Raça, Cultura e Política da Identidade*, Celta Editora, Oeiras, 2000.

ALVES, Clara Ferreira, «A Saudade do Brasil» in *Expresso – Revista*, 19 de Janeiro, 2002.

ALVES, Jorge Fernandes, «Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista» in Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpern Pereira (org.), *Emigração/Imigração em Portugal*, (Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal – Séculos XIX e XX), Col. «Estudos», n.º 12, Editorial Fragmentos, Algés, 1993.

_____, *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Edição do Autor, Porto, 1994.

_____, «O “Brasileiro” Oitocentista e o Seu Papel Social» in *Revista de História*, vol. XII, Centro de História da Universidade do Porto, 1993.

AMORA, Antônio Soares, «Os Europeus e a Formação do Espírito Nacional Brasileiro» in *Homenaje. Estudios de Filología e Historia Literaria Luso Hispanas e Iberoamericanas* publicados para celebrar el Tercer Lustró del Instituto de Estudios Hispánicos de la Universidad Estatal de Utrecht, La Haya, Van Goor Zonen, 1966.

BARROS, João de, *Hoje, Ontem, Amanhã... Ensaios e Esquemas*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1950.

_____, *Presença do Brasil. Páginas Escolhidas (1912-1946)*, Edições Dois Mundos, Lisboa/Rio de Janeiro, s./d.

BENIS, Maria Ioannis, «Uma Contra-Imagem do “Brasileiro”» in *Revista de História Económica e Social*, n.º 7, Lisboa, Janeiro – Junho, 1981.

BOSI, Alfredo, «Plural, Mas Não Caótico» in *Cultura Brasileira. Temas e Situações*, Ática, S. Paulo, 1987.

BUHR, Manfred, «Pour une Europe des Cultures» in Manfred Buhr et Xavier Tilliette (org.), *Penser Européen. Qu'est-ce Que Cela Veut Dire?*, Edições Cosmos, Lisboa, 1999.

CABRAL, A. M. Pires (org.), *A Emigração na Literatura Portuguesa: Uma Colectânea de Textos*, Série Migrações, Secretaria de Estado da Emigração, s./l., 1985.

CALHEIROS, Pedro, «Machado, Discípulo de Eça?» in *I Colóquio Machado de Assis*, (Lisboa, 7 de Novembro de 1996), Universitária Editora, Lisboa, 1996.

CASTELO, Cláudia, *O Modo Português de Estar no Mundo – O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Edições Afrontamento, Porto, 1999.

- CÉSAR, Guilhermino, *O “brasileiro” na Ficção Portuguesa. O Direito e o Averso de Uma Personagem-Tipo*, Parceria António Maria Pereira, L.da., Lisboa, 1969.
- CHAVES, Vânia Pinheiro, «Denis e Garrett: Dois Enquadramentos para a Originalidade de *O Uruguai*» in *O Uruguai e a Fundação da Literatura Brasileira*, Col. «Viagens da Voz», Editora da UNICAMP, Campinas, 1997.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Editorial Teorema, Lisboa, 1982.
- COELHO, Jacinto do Prado (dir.), *Dicionário de Literatura Portuguesa, Brasileira e Galega*, 3ª ed., Figueirinhas, Porto, 1987.
- Congresso Luso-Brasileiro – Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*, (Actas do vol. I, 9 a 12 de Novembro de 1999), 1ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000.
- COSTA, Angela Marques, SCHWARCZ, Lilia Moritz, *1890-1914: No Tempo das Certezas*, Col. «Virando os Séculos, Companhia das Letras, S. Paulo, 2000.
- COUTINHO, Afrânio, «Machado de Assis na Literatura Brasileira», in Joaquim Maria Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. I, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1997.
- CRISTÓVÃO, Fernando, «Nemésio: Uma Perspectiva Crítica do Brasil» in *Colóquio – Letras*, n.º 48, Março, 1979.
- FERNANDES, Florestan, *Mudanças Sociais no Brasil – Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*, 3ª ed., Difel, São Paulo – Rio de Janeiro, s./d.
- FRANÇA, Jean M. Carvalho, *Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1999.
- FREYRE, Gilberto, *Casa – Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira Sob o Regime de Economia Patriarcal*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d.
- _____, *Interpretação do Brasil*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d.
- _____, *O Mundo que o Português Criou*, Livros do Brasil, Lisboa, s./d.
- GARRETT, Almeida, *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*, ed. n.º 13, [1984], vol. XIII, Col. «Obras Completas», Discolivro, s/l, s/d.
- GONÇALVES, Joaquim Cerqueira, «L’Europe des Cultures, des Pensées et de la Pensée» in BUHR, Manfred, TILLIETTE, Xavier (org.), *Penser Européen – Qu’est-ce Que Cela Veut Dire ?*, Edições Cosmos, Lisboa, 1999.
- GOUVEIA, Maria Margarida Maia, «Sobre as Relações Culturais Entre Portugal e o Brasil Nos Fins do Século XIX: Uma Carta de Fran Paxeco a Teófilo Braga» in *Arquipélago – Línguas e Literaturas*, n.º V, Ponta Delgada, 1983.

_____, «O Nacional no Modernismo Brasileiro (Ainda a Questão da Identidade)», in *Arquipélago – Línguas e Literaturas*, n.º XVI, Ponta Delgada, 1999/2000.

HERCULANO, Alexandre, «A Emigração» in *Opúsculos*, 3.ª ed., Tomo IV, Tavares Cardoso & Irmãos Editores, Lisboa, MCMI.

_____, «Carta a D. Pedro II, Imperador do Brasil, Sobre A Confederação dos Tamoyos, por Gonçalves de Magalhães», *Opúsculos*, 1ª ed., Tomo V, Editorial Presença, Lisboa, 1986.

_____, «Futuro Literário de Portugal e do Brasil» in *Opúsculos*, 1ª ed., Tomo V, Editorial Presença, Lisboa, 1986.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Col. «Documentos Brasileiros» dirigida por Gilberto Freyre, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1936.

HOURCADE, Pierre, *Temas de Literatura Portuguesa – Estudos Sobre o Século XIX*, Col. «Margens do Texto» n.º 2, Moraes Editores, Lisboa, 1978.

JORGE, Ricardo, *Brasil! Brasil!*, 3º Milhar, Empresa Literária Fluminense L.da., Lisboa, 1930.

JÚNIOR, José Luiz Foureaux de Sousa, «Nacionalidade como Metáfora: Fronteiras (Possíveis?) Entre Literatura e História» in *Letras de Hoje*, v. 35, n.º 2, Porto Alegre, Junho de 2000.

JÚNIOR, Manuel Diégues, «Vida Social no Rio de Janeiro (Fins do Século XIX e Começos do XX)» in *Brasil 1900-1910*, vol. 3, Col. «Rodolfo Garcia», Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1980.

KADI, Nagila Ibrahim El, «Brasileiro, Quem É?» in Carlos Eduardo Vieira (dir.), *Revista Estudos Humanidades* da Universidade Católica de Goiás, vol. 27, n.º 2, Abril – Junho, 2000.

LIVET, Georges, MOUSNIER, Roland, *História Geral da Europa*, vol. III, Europa-América, Mem Martins, s./d.

LOURENÇO, Eduardo, «A Emigração como Mito e os Mitos da Emigração» in *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Ser Português*, 1ª ed., Gradiva, Lisboa, 2000. _____, *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, 1ª ed., Gradiva, Lisboa, 1999.

LUCAS, Fábio, *Expressões da Identidade Brasileira*, EDUC, São Paulo, 2002.

MACHADO, Álvaro Manuel, «A Geração de 70: Uma Literatura de Exílio» in Jaime Reis, Maria Filomena Mónica e Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *O Século XIX em Portugal*, (Comunicações ao Colóquio Organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, Novembro de 1979), Col. «Análise Social», Editorial Presença / Gabinete de Investigações Sociais, s./l., s./d.

MACAHADO DE ASSIS, Joaquim Maria, «Instinto de Nacionalidade» in *Obra Completa*, vol. III, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1997.

_____, «O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura» in *Obra Completa*, vol. III, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1997.

_____, «Eça de Queirós: *O Primo Basílio*», in *Obra Completa*, vol. III, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1997.

MARTINS, Wilson, *História da Inteligência Brasileira*, (7 vols.), Editora Cultrix, S. Paulo, 1978-1979.

MASCARENHAS, Domingos, «Brasil, Esse Desconhecido» in Luís Forjaz Trigueiros e Lélia Duarte (org.), *Temas Portugueses e Brasileiros*, 1ª ed., Ministério da Educação – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1992.

MEDEIROS, Maria de Fátima Martins Carreiro e Silva Vaz de, *A Luso-Brasilidade na Obra de Miguel Torga*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Universidade dos Açores, 1997.

MELO, Gladstone Chaves de, *A Língua do Brasil*, 4ª ed., Padrão, Rio de Janeiro, 1981.

MENESES, Avelino de Freitas de, «Dos Açores aos Confins do Brasil. As Motivações da Colonização Açoriana de Santa Catarina em Meados de Setecentos» in *Ler História*, n.º 39, Lisboa, 2000.

MIRANDA, Sacuntala de, «Emigração e Fluxos de Capital, 1870-1914» in Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpern Pereira (org.), *Emigração/Imigração em Portugal*, (Actas do colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal – Séculos XIX e XX), Col. «Estudos», n.º 12, Editorial Fragmentos, Algés, 1993.

NUNES, Fátima, MIRANDA, Paula, «Imagens do Brasil na Cultura Portuguesa (1880-1900) in *Congresso Luso-Brasileiro – Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*, (Actas do vol. I, 9 a 12 de Novembro de 1999), 1ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000.

MONTEIRO, Paulo Filipe, *Emigração: o Eterno Mito do Retorno*, Celta Editora, Oeiras. 1994.

MOREIRA, Adriano, VENÂNCIO, José Carlos (org.), *Luso-Tropicalismo. Uma teoria Social em Questão*, 1ª ed., Vega, Lisboa, 2000.

MOREIRA, Maria Eunice, «A Visão Europeia Sobre o Brasil: Os Portugueses e a Literatura Brasileira no Século XIX» in T. F. Earle (org.), *Associação Internacional de Lusitanistas*, (Actas do V Congresso, 1 a 8 de Setembro de 1996, Universidade de Oxford), Tomo II, Oxford – Coimbra, 1998.

MOREIRA, Terezinha Taborda, «Idéias de Brasil, Imagens de Nação» in T. F. Earle (org.), *Associação Internacional de Lusitanistas*, (Actas do V Congresso, 1 a 8 de Setembro de 1996, Universidade de Oxford), Tomo II, Oxford – Coimbra, 1998.

NEMÉSIO, Vitorino, «Uma República das Letras para Portugal e Brasil» in António Machado Pires e outros (org.), *Vitorino Nemésio Vinte Anos Depois* (Colóquio Internacional, 18-21 de Fevereiro, Ponta Delgada, 1998), Edições Cosmos – Seminário Internacional de Estudos Nemesianos, Lisboa – Ponta Delgada, 1998.

_____, «O “brasileiro”» in *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 6, III Série, Junho, 1957.

_____, «Portugal e o Brasil na História Universal», Col. «*Os Cadernos de Cultura*», Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1952.

_____, «Problemas Universitários da Comunidade Luso-Brasileira», Oração de Sapiência pronunciada na sessão de abertura das aulas da Universidade de Lisboa em 16 de Outubro de 1956 in *Separata do Anuário da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 1957.

NETO, Serafim da Silva, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Presença, Rio de Janeiro, 1977.

NEVES, João Alves das, *As Relações Literárias de Portugal com o Brasil*, Col. «Biblioteca Breve», Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª ed., vol. 130, Lisboa, 1992.

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 5ª ed., Parceria António Maria Pereira – Livraria Editora, Lisboa, 1920.

_____, *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*, 4ª ed., Tomo I, Parceria António Maria Pereira – Livraria Editora, Lisboa, 1921.

_____, «A Crise em Portugal» in *Fomento Rural e Emigração*, 3ª ed., Guimarães Editores, Lisboa, 1994.

_____, «A Emigração Portuguesa» in *Fomento Rural e Emigração*, 3ª ed., Guimarães Editores, Lisboa, 1994.

_____, *Política e História*, Col. «Obras Completas de Oliveira Martins», vol. II, Guimarães Editores, Lisboa, 1957.

ORTIZ, Renato, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, 3ª reimpr. da 5ªed., Editora Brasiliense, São Paulo, 2001.

PASCOAES, Teixeira de, *A Arte de Ser Português*, 3ª ed., [1991], Assírio & Alvim, Lisboa, 1998.

PEDROSA, Inês, «Tanto e Tão Morrído Mar» in *Única – Expresso*, 24 de Maio de 2003.

PEREIRA, Miriam Halpern, *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Col. «Biblioteca de História» n.º 10, A Regra do Jogo, Lisboa, 1981.

PIRES, António Machado, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, 2ª ed., Col. «Outras Obras», Vega, Lisboa, 1992.

_____, «A Identidade Portuguesa» in *Arquipélago – Línguas e Literaturas*, n.º XV, Ponta Delgada, 1998.

_____, *Eça de Queirós e o Fim de Século*, Trabalho apresentado na Faculdade de Letras do Porto aquando das Comemorações do Centenário da morte de Eça de Queirós, 2000.

_____, «Identidade Deve Preceder Desejo de Autonomia» in *Diário Insular*, 31 de Maio de 2003.

_____, *O Século XIX em Portugal – Cronologia e Quadro de Gerações*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1975.

PRADO, Paulo da Silva, *Retrato do Brasil*, 6ª ed., Col. «Documentos Brasileiros» dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1962.

QUEIROZ, Rachel de, *O Brasileiro Perplexo*, Editora do Autor, Rio de Janeiro, 1963.

QUENTAL, Antero de, *Cartas de Antero de Quental*, 3ª ed., Imprensa da Universidade, Coimbra, 1921.

_____, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, 2ª ed., Ulmeiro, Lisboa, 1971.

_____, *Tesouro Poético da Infância*, Col. «Biblioteca Iniciação Literária», n.º 49, Lello & Irmão Editores, Porto, 1983.

RAMOS, Maria Bernardete, «A Intimidade Luso-Brasileira. Nacionalismo e Racionalismo» in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História e Teoria das Ideias, Coimbra, 2001.

RIBEIRO, Darcy, *O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil*, 2ª ed., [1995], Companhia das Letras, S. Paulo, 1996.

RIBEIRO, João, «A Língua Nacional» in *Ensaístas Brasileiros*, Col. «Cruzeiro do Sul», Bertrand, Lisboa, s./d.

ROSA, Alberto Machado da, *Eça, Discípulo de Machado?*, 2ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1979.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz da, «O Regresso Imaginado», Separata de *Nação e Defesa*, Instituto da Defesa Nacional, s./l., s./d.

_____, «Comunidades Migrantes em Situação Dipolar: Análise de Três Casos de Emigração Especializada para os E.U.A., para o Brasil e para a França» in *Análise Social*, vol. XII, n.º 48, 2ª Série, Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais, 1976 – 4º.

_____, «Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil» in *Análise Social*, vol. XXII, n.º 90, 3.ª Série, Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais, 1986 – 1º.

_____, «O Espaço da Lusofonia: Migrações e Diálogo Intercultural» in *Discursos – Estudos de Língua e Cultura Portuguesa. Lusofonia: Uma História, Um Projecto, Uma Questão*, n.º 15, Universidade Aberta, 1988.

ROMERO, Sílvio, *História da Literatura Brasileira*, 7ª ed., Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1980.

SAMPAIO BRUNO, José Pereira de, *O Brazil Mental*, Lello & Irmãos Editores, Porto, 1889.

SANTILLI, Maria Aparecida, «O Papel do Brasil na Lusofonia» in *Discursos – Estudos de Língua e Cultura Portugues. Lusofonia Uma História, Um Projecto, Uma Questão*, n.º 15, Universidade Aberta, 1988.

SAYERS, Raymond, *Onze Estudos de Literatura Brasileira*, vol. 347, Col. «Vera Cruz», Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983.

- SARAIVA, Arnaldo, *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português. Subsídios para o seu Estudo e para a História das suas Relações*, s./e., Porto, 1986.
- SCHMIDT, Joël, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Edições 70, Lisboa, 1997.
- SCHWARZ, Roberto, «Nacional por Subtração» in *Que horas são?*, Companhia das Letras, S. Paulo, 1987.
- SENA, Jorge de, *Estudos de Cultura e Literatura Brasileira*, Edições 70, Lisboa, 1988.
- SERRÃO, Joel, *Temas de Cultura Portuguesa II – Içar as Velas e Soltar os Ventos*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989.
- _____, «A Emigração Portuguesa para o Brasil» in *Temas Oitocentistas – I*, Livros Horizonte, s./l., 1980.
- _____, «Perspective de la Société Portugaise du XIXe Siècle» in *Le XIXe Siècle au Portugal – Histoire, Société, Culture, Art*, (Actes du Colloque Paris, 6-7-8, Novembre, 1987), Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, Paris, 1988.
- SILVA, António José da, *Guerras do Alecrim e da Mangerona*, Seara Nova Editorial Comunicação, Lisboa, 1980.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Documentos Para a História da Imigração Portuguesa no Brasil 1850-1938*, Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Editorial Nórdica, Rio de Janeiro, 1992.
- SIMÕES, Nuno, *Actualidade e Permanência do Luso-Brasilismo (Conferências e Discursos)*, Edição do Autor, Lisboa, 1960.
- _____, *O Brasil e a Emigração Portuguesa (Notas para um Estudo)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1934.
- _____, *Portugueses no Mundo (Esboço para um Estudo e Notas de Campanha)*, s./e., Lisboa, 1940.
- SOARES, Moema Cotrim, «Perspectiva Irônica: Eça e Machado» in *150 Anos com Eça de Queirós* (Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos 18 a 21 de Setembro de 1995), Centro de Estudos Portugueses – Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, S. Paulo, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Literatura Brasileira*, 7ª ed., Difel, S. Paulo, 1982.
- SOUSA, Américo Guerreiro de, *Inglaterra e França n' "Os Maias": Idealização e Realidade*, Col. «Universitária», Caminho, Lisboa, 2002.

Temas Portugueses e Brasileiros, Luís Forjaz Trigueiros e Lélia Pereira Duarte (org.), 1ª ed., Ministério da Educação Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1992.

TEYSSIER, Paul, «Le Personnage du Brésilien dans le Théâtre Portugais de la Deuxième Moitié du XVIIIe Siècle», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIX, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa/Paris, 1983.

TORGA, Miguel, *Diário*, vols. V-VII (1949-1959), Círculo de Leitores, Lisboa, 2001.

_____, *Traço de União*, 2.ª ed., Editora do Autor, Coimbra, 1969.

TÔRRES, Alberto, «Confiança nas Raças do Brasil» in *Ensaístas Brasileiros*, (selec., pref. e notas de José Osório de Oliveira), Col. «Cruzeiro do Sul», Bertrand, Lisboa, s./d.

VIEILLARD-BARON, Jean-Louis, «L’Idée d’Europe et la Géographie Spirituelle dans L’Héritage Hégélien», in BUHR, Manfred, TILLIETTE, Xavier (org.), *Penser Européen – Qu’est-ce Que Cela Veut Dire?*, Edições Cosmos, Lisboa, 1999.

VERÍSSIMO, José, *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1916.

VENTURA, Roberto, *Estilo Tropical – História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil 1870-1914*, 1ª reimpressão, Companhia das Letras, s./l., s./d.

VIEIRA, Nelson H., *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, ICALP – Ministério da Educação, Maia, 1991.

WILSON, Martins, *História da Inteligência Brasileira*, (7 vols.), Editora Cultrix, S. Paulo, 1978.

ZILBERMAN, Regina, «Almeida Garrett e a História da Literatura Brasileira» in Arnaldo Saraiva (org.), *Literatura Brasileira em Questão*, (Actas do II Congresso Português de Literatura Brasileira, 8 a 10 de Maio de 1997), Faculdade de Letras, Porto, 2000.

Anexo

Textos de Eça de Queirós sobre o Brasil

- «O Brasileiro» in *As Farpas*. Reproduzido em João Medina, *Reler Eça de Queirós – Das Farpas aos Maias*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000.¹ (1ª ed. **1872**)
- «Farpa LXXIII» in *Uma Campanha Alegre*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001. (1ª ed. **1890-1891**, apresentando o artigo «O Brasileiro», de 1872, numa versão alterada.)
- «Fastos da Peregrinação de Sua Majestade o Imperador do Brasil por Estes Reinos» in *As Farpas*, Tomo X e XII, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1944 e 1945. (1ª ed. **1872**)
- Carta de Londres em 4 de Julho de **1877** in *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001, p.236.
- «Última Carta de Fradique Mendes» in *Últimas Páginas*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d. (1ª ed. **1888**)
- «A Revolução do Brasil» in *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d. (artigo publicado pela primeira vez em **1889**, na *Revista de Portugal*, na secção «Notas do Mês», sob o pseudónimo João Gomes.)
- «Eduardo Prado» in *Notas Contemporâneas*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000. (artigo publicado pela primeira vez, na *Revista Moderna*, em Julho de 1898. A respeito desta data, João Gaspar Simões in *Vida e Obra de Eça de Queirós*, Bertrand, 3ª ed., Lisboa, 1980, p.709, aponta o ano de 1889 como a data da escrita do artigo referido.)
- Crónicas IX, X, XII, XIV, XV pertencentes a «Ecos de Paris» in *Cartas de Paris*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000. (escreve para a *Gazeta de Notícias* de **1880 a 1894**)

¹ Na nossa investigação foi-nos impossível utilizar a primeira edição d'*As Farpas*, pelo que apresentamos a edição utilizada.

- Crónicas III, VII pertencentes a «Cartas Familiares de Paris» in *Cartas de Paris*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000. (escreve para a *Gazeta de Notícias* de **1893** a **1897**)
- Crónica IV pertencente a «Bilhetes de Paris» (1ª ed. **1897**) in *Cartas de Paris*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000. (escreve para a *Gazeta de Notícias* de **1893** a **1897**)
- *Correspondência*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000.
 - «A Jaime Batalha Reis e Antero de Quental» – **1870**
 - «A Teófilo Braga» – **1878**
 - «A Oliveira Martins» – **1888**
 - «A Oliveira Martins» – **1893**
 - «Ao Conde de Sabugosa» – **1898**
 - «Ao Conde de Arnoso» – **1898**
- *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001.
 - «O Brasil e Portugal» – **1880**
- *Notas Contemporâneas*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000.
 - Prefácio a *O Brasileiro Soares*, de Luís de Magalhães – **1886**
 - «Brasil e Portugal» – **1880**
 - «A Europa em Resumo» – **1892**

Personagens brasileiras nas obras de Eça de Queirós

- Basílio – personagem do romance *O Primo Basílio*, escrito em 1878.
- Comendador Pinho – “brasileiro” emigrante integrado na *Correspondência de Fradique Mendes* e referenciado na carta X, escrita de Lisboa, em Junho, dirigida a Madame de Jouarre.
- Castro Gomes – amante de Maria Eduarda no romance *Os Maias*, escrito em 1888.

Textos de Eça de Queirós sobre o Brasil

- «O Brasileiro» in João Medina, *Reler Eça de Queirós – Das Farpas aos Maias*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000. **1872**
- «Farpa LXXIII» in *Uma Campanha Alegre*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001. **1872 ALTERADA**
- «Fastos da Peregrinação de Sua Majestade o Imperador do Brasil por Estes Reinos» in *As Farpas*, Tomo X e XII, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1944 e 1945. **1872**
- Carta de Londres em 4 de Julho de **1877** in *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001, p.236.
- Prefácio do *Brasileiro Soares*, de Luís de Magalhães, in *Notas Contemporâneas*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000, escrito em 1886, de Bristol.
- «Última Carta de Fradique Mendes» in *Últimas Páginas*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d. **1888**
- «A Revolução do Brasil» in *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Lello & Irmão Editores, Porto, s./d. **1889?**
- Crónica IX, X, XII, XIV, XV pertencentes a «Ecos de Paris» in *Cartas de Paris*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000. (escreve para a *Gazeta de Notícias* de **1880 a 1894.**)
- Crónica VII pertencente a «Cartas Familiares de Paris» in *Cartas de Paris*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000. (escreve para a *Gazeta de Notícias* de **1893 a 1897.**)
- Crónica IV pertencente a «Bilhetes de Paris» in *Cartas de Paris*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000. (escreve para a *Gazeta de Notícias* de **1893 a 1897.**)
- *Correspondência*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000.
 - «A Jaime Batalha Reis e Antero de Quental» – **1870**
 - «A Teófilo Braga» – **1878**
 - «A Oliveira Martins» – **1888**
 - «A Oliveira Martins» – **1893**
 - «Ao Conde de Sabugosa» – **1898**
 - «Ao Conde de Arnoso» – **1898**

- *Notas Contemporâneas*, Livros do Brasil, Lisboa, 2000.
 - Prefácio do «Brasileiro Soares» – **1886**
 - «Brasil e Portugal» – **1880**

- *Cartas de Inglaterra e Crônicas de Londres*, Livros do Brasil, Lisboa, 2001.
 - «O Brasil e Portugal»

Índice remissivo de autores

ABBAGNANO, Nicola	73
ALMEIDA, Fialho de	54, 60, 150
ALMEIDA, Miguel Vale de	41
ALVES, Clara Ferreira	114, 115
ALVES, Jorge Fernandes	55, 58, 59, 81
AMORA, Antônio Soares	136
BANDEIRA, Manuel	12, 103, 105, 117
BARROS, João de	25, 26, 29
BENIS, Maria Ioannis	69
BERRINI, Beatriz	15, 120, 121, 122
BILAC, Olavo	29, 67, 116
BOSI, Alfredo	47, 50, 114
BUHR, Manfred,	99, 100
CABRAL, A. M. Pires	92
CAVALCANTE, Neuma,	70, 146, 148
CAVALCANTI, Paulo	62, 65, 120
CHAVES, Vânia Pinheiro	135
CHEVALIER, Jean	53
CLARO, Rogério	101, 137, 146
COELHO, Jacinto do Prado	113
COSTA, Angela Marques da	104, 111
COUTINHO, Afrânio	122
CÉSAR, Guilhermino	56, 60
CRISTÓVÃO, Fernando	55
DUARTE, Lélia Pereira	22, 24, 143
FIGUEIREDO, Fidelino de	61

FREYRE, Gilberto	12, 47, 48, 49
GAMA, Domício da	67, 116, 121
GARRETT, Almeida	23, 133, 134, 135 136, 152
GHEERBRANT, Alain	53
GONÇALVES, Henriqueta Maria de Almeida	97
GONÇALVES, Joaquim Cerqueira	99
GOUVEIA, Maria Margarida Maia	28, 33
HERCULANO, Alexandre	23, 54, 55, 58, 77, 78, 81, 87, 90, 92, 133, 134, 135
HOLLANDA, Sérgio Buarque de	48
HOURCADE, Pierre	109, 113
JORGE, Ricardo	26
JÚNIOR, Dagoberto Carvalho	12, 155
KADI, Nágila Ibrahim El	48
LIMA, Isabel Pires	11, 12, 14
LOURENÇO, Eduardo	17, 21, 22, 23, 32, 33, 78, 79, 87, 106, 114
LYRA, Heitor	53, 65, 71, 104
MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria,	12, 25, 44, 46, 120, 121, 122, 123, 138, 149
MARINHO, Maria José	146, 151, 155

MASCARENHAS, Domingos	24, 143
MATOS, A. Campos	72
MEDEIROS, Maria de Fátima Martins Carreiro e Silva Vaz de	28
MEDINA, João	62, 63, 64, 65, 66, 96, 147, 148
MELO, Gladstone Chaves de	140
MENESES, Avelino de Freitas de	59
MINÉ, Elza	13, 38, 70, 103, 105, 118, 129, 130, 146, 148
MIRANDA, Paula	17, 21
MIRANDA, Sacuntala de	90
MONTEIRO, Paulo Filipe	56, 57
MOREIRA, Adriano	22
MOREIRA, Maria Eunice	135, 136
MOREIRA, Terezinha Taborda	142
NABUCO, Joaquim	29, 153
NEMÉSIO, Vitorino	17, 23, 31, 33, 34, 55, 56, 60
NETO, Serafim da Silva	140
NUNES, Fátima	17, 21
OLIVEIRA, Paulo Motta	12, 103, 118
OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro	12, 41, 42, 44, 70, 76, 83, 84, 92, 93, 98, 126
PASCOAES, Teixeira de	39
PAXECO, Fran	27, 28
PEDROSA, Inês	143, 144

PEREIRA, Miriam Halpern	77, 79, 87, 90
PIRES, António Machado	17, 33, 34, 109, 114
PIRES, Mariano	28, 97, 99
PRADO, Paulo	39, 40, 48, 116
QUEIRÓS, Eça de	10, 11, 12, 13, 14, 15, 37, 38, 39, 42, 44, 53, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 139, 146, 147, 148, 149, 150,

	151, 152, 154, 155
QUEIROZ, Rachel de	52
QUENTAL, Antero de	18, 23, 25, 123, 124, 125, 126, 133, 136, 137, 138, 153
RIBEIRO, Darcy	51
RIBEIRO, João	45, 141, 142
REIS, Carlos	112, 122
REIS, Jaime Batalha	10, 12, 13, 14, 15, 23, 24, 36, 37, 44, 47, 49, 75, 89, 90, 96, 111, 128, 129, 130, 131, 137, 138, 137, 139, 143, 144, 146, 151, 154, 155
ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz da	32, 55, 56, 57
ROMERO, Sílvio	29, 30, 43, 44, 45, 49, 50
ROSA, Alberto Machado da	120
SAMPAIO BRUNO, José Pereira	25
SANTILLI, Maria Aparecida	31
SARAIVA, António José	127
SARAIVA, Arnaldo	26
SCHMIDT, Joël	95
SCHWARCZ, Lilia Moritz	104, 111
SCHWARZ, Roberto	37

SENA, Jorge de	36, 48, 143, 144
SERRÃO, Joel	30, 76, 78, 79
SILVA, António José da	60
SILVA, Maria Beatriz Nizza da	92
SIMÕES, Nuno	20, 29, 58, 91
SOARES, Moema Cotrim	123
SOUSA, Américo Guerreiro de	107
SOUSA, Octavio Tarquinio de	118, 119
TEYSSIER, Paul	59, 60
TILLIETTE, Xavier	100
TORGA, Miguel	27, 29, 30, 31, 50, 51, 52, 54, 57, 74
TÔRRES, Alberto	50
TRIGUEIROS, Luís Forjaz	22, 24, 143
VARNHAGEN, Adolfo	25, 41
VIEILLARD-BARON, Jean-Louis	100
VIEIRA, Nelson H.	19, 20, 30, 31
VERÍSSIMO, José	44, 45, 47, 142